



INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Apartamentos Partilhados: a perspetiva das pessoas em situação de sem-abrigo e dos técnicos

Marta Alexandra Picoto Maximino

Orientador: Prof^a. Doutora Romana do Carmo Lança Xerez

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Política Social

Lisboa
2025

Folha de Rosto
(a constar na versão final após a prova pública)

Apartamentos Partilhados: a perspetiva das pessoas em situação de sem-abrigo e dos técnicos

Marta Alexandra Picoto Maximino

Orientador: Prof^a. Doutora Romana do Carmo Lança Xerez

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Política Social

Júri:

Presidente:

-Doutora Maria Teresa Janela Pinto, Professora Auxiliar Convidada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Vogais:

- Doutora Romana do Carmo Lança Xerez, Professora Associada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de Orientadora;

- Doutora Cristina Paula Pereira Duarte, Professora Associada Convidada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Lisboa
2025

Agradecimentos

À minha família, por todo o apoio que sempre me deu. Palavras de encorajamento, para que nunca perdesse a resiliência.

Ao meu núcleo de amigos mais próximo, pela união e companheirismo.

À minha professora e orientadora Prof^a Dr^a Romana Xerez, que sempre se mostrou disponível para me apoiar nesta caminhada. Sempre com uma palavra de força e cuidado.

A todas as instituições que participaram nesta investigação. Sem a sua participação, não teria sido possível desenvolver o trabalho, com testemunhos reais.

Aos utentes entrevistados, que para além de me terem “aberto” as páginas da sua vida, foram o ponto mais importante nesta investigação. Perceber as trajetórias de vida enriquece-nos, não só intelectualmente, como de forma pessoal.

A todos, muito obrigada!

Resumo

A presente dissertação apresenta o estudo onde se procura compreender a importância da resposta social Apartamentos Partilhados, destinados à população em situação de sem-abrigo, tendo em conta a perspectiva dos beneficiários e dos técnicos.

Esta é uma resposta que visa garantir alojamento em condições habitacionais dignas, com carácter transitório e temporário apoiado com acompanhamento psicossocial, atendimento personalizado e de proximidade junto dos utentes. O principal objetivo do projeto é a autonomização das pessoas em situação de sem-abrigo, respondendo às suas necessidades através da promoção do seu desenvolvimento e do seu bem-estar, de forma a assegurarem autonomamente, as suas responsabilidades, direitos e necessidades.

Esta investigação apresenta os resultados através de métodos qualitativos. De forma a responder aos objetivos no estudo, foram realizadas 14 entrevistas semiestruturadas, sendo 10 a utentes e 4 a técnicos, de três instituições que detêm a resposta. A escolha deste instrumento de recolha de dados, deve-se à importância da participação das pessoas em situação de sem-abrigo na avaliação das respostas sociais (Meta nº1 do Objetivo Estratégico nº4, do Eixo de Intervenção 2 da Estratégia Nacional para Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo).

Os resultados revelam que na perspectiva dos utentes e técnicos este é um projeto de extrema importância, sendo que os utentes destacam como a grande vantagem: ter um teto; sendo que as técnicas enumeram muitas outras vantagens. Como há vantagens, também existem desvantagens e essas, também são enumeradas. Aqui, destacamos os aspetos a melhorar, tais como, o tempo de permanência no projeto, a triagem dos utentes, a modalidade dos quartos, a escassez de recursos humanos e estruturais, etc.

Palavras-chave: Pessoa em Situação de Sem Abrigo, Apartamentos Partilhados, Habitação, Reintegração Social, Política Social

Abstract

This dissertation presents a study that seeks to understand the importance of the social response Shared Apartments for the Homeless, from the perspective of the beneficiaries and the technicians.

This is a response that aims to guarantee accommodation in decent housing conditions, on a transitional and temporary basis, with psychosocial support, personalized service and proximity to users. The main aim of the project is to empower people experiencing homelessness, responding to their needs by promoting their development and well-being, so that they can independently ensure their responsibilities, rights and needs.

This research presents the results using qualitative methods. In order to meet the objectives of the study, semi-structured interviews were carried out: 14 interviews, 10 with users and 4 with technicians, from three institutions that provide the response. This data collection tool was chosen because of the importance of the participation of homeless people in the evaluation of social responses (Target 1 of Strategic Objective 4 of Intervention Axis 2 of the National Strategy for the Integration of Homeless People).

The results show that from the perspective of both users and technicians, this is an extremely important project, with users highlighting the great advantage of having a roof over their heads, while technicians list many other advantages. As there are advantages, there are also disadvantages and these are also listed. Here, we highlight the aspects to be improved, such as the length of stay in the project, the screening of users, the type of rooms, the lack of human and structural resources, among others.

Keywords: Homelessness, Shared Apartments, Social Reintegration, Social Policy

Lista de Abreviaturas

AEIPS: Associação para o Estudo e Integração Psicossocial

CML: Câmara Municipal de Lisboa

ENH: Estratégia Nacional de Habitação

ENIPSSA: Estratégia Nacional para Integração da Pessoa em Situação de Sem-Abrigo

ETHOS: Tipologia Europeia de Sem-Abrigo e Exclusão de Habitação

EUA: Estados Unidos da América

FEANTSA: Federação Europeia de Organizações que trabalham com pessoas em situação de sem-abrigo

GIMAE: Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia

HF: *Housing First*

IHRU: Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

ISS: Instituto de Segurança Social

NGPH: Nova Geração de Políticas de Habitação

NPISA: Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo

ODS: Objetivos Desenvolvimento Sustentável

ONG: Organização Não-Governamental

PCP: Partido Comunista Português

PHF: *Patways Housing First*

PNPOT: Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território

PSSA: Pessoa em Situação de Sem-Abrigo

RCM: Resolução Conselho de Ministros

RGPD: Regulamento Geral para Proteção de Dados

Índice

Agradecimentos	3
Lista de Abreviaturas.....	6
Introdução	9
1. Enquadramento teórico	13
1.1. Pessoas em Situação de Sem-Abrigo	14
1.2. Pessoas em Situação de Sem-Abrigo e o Estado Social	18
1.3. Legislação: Políticas de Habitação e as Pessoas em Situação de Sem-Abrigo	22
1.4. Habitação Partilhada	25
1.5. Projetos: <i>Housing First</i> e Apartamentos Partilhados em Portugal	30
2. Metodologia.....	35
2.1. Objeto de Estudo.....	36
2.2. Métodos e Técnicas de Recolha de Dados.....	37
2.3. Ética na Investigação	40
3. Análise e Discussão de Dados	43
3.1. Caracterização dos Entrevistados (Utentes).....	44
3.1.1. Caracterização Sociodemográfica	44
3.1.2. Duração e Causas da Situação de Sem-Abrigo	45
3.2. Formação e Experiência Profissional das Técnicas	49
3.3. Caracterização da Medida “Apartamentos Partilhados”	51
3.4. Apresentação da Medida “Apartamentos Partilhados”	54
3.5. Integração dos Utentes na Medida “Apartamentos Partilhados”	57
3.6. Benefícios para a Reintegração Social.....	62
3.7. Vantagens e Desvantagens.....	65
3.8. Aspetos a melhorar	71
4. Considerações Finais.....	77

Bibliografia.....	81
--------------------------	-----------

ANEXOS.....	90
--------------------	-----------

Índice de Figuras

Figura 1- Linha do Tempo: Legislação de Habitação tendo em conta as Pessoas em Situação de Sem-Abrigo.....	22
--	----

Índice de Tabelas

Tabela 1- Caracterização Sociodemográfica dos Utentes Entrevistados	44
---	----

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Duração da Situação de Sem-Abrigo	45
Gráfico 2- Causas da Situação de Sem-Abrigo.....	46

Introdução

Esta dissertação surge no âmbito do mestrado em Política Social e tem como objetivo entender a importância da medida de habitação “Apartamentos Partilhados” na reintegração social das pessoas em situação de sem-abrigo, tendo em conta a sua própria perspectiva e a dos técnicos que trabalham diariamente nesta medida.

O interesse pelo aprofundamento do conhecimento acerca da problemática das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, sucede da intervenção com esta população em ambiente de estágio curricular de licenciatura. Além deste aspeto que despertou a curiosidade para esta área de intervenção, é ainda uma problemática muito atual, com estratégias implementadas a nível europeu. Existe a necessidade de entender e analisar quais os programas e as medidas que se destinam a esta população, uma vez que estão privados de vários direitos sociais, sendo o mais evidente e presente na sua designação, o direito à habitação, consagrado na Constituição portuguesa.

A Política Social surge como o estudo dos riscos e vulnerabilidade de indivíduos e comunidades que colocam ou podem colocar em causa o seu bem-estar assim como das ações e políticas públicas desenvolvidas para a sua prevenção ou resolução (Pereirinha, 2008). Por se dirigir à sociedade (social), os seus principais objetivos são a redistribuição de recursos, a gestão dos riscos sociais e a promoção da inclusão social. Para isto é necessário a garantia do bem-estar a todos os indivíduos, através do conhecimento das suas necessidades, combatendo os problemas sociais, criando condições de bem-estar numa alargada proteção social. O Estado atua nas políticas sociais pela redistribuição dos rendimentos, da produção direta de bens e serviços, bem como na delegação de atividades a outros agentes e regulação. Sendo a situação de sem-abrigo um problema social, Portugal adota a Estratégia Nacional como forma de mitigar o fenómeno, criando ações que promovam o conhecimento do problema e que se articule as intervenções das instituições/entidades que trabalhem com esta população.

De acordo com os resultados dos Inquéritos de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (responsabilidade do Grupo de Trabalho para a Monitorização e Avaliação da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo), Portugal registou um aumento do número de pessoas em situação de sem-abrigo: no ano 2020 registaram-se 8.209 pessoas e no ano de 2021, atingiu 9.605 pessoas. O top

10 de causas para esta situação apresentadas pelos inquiridos são: a insuficiência financeira associadas a outros motivos; o desemprego ou a precariedade no trabalho; a dependência de álcool ou de substâncias psicoativas; a ausência de suporte familiar; os problemas de saúde mental; os problemas de saúde de outra natureza; a proteção social insuficiente; o despejo ou desalojamento, a situação de imigração não regularizada; a insuficiência financeira associada a divórcio, separação ou viuvez; em 2021, verifica-se ainda a entrada da violência doméstica para este top de causas. É também possível verificar o aumento das pessoas que deixaram a situação de sem-abrigo para uma habitação permanente de 485 (ano de 2020) para 713 (ano de 2021), ainda que o número de sem-abrigo continue a aumentar (ENIPSSA, 2021).

Existe a necessidade de dar voz à população em situação de sem-abrigo no sentido de promover a importância de garantir a adoção de soluções permanentes, com a finalidade de as retirar da rua, tendo em conta as suas vivências. É ao abrigo da ENIPSSA, no ano de 2020, que são assinados protocolos que visam o financiamento de soluções de alojamento para as pessoas em situação de sem-abrigo. O projeto “Apartamentos Partilhados” é da iniciativa e coordenação do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que envolve autarquias e várias instituições de solidariedade social onde se pretende garantir condições dignas às pessoas que vivem excluídas. Tal como a *Housing First*, estas novas abordagens visam responder às necessidades específicas de cada pessoa, onde cada uma tem um acompanhamento personalizado por equipas multidisciplinares que promovam a autonomia e a inserção social. As autarquias, instituições e organizações podem cooperar, candidatando-se a estes programas e cedendo espaços. A Segurança Social tem como função continuar a promover e a coordenar iniciativas de promoção da inclusão. O modelo de Apartamentos Partilhados é destinado a um número de pessoas entre 2 e 5, enquanto o programa *Housing First* se destina a indivíduos singulares ou a casal.

Este modelo de habitação tem um carácter transitório e tem como objetivo a reinserção social, numa perspetiva de vida em comunidade em que todos protejam o espaço de acordo com as necessidades de grupo. O aumento da especulação imobiliária, em Portugal, torna cada vez mais difícil o acesso à habitação por parte da população em geral e ainda mais, daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Assim, chega-se à questão de partida deste estudo: *Qual a importância da resposta habitacional no âmbito do projeto “Apartamentos Partilhados” para pessoas em situação de sem-abrigo?*

Esta dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos. O capítulo 1, discute a revisão da literatura, começa por definir aquilo que se entender por pessoa em situação de abrigo, tendo em conta a definição da FEANTSA e da ENIPSSA. É clarificada a origem (EUA) da habitação partilhada e como esta funcionou ao longo dos anos, até chegar à Europa e se difundir em vários programas que tinham por base a habitação como primeiro passo para a reintegração. Analisa-se o funcionamento e os objetivos do programa *Housing First* e do projeto Apartamentos Partilhados como suporte de investigação na construção de políticas sociais. Relaciona-se as Pessoas em Situação de Sem-Abrigo e o Estado Social onde se contextualiza os documentos políticos nacionais e europeus e o surgimento dessa população nas agendas políticas. Termina com uma análise das políticas de habitação nacionais e as Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, através de uma linha do tempo que analisa alguns dos momentos mais relevantes.

No capítulo 2, estão descritas as opções metodológicas. A investigação seguiu uma abordagem qualitativa, que permite reduzir aproximações de um retrato mais fiel da realidade de contextos desconhecidos, complexos e dinâmicos e que aposta na valorização do sujeito e do seu papel na construção da realidade. As técnicas de recolha de dados utilizadas para este estudo vão passar pela pesquisa bibliográfica, que se constitui como a base da construção do trabalho desenvolvido e, pela entrevista. Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas a 10 utentes do projeto Apartamentos Partilhados e 4 técnicas responsáveis pelo projeto.

No capítulo 3, apresentam-se os resultados da investigação e a respetiva discussão. Nesta análise os dados estão divididos consoante as categorias das questões realizadas aos entrevistados: Caracterização dos entrevistados (utentes); Formação e Experiência Profissional das Técnicas; Caracterização da Medida Apartamentos Partilhados; Apresentação da Medida Apartamentos Partilhados; Integração dos Utesntes na Medida Apartamentos Partilhados; Benefícios para a Reintegração Social; Vantagens e Desvantagens e Aspetos a Melhorar; sendo que em algumas categorias, as questões são iguais para todos os entrevistados, os resultados estão organizados no mesmo subcapítulo, conseguindo assim, relacionar as considerações de cada entrevistado.

No 4º e último capítulo, é exposto a que conclusões se chega com as entrevistas e que implicações têm para a Política Social. As implicações e recomendações que os resultados nos sugerem, procuram contribuir com sugestões de estratégias para melhorar a medida na qualidade de intervenção com as PSSA.

1. Enquadramento teórico

1.1. Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

Em geral, a sociedade não só coloca os pobres nos escalões mais baixos da estrutura social, como ainda tende a segregá-los, sobretudo em meio urbano, perpetuando assim, no espaço e no tempo, as formas de pauperização e retirando-lhes a iniciativa para fazer valer os seus direitos. A privação de habitação constitui-se num problema crescente em todo o mundo (Wahn, 2016). A habitação é um direito fundamental presente no artigo 65º da Constituição portuguesa que diz: “Todos têm direito a ter, para si e para a sua família, uma casa de dimensão adequada, com conforto e condições de higiene e que permita a preservação da vida individual e da privacidade familiar.”

Vinculados a situações de vulnerabilidade social com conotações negativas associadas à pobreza, “vagabundagem ou mendicância, subsistindo práticas hostis e opressivas ao longo da história” (Gomes e Guadalupe, 2011, p.71), as pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA) é um fenómeno muito presente na atualidade, ainda que se tenha registado um aumento de entidades que trabalham diariamente com esta população. Segundo Bento e Barreto (2002) in Gomes e Guadalupe (2011), foi na década de 90 que surgiram os primeiros equipamentos e projetos específicos para intervir com PSSA, em Portugal.

Em 1998, a FEANTSA, apresenta pela primeira vez a Tipologia Europeia sobre Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional que se reparte em 4 tipos: “1) *Rooflessness* (sem-teto), que é a forma mais visível de sem-abrigo, incluindo pessoas que dormem na rua e que vivem ao ar livre; *Houselessness* (sem-casa) que se refere a situações em que apesar do acesso a abrigos de emergência ou instituições de longa duração, as pessoas continuam a ser classificados como sem-abrigo devido à falta de suporte para facilitar a reintegração social; 3) *Insecure Housing* (com habitação insegura) que se refere à posse insegura ou alojamento temporário, e pode ser consequência da inacessibilidade da habitação permanente. Inclui pessoas que partilham casa involuntariamente em circunstâncias absurdas, e pessoas cuja segurança está ameaçada pela violência ou ameaças de violência.”; 4) *Inadequate accommodation* (com habitação inadequada) que inclui aqueles cujo alojamento é inadequado para habitação, ou é sobrelotado assim como aqueles cujo alojamento é uma caravana ou um barco” (Spinnewijn, 2005, p.17 citado por Oliveira, 2019, p.8).

A FEANTSA desenvolveu uma definição de Sem-Abrigo de forma a abranger as diferentes conceções do conceito na Europa, através da ETHOS¹. A ETHOS é uma tipologia lançada em 2005 e é utilizada para debates, recolha de dados, fins políticos, monitorização e na comunicação social, como forma de rever as definições e das realidades de sem-abrigo. Assim, o conceito diverge em cinco categorias:

- “Sem-teto (sem qualquer tipo de abrigo, a dormir na rua);
- Sem-abrigo (com um lugar para dormir, mas temporário em instituições ou abrigos);
- A viver em casas inseguras (ameaçados de exclusão severa devido a arrendamentos inseguros, despejo, violência doméstica);
- A viver em casas inadequadas (caravanas em acampamentos ilegais, casas sem condições de habitabilidade e/ou em extrema sobrelotação).”

(in www.feantsa.com)

Em Portugal, surge pela primeira vez, o conceito de Sem-Abrigo no ano de 2009, pela elaboração da Estratégia Nacional de Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2009-2015 (ENIPSSA):

“Considera-se pessoa sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre:

- sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou
- sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.”

(ENIPSSA 2009-2015)

Sendo que em 2017, o conceito altera-se para Pessoa em Situação de Sem-Abrigo (PSSA), pois o fenómeno dos sem-abrigo e a sua definição tem uma variação consoante o contexto

político e social em que a pessoa vive. Assim, a Estratégia Nacional para a Integração da Pessoa em Situação de Sem-Abrigo, considera pessoa em situação de sem-abrigo toda e qualquer indivíduo que se encontre na situação de:

- “**Sem teto**, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário;
 - **Espaço público** – espaços de utilização pública como jardins, estações de metro/camionagem, paragens de autocarro, estacionamentos, passeios, viadutos, pontes ou outros;
 - **Abrigo de emergência** – qualquer equipamento que acolha, de imediato, gratuitamente e por períodos de curta duração, pessoas que não tenham acesso a outro local de pernoita;
 - **Local precário** – local que, devido às condições em que se encontra permita uma utilização pública, tais como: carros abandonados, vãos de escada, entradas de prédios, fábricas e prédios abandonados, casas abandonadas ou outros.

ou

- **Sem casa**, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito:
 - **Alojamento temporário** – equipamento que acolha pessoas que não tenham acesso a um alojamento permanente e que promova a sua inserção. Corresponde, por exemplo, à resposta social da nomenclatura da Segurança Social ou outras de natureza similar, designada por Centro de Alojamento Temporário: “resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.”²

Existem grupos que correm maior risco em ficar sem-abrigo de forma prolongada e repetida pois existem “relações que se reforçam mutuamente entre infrações de baixo nível, vício, doença mental e falta de moradia, o que cria a necessidade de serviços tais

² Resolução do Conselho de Ministros nº107/2017, de 25 de julho in ENIPSSA

como o *Housing First* e intervenções especializadas para outros grupos de risco” (Pleace et al., 2018, p.97).

O progresso no âmbito de políticas destinadas à população em situação de sem-abrigo a nível europeu, leva Portugal a desenvolver a Estratégia Nacional para Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (Baptista, 2018). Esta inicia-se em 2009, mas é interrompida logo no ano de 2013 devido à mudança do poder político nas eleições de 2011 onde afetou diretamente as estruturas centrais da Estratégia, quebrando assim o apoio às unidades locais de sem-abrigo. Em 2016, a Assembleia da República apela ao Governo que lance novamente o GIMAE (composto por organizações públicas e provadas sem fins lucrativos) que através do relatório de avaliação da ENIPSSA 2009-2015, destacou o potencial de mudança no que toca às abordagens com as pessoas em situação de sem-abrigo ao nível local (NPISA). Sob liderança do Instituto de Segurança Social, em 2017 inicia-se a preparação para a ENIPSSA 2017-2023. Esta assenta em três eixos de intervenção: a) promover o conhecimento, informação, sensibilização e educação sobre o fenómeno; b) reforço da intervenção com vista à promoção da integração dos sem-abrigo; e c) fortalecer os mecanismos de coordenação, monitoramento e avaliação. A implementação da estratégia assenta em planos de ação semestrais que se estruturam em torno dos três objetivos estratégicos acima referidos e operacionalizados por um conjunto de medidas e atividades desenvolvidas a diferentes níveis e envolvendo um conjunto alargado de *stakeholders* institucionais. Para além dos eixos de intervenção, determina 13 princípios fundamentais (já constavam na ENIPSA 2009-2015), que estão alinhados com a FEANTSA.

Pleace et al. (2018), desenvolve um “protótipo” daquilo que seria uma estratégia eficaz para redução e prevenção de situação de sem-abrigo: “Maximizar a prevenção e sistemas de realojamento rápido para minimizar o risco de situação de sem-abrigo ou que a impeça, se repita ou se prolongue; Modelos de habitação e *Housing First*; Serviços que refletem e respondem à diversidade das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo; Integração na saúde, serviço social, justiça, etc; Estratégia clara para atender às necessidades de habitação (moradia acessível)” (idem, p. 98).

Embora não seja possível à ENIPSSA solucionar o problema que é a habitação para as pessoas em situação de sem-abrigo, é possível observar um claro compromisso institucional e financeiro das autoridades de habitação pública no sentido de permitir o

acesso à habitação permanente através de programas estatais destinados às pessoas em situação de sem-abrigo (Baptista, 2018).

1.2. Pessoas em Situação de Sem-Abrigo e o Estado Social

O fenómeno dos sem-abrigo é muitas vezes apontado apenas pela falta de habitação minimamente adequada. Para além da perda da habitação, prejudica o bem-estar físico, psicológico e social das pessoas em situação de sem-abrigo. Estes problemas não afetam apenas as pessoas em situação de sem-abrigo, mas também aqueles que com eles trabalham diretamente (Gaboardi, 2022). O Estado atua nas políticas sociais pela redistribuição dos rendimentos, da produção direta de bens e serviços, bem como na delegação de atividades a outros agentes e regulação. No caso das pessoas em situação de sem-abrigo, o Governo lançou a Estratégia Nacional de Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA).

Na análise das políticas sociais, medem-se os problemas sociais e os efeitos dos programas. Como objetivos e domínios de atuação, a Política Social rege-se pela:

“1) a redistribuição de recursos, atuando sobre a sua distribuição original, corrigindo esta distribuição e as suas formas originais de afetação, por forma a que as finalidades de garantia e melhoria do bem-estar sejam alcançadas; 2) a gestão de riscos sociais, protegendo os cidadãos dos efeitos negativos que acontecimentos contingentes possam ter sobre a garantia de realização dos direitos sociais, impedindo essa realização; 3) promoção da inclusão social, atuando sobre fatores de exclusão social (prevenindo situações e processos de exclusão) ou visando a integração social de população excluída ou em risco de exclusão” (Pereirinha, 2008, p.21).

Todas as medidas, programas e projetos que visam a reintegração da sociedade de uma população em situação de exclusão social, está implicitamente ligada à Política Social na gestão de riscos sociais, uma vez que esta tem como objetivos principais a promoção do

bem-estar na sociedade (Pereirinha, 2008). Importa realçar que na problemática das pessoas em situação de sem-abrigo, não se trata apenas do não acesso à habitação, mas toda a exclusão que estes detêm da sociedade que os rodeia. O não acesso a uma habitação digna, pode muitas vezes condicionar assim o acesso a outros direitos sociais, como a saúde e a proteção social.

Uma vez que a habitação está presente nos Direitos Fundamentais e nos Direitos Sociais, o propósito primordial do Estado deveria estar a melhoria das condições de vida dos cidadãos, de forma a atingir uma igualdade social. Oliveira (2019, p.7) cit Santos (2019) “com efeito de a habitação se ter afirmado com uma área de pleno direito constitucional no âmbito da política social, com a implementação do regime democrático em 1974, as fragilidades do Estado Providência fizeram-se sentir neste setor com principal relevo”. Este é um direito também presente na Declaração dos Direitos Humanos e na Carta Social Europeia.

O Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais ajudou os Governos a esclarecer as obrigações a que estes estavam sujeitos ao serem aqueles que asseguram a habitação à sua população: “(...) 2. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado: a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social; (...) 3. O Estado adotará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria. (...)” (Artigo 65º da Constituição Portuguesa).

O Comité das Regiões Europeu emitiu um parecer, em 1999, que tem como título *Os Problemas dos Sem-Abrigo e da Habitação* onde considera que “(...) a presença de sem-abrigos nas cidades é uma das mais graves manifestações dos fenómenos de exclusão social na União Europeia e que preocupam em primeiro lugar a administração local e regional (...) (face ao que, estão convidadas) as instâncias europeias a aprofundarem o princípio do direito à habitação (...)”.³

A Habitação ocupa um lugar desigual no que toca a prioridades nas agendas políticas, nos países membros da União Europeia. Segundo Ferrão (2018), nas cidades europeias mais

³ Parecer do Comité das Regiões sobre «Os Problemas dos Sem Abrigo e da Habitação» cdr 376/98 FIN - Jornal Oficial nº C 293 de 13/10/1999 p. 0024

prejudicadas pela 1ª e 2ª Guerras Mundiais, nos países mais desenvolvidos, a ampla construção de habitação social e, mais tarde, “a expansão do setor imobiliário e o acesso a habitação própria financiado pela economia de crédito no decorrer da financeirização massiva da economia, a habitação saiu agendas políticas.” (Idem: pp. 354). A ideia de que a habitação se deve guiar por mecanismos de mercado, fez com que a ação pública neste domínio tenda a limitar-se a intervenções de apoio aos seguimentos populacionais mais vulneráveis, ao nível local. Isto, era visto como sinal de progresso e desenvolvimento. Já necessidade de políticas de habitação pelo Estado é característico dos países menos desenvolvidos. Acontece que, ao longo dos anos a Habitação volta a marcar presenças nas Conferências Europeias (Ferrão, 2018).

Ao contrário do que aconteceu nos Objetivos do Milénio 2000-2015, em que a questão da habitação se referia apenas aos países em vias de desenvolvimento, nos Objetivos para Desenvolvimento Sustentável (ODS 2015-2030), que têm como título “Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, tem um Objetivo designado Cidades e Comunidades Sustentáveis (nº11), onde passa por assegurar a todos, até ao ano de 2030, o acesso a habitação adequada, segura e acessível, em todos os países.

Ao dia 30 de maio de 2016, foi acordado o Pacto de Amesterdão (Agenda Urbana para a União Europeia), onde a habitação foi observada como um dos dez temas prioritários, tendo em conta as informações recolhidas junto a governos nacionais, autoridades regionais e urbanas. Ainda em 2016, mas agora a 20 de outubro, os países que marcaram presença na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Sustentável (HABITAT III), aprovaram a Nova Agenda Urbana. Esta dispõe de várias referências à habitação e às políticas de habitação, patenteando o direito a uma habitação adequada, acessível, segura, resiliente e sustentável, como imprescindível para todos (Ferrão, 2018).

Na União Europeia, segundo Ferrão (2018, p.358-359) salientam-se algumas “linhas orientadoras para o futuro: Garantir um maior equilíbrio e coordenação entre políticas macroeconómicas e as políticas sociais que consagrem a habitação como um direito social europeu; (...); Integrar a habitação na nova política de coesão no próximo ciclo comunitário (ver a habitação e as políticas de habitação na interseção das questões sociais, económicas e territoriais); (...)”.

O Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), em 2018, realizou o Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional que aponta cerca de 26 mil famílias em carência habitacional que serviu de base à implementação do 1º Direito- Programa de Apoio ao Acesso à Habitação⁴, no âmbito da Nova Geração de Políticas de Habitação⁵, e agora mais recentemente, na definição das metas traçadas no Plano de Recuperação e Resiliência de 2021, que é “um instrumento comunitário estratégico de mitigação do impacto económico e social da crise decorrente da pandemia que financia a fundo perdido soluções propostas ao abrigo deste programa” (Jorge, 2022, p. 111).

A Área Metropolitana de Lisboa que enfrenta vários problemas relacionados com a habitação, agravados nos últimos anos devido ao aumento do preço dos imóveis e à gentrificação (Rego et al., 2023). Os principais problemas de habitação em Lisboa: a escassez de habitação acessível, especialmente para as famílias e indivíduos de baixos rendimentos; Aumento dos Preços do Imóveis que torna inacessível a compra ou aluguer de imóveis para muitos dos residentes da cidade (Leite, 2023); Gentrificação, onde os bairros que antes eram mais acessíveis estão a passar por transformações que passa por expulsar os moradores com rendas antigas, e conseqüentemente, mais baixas e o aumento dos custos de habitação (Accornero & Carvalho, 2023); alojamento local, que tem impactado significativamente o mercado habitacional, com muitos proprietários a converter imóveis residenciais em unidades de alojamento local de forma a atender à elevada taxa turística; despejo e insegurança habitacional, onde muitos residentes enfrentam ameaças de despejo devido ao aumento do preço das rendas que leva à insegurança de perder a sua casa; falta de habitação social na cidade de Lisboa, comparando com a lista imensa de candidatura aos Programas municipais. Estes problemas de habitação na capital portuguesa são complexos e multifacetados que exigem abordagens integradas relacionadas com políticas de habitação, planeamento urbano e desenvolvimento económico, de forma garantir que a cidade se torne acessível e habitável a todos os seus residentes (Pinto, T. C., 2023; Matos et. al., 2020).

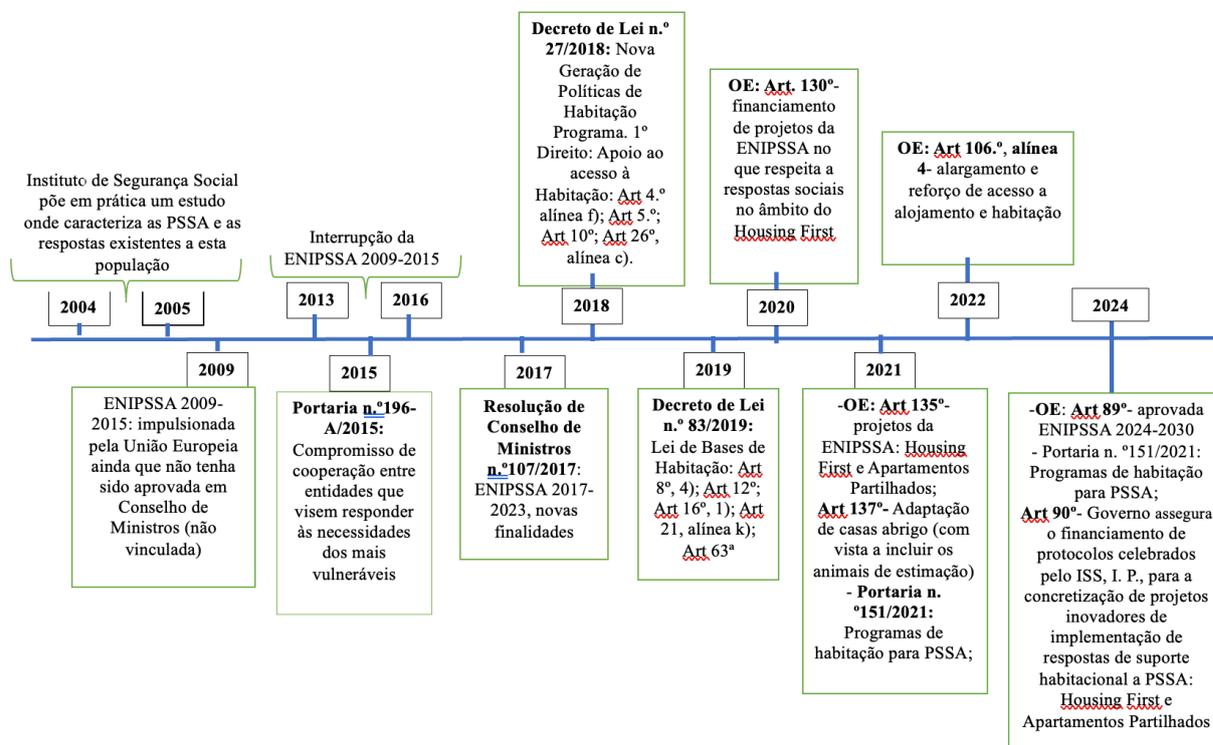
⁴ Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho

⁵ Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio

1.3. Legislação: Políticas de Habitação e as Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

A legislação e as políticas públicas em Portugal têm feito progressos significativos na abordagem as situações de sem-abrigo. A ENIPSSA, a Lei de Bases da Habitação e programas como *Housing First* ou Apartamentos Partilhados, são exemplos de iniciativas que visam garantir o direito à habitação, promovendo a reintegração social dos utentes. Esta condição de sem-abrigo é uma questão social grave que exige uma abordagem multifacetada, incluindo intervenções políticas e legais. A Linha do Tempo (Figura 1), que se segue, demonstra a evolução da legislação, programa e projetos em Portugal sobre Habitação, no que toca à população em situação de sem-abrigo

Figura 1- Linha do Tempo: Legislação de Habitação tendo em conta as Pessoas em Situação de Sem-Abrigo



Fonte: Elaboração própria

A Resolução de Conselho de Ministros n.º50-A/2018 vem estabelecer a Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), que tem como missão: “ 1. Garantir o acesso de todos a uma habitação adequada, entendida no sentido amplo de habitat e orientada para as

peças, passando por um alargamento significativo do âmbito de beneficiários e da dimensão do parque habitacional com apoio público; 2. Criar as condições para que tanto a reabilitação do edificado como a reabilitação urbana passem de exceção a regra e se tornem nas formas de intervenção predominantes, tanto ao nível dos edifícios como das áreas urbanas.” Esta nasce do seguimento da Estratégia Nacional para a Habitação (ENH) de 2015, pois Portugal necessitava de uma abordagem mais centrada no papel da habitação e da requalificação para a melhoria da qualidade de vida dos que residem em solo nacional. Isto leva a uma revitalização, coesão social e territorial das cidades. Tal como é referido na RCM n.º 50-A/2018, esta é uma nova política que se baseia numa “cooperação horizontal (entre políticas e organismos setoriais), vertical (entre níveis de governo) e entre os setores público, incluindo o cooperativo, bem como uma grande proximidade aos cidadãos”. Os municípios têm uma maior proximidade com os munícipes, o que faz com que consigam ter uma noção da real situação habitacional dentro dos concelhos. Quanto aos grupos da sociedade mais vulneráveis, a NGPH une-se à Estratégia de Integração das Comunidades Ciganas, Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo e medidas de apoio (proteção e processo de autonomização) das vítimas de violência doméstica. (RCM n.º 50-A/2018).

No objetivo 1 da NGPH: Dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional, surge o programa “1.º. Direito- Programa de Apoio ao Acesso à Habitação”, estão incluídas as Pessoas em Situação de Sem-Abrigo pelo Artigo 4.º, alínea f); o Artigo 5.º: conceptualiza o que são as condições indignas; Artigo 10.º: acesso de pessoas e agregados em situações específicas; Artigo 26.º, alínea c): quais as entidades beneficiárias. A NGPH disponibiliza um conjunto alargado de soluções de alojamento permanente com financiamento destinados a prevenir a situação de sem-abrigo decorrente de alta institucional ou carência habitacional grave, destinado a HF ou outros programas de habitação (Baptista, 2018).

No Decreto de Lei n.º 83/2019, publicado em Diário da República a 3 de setembro, a Assembleia decreta a Lei de Bases da Habitação. Onde surge: “Artigo 12.º Direito à morada: 1 - O Estado promove e garante a todos os cidadãos, nomeadamente às pessoas em situação de sem abrigo, o direito a uma morada postal, inerente ao exercício dos direitos de cidadania, incluindo o serviço de entrega de correspondência. (...) 4 - As pessoas na situação de sem abrigo têm o direito de indicar como morada postal um local

de sua escolha, ainda que nele não pernoitem, desde que autorizado pelo titular dessa morada postal”. No capítulo IV: Políticas de solos e ordenamento do território, Art 35º: “Ordenamento do território e direito à habitação: 1 - O Plano Nacional de Habitação e o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) devem ser articulados entre si, garantindo um compromisso recíproco de integração e compatibilização das respetivas prioridades, objetivos e metas e o respeito das obrigações do Estado em matéria de direito à habitação, desenvolvimento sustentável e coesão territorial.; 2 - Os vários níveis de planeamento asseguram o planeamento das redes de abastecimento de serviços e bens essenciais, garantem a sua regulação em função do interesse geral e preveem o seu desenvolvimento com vista à satisfação das necessidades habitacionais presentes e futuras, bem como a garantia do direito à habitação e à qualidade de vida, salvaguardando as necessárias reservas de solo.” Capítulo IX: Intervenções prioritárias, Art 63º: Pessoas em Situação de Sem-Abrigo “1 - O Estado organiza e promove a Estratégia Nacional de Apoio às Pessoas em Situação de sem Abrigo, em articulação com as regiões autónomas, as autarquias locais e a sociedade civil; 2 - A estratégia nacional referida no número anterior é complementada pelas estratégias regionais e locais no âmbito das respetivas redes sociais, de forma articulada e sem prejuízo da autonomia das organizações da sociedade civil que integram essas redes; 3 - As estratégias de âmbito nacional, regional ou local de apoio às pessoas em situação de sem abrigo visam a erradicação progressiva desta condição, através de abordagens integradas que privilegiem o acesso à habitação, visando a saúde, o bem-estar e a inserção económica e social das pessoas em situação de sem abrigo.” (Decreto de Lei n.º 83/2019)

Desde 2015, que está presente nos termos previstos nos artigos 7.º, alínea c), e 28.º da Portaria n.º196-A/2015 de 1 de Julho, pretende o Instituto de Segurança Social, I.P, estabelecer protocolos de cooperação com as entidades que manifestarem interesse em assegurar o funcionamento de apartamentos partilhados para habitação temporária, destinados a pessoas em situação de sem-abrigo. Estes protocolos são celebrados com entidade que integrem os NPISA. Devem abranger no máximo 260 pessoas em situação de sem-abrigo, privilegiando-se, sempre, a distribuição equitativa de vagas.⁶ O projeto de habitação partilhada prevê a promoção do acesso a habitação recorrendo a programas existentes ou a criar, privilegiando respostas para indivíduos e famílias. É através do

⁶ www.seg-social.pt

trabalho articulado dos parceiros se tenta responder às necessidades evidentes das pessoas em situação de sem-abrigo, através de equipamentos partilhados de carácter transitório, que têm como objetivo final a inserção social desta população.

A ENIPSSA 2017-2023 promove a habitação partilhada como um projeto de “inclusão social e autonomização de pessoas em situação de sem-abrigo ou grande vulnerabilidade social”. No ano de 2021, o Governo lançou um programa de habitação para a população em situação de sem-abrigo, através da Portaria n.º 151/2021 de 16 de julho, concretizando a Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro, onde “prevê que o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.), celebre, durante o ano, protocolos para o financiamento de projetos inovadores ou específicos nos modelos de *housing first* e apartamento partilhado”. O artigo 5º da mesma portaria, especifica no que consiste o projeto:

”1 — O modelo de apartamento partilhado visa garantir à pessoa em situação de sem-abrigo um alojamento em contexto habitacional com carácter transitório e temporário, apoiado por um conjunto diversificado de serviços de apoio social, em estreita ligação com outros recursos da comunidade e com apoio técnico adequado, no sentido de promover a inserção social e a autonomização.

2 — A capacidade do apartamento partilhado varia entre o mínimo de duas pessoas e o máximo de cinco pessoas, considerando o número de quartos disponíveis, devendo ser asseguradas as normas de habitação, as condições de higiene e segurança em vigor.

3 — O acolhimento em apartamento partilhado é previsto para um período máximo de seis meses, podendo ser excecionalmente renovado uma vez, por igual período.”⁷

No entanto, é crucial continuar a monitorizar e ajustar estas políticas de modo a responder às necessidades emergentes e assegurar um apoio eficaz e sustentável.

1.4. Habitação Partilhada

Na Europa, a pesquisa académica focada nas políticas sociais, mostra a mudança positiva que ocorre na compreensão do fenómeno e no desenvolvimento do apoio na habitação,

⁷ Diário da República N.º 137, 1ª série de 16 de Julho de 2021- Portaria n.º 151/2021

nos últimos 20 anos, ainda que precise de aperfeiçoamento deste conhecimento para uma aplicação de políticas mais adequadas e não apenas baseadas nas descobertas americanas. (Pleace et al., 2018; Rondino e Rodilla, 2022).

A habitação partilhada é uma abordagem emergente para resolver problemas habitacionais e sociais. Esta solução visa proporcionar habitação acessível e digna, promovendo a integração social de diversas populações (Benton, 2014).

Mas, analisando a base da habitação partilhada, é no início dos anos 90, que nos Estados Unidos, Sam Tsemberis e a *Pathways to Housing* desenvolvem um modelo de serviço aos sem-abrigo crónicos (Pleace, 2011; Costa et al., 2018; Taylor et al., 2020; Quilgars and Pleace, 2016; Woodhall-Melnik and Dunn, 2014; Pearson et al., 2016).

A organização Pathways é fundada por Sam Tsemberis, em Nova Iorque no ano de 1992, como medida de combate aos sem-abrigo crónicos, através dos exemplos da habitação apoiada nos serviços de saúde mental. A abordagem *Pathways Housing First* (PHF) tem por base um direito básico: a habitação. A PHF é um serviço que disponibiliza apartamentos mobilados do setor privado, apenas para os sem-abrigos crónicos que tenham uma doença mental grave. Este arrendamento é feito pelo senhorio à PHF e o utilizador é subarrendatário, fazendo com que as pessoas em anterior situação de sem-abrigo não tenham preocupações em arrendar casa. A atribuição de habitação é feita quase instantaneamente e não tem qualquer requisito para tratamento psiquiátrico ou abstenção do uso de drogas ou álcool. Os utentes participam no pagamento de 30% do aluguer e contam com a visita semanal de um técnico do projeto. O apoio aos utentes destes alojamentos era feito por uma equipa de trabalho que se focava no apoio para os sustentar na sua habitação e uma equipa multidisciplinar (psiquiatra, educador de pares⁸, enfermeiro, assistente social, especialista em emprego apoiado, especialista de consumos) que trabalhava com outros serviços, tais como, o tratamento comunitário assertivo para doenças mentais muito avançadas e graves, e a gestão de casos intensiva para os problemas menos graves (Busch-Geertsema, 2012).

Existe uma diversidade nos serviços do modelo PHF e *Housing First*, por exemplo, nos EUA apenas dois seguiam o modelo PHF tal como se descreve acima. No seguimento

⁸ Indivíduo com experiência pessoal em recuperação de dependência ou distúrbio mental que fornece orientação para pessoas em tratamento.

desta diversidade, a *Pathways Housing First* emitiu diretrizes ao detalhe sobre os seus serviços. Todos partem do princípio de que não têm o requisito da abstinência ao consumo de álcool e drogas e em conformidade com o tratamento psiquiátrico para conseguirem ter acesso direto à habitação (Pleace, 2011; Costa et al., 2018; Greenwood et al., 2020, Aubry et al., 2018; Taylor et al., 2020; Bretherton e Pleace, 2012). Pleace (2011), enumera alguns argumentos que sugerem que os serviços que não utilizam regimes rigorosos, podem ser a melhor opção para os sem-abrigo com problemas graves com o consumo de álcool e drogas.

A integração comunitária tem de acordo com Aubry et al (2013) e Wong e Solomon (2002) in Ornelas et. al (2014), aglomera três elementos: integração física, integração social e integração psicológica. O domínio social e psicológico da integração são fatores essenciais para os sem-abrigo crónicos, de longa duração ou doença mental pois já sentiram solidão, rejeição e isolamento, ficando assim impedidos de obter as mesmas oportunidades nas atividades da comunidade. A integração social tem como elemento-chave a habitação. (Ornelas et al, 2014; Quilgars e Pleace, 2016; Duarte e Almas, 2020; Schneider, 2022).

De acordo com Brown (2016), a habitação partilhada foi desenvolvida pela Pathways to Independence, para que quem quisesse sair das ruas e partilhar as despesas que uma casa implica, com alguém se conhecesse bem e que estivesse na mesma situação (sem-abrigo). Esta transição para os apartamentos implica reuniões semanais onde se discute: a procura por habitação, estabelecimento de regras, expectativas de cada morador, comunicação e resoluções de eventuais problemas e as preocupações individuais e comunitárias. Este era um aluguer pelo período de 6 meses, onde existe a possibilidade de renovar. Para que haja um resultado positivo, é necessário o acompanhamento e ajuda permanente aos indivíduos para que estes enfrentem os desafios que encontram socialmente, mas também os desafios que existem ao partilhar uma casa.

As melhorias na integração social que ocorrem depois das pessoas em situação de sem-abrigo com doença mental, terem obtido moradia de transição, foi seccionada por seis variáveis, por Tsai et. al (2012): habitação, trabalho, apoio social, participação comunitária, atividade cívica e religião. Estas variáveis foram analisadas aos seis meses e aos 12 meses, durante 1 ano. Como resultado do estudo, os participantes apresentaram melhorias substanciais na habitação, mas permaneceram socialmente isolados.

Existem diferentes formas de partilhar habitação, pois o motivo que está por detrás da partilha pode ser involuntário: moradia compartilhada com outras pessoas devido à perda da própria moradia, dificuldades económicas ou falta de alternativas (Ex: despejo); ou voluntário: razão alternativa e geralmente pode viver de forma independente em moradia segura, fixa, regular e adequada (Ex: não vivem em situação de pobreza; partilham de uma casa para economizar; divisão de despesas) (Sullivan, 2023).

Surtem como modelos de habitação partilhada:

- *Cohousing*: comunidades onde os residentes têm espaços privados, mas compartilham áreas comuns, o que promove a socialização e o suporte mútuo;
- *Housing First*: suporte técnico contínuo em habitação imediata e permanente a pessoas em situação de sem-abrigo;
- *Coliving*: modelo de habitação compartilhada, popular entre jovens profissionais, mas que pode ser adaptado e destinar-se a pessoas em situação de sem-abrigo.

(Pleace et al., 2015; Jarvis et al., 2016; Williams, 2005)

Na Europa, a Finlândia foi pioneira na implementação do *Housing First*. Os resultados desvendaram uma redução significativa do número de pessoas em situação de sem-abrigo, com melhorias na saúde mental e estabilidade habitacional dos utentes. Na Dinamarca, o *Cohousing* é o modelo adotado para atender pessoas em situação de sem-abrigo, retratando melhoria na qualidade de vida e promoção de interações sociais saudáveis entre os residentes. Em França, o programa “*Um chez-soi d’abord*” tem por base o *Housing First*, reduziu a população em situação de sem-abrigo e destaca a melhoria na saúde mental dos beneficiários. Por último, no Reino Unido, é adotado o modelo de *Coliving*, adaptado para os vários grupos, incluindo pessoas em situação de sem-abrigo, mitigando assim o fenómeno (Pleace et al., 2015; Jarvis et al., 2016; Williams, 2005).

Em todos os modelos, são enumerados benefícios da habitação partilhada, bem como, uma melhoria da saúde mental e física, maior estabilidade habitacional e integração social (Williams, 2005). Facilita também a formação de redes de apoio e reduz o isolamento social (Jarvis et al., 2016). Reforça-se a importância de adaptação e expansão do modelo *Housing First* para outros contextos (Pleace et al., 2015).

Anucha (2010) e Schneider (2022), defendem que o modelo de habitação partilhada, para os participantes não é um espaço apropriado para se desenvolverem como indivíduos para que tenham um papel ativo na vida social e cultural. Este é um dos modelos de habitação que os ajuda a permanecer alojados ainda que destaquem a falta de espaço e de tempos privados (presos numa vida partilhada), o que prejudica a sua saúde e bem-estar, mas são incapazes de avançar para outro tipo de habitação devido à escassez de moradias subsidiadas ou independentes. Os vícios e as vulnerabilidades do ambiente e das condições de quem partilha a habitação podem condicionar a reintegração em várias variáveis. Enquanto os abrigos de emergência e temporários não fornecerem caminhos viáveis para a moradia, as pessoas acabam por não abdicar de pessoas/objetos/animais de estimação e preferem pernoitar na rua (Schneider, 2022). A maioria dos indicadores de qualidade de vida do estudo de Anucha (2010) mostra menos melhoria nas pessoas em situação de sem-abrigo em alojamento partilhado.

He et al. (2010) ao contrário de Anucha (2010), destacam que na maioria dos beneficiários a habitação partilhada não os afeta negativamente. Realçam a ideia de que as pessoas que vivem sozinha tendem a centrar-se no seu próprio pensamento enquanto o contacto com os outros promove um foco no mundo socializado interpessoal. Ainda ao invés de Anucha (2010), He et al. (2010) refere que a partilha de habitação está associada a melhores resultados para aumentar a habitação partilhada.

A habitação temporária também se pode tornar num alojamento bastante longo (Pleace et al., 2018). O aumento dos preços nos hotéis nas grandes cidades, levou ao investimento do Estado no programa *Housing First* e noutras medidas de apoio habitacional. Estes serviços destinam-se a pessoas em situação de sem-abrigo em fase de integração socioprofissional, em convalescença ou em reabilitação ativa de toxicodependência. Ainda que o HF esteja cada vez mais presente e com mais interesse, as restrições do mercado imobiliário estão a impedir o desenvolvimento deste programa (Idem, 2018).

Em Portugal, a principal resposta durante a pandemia por COVID-19, foi aumentar significativamente a oferta dos abrigos de emergência no contexto da ENIPSSA. O desemprego por conta da situação económica e social vivida, aumentou o número de famílias em risco de perder as suas casas, ainda que o artigo 8º da Lei n.º1/a/2020 suspendesse os despejos por parte dos senhorios (Pleace et al., 2021).

O apoio centrado na habitação é provavelmente a minoria de serviços às pessoas em situação de sem-abrigo na Europa (Pleace et al., 2018). Portugal, é um dos países da Europa onde há menos serviços preventivos, ainda que haja iniciativas dos municípios para impedir o despejo, para prevenir situações vulneráveis para os munícipes. A tipologia de prevenção encontra-se focada nos grupos vulneráveis, em dinâmicas pontuais e também na habitação. O HF representa uma resposta inovadora e eficaz aos sem-abrigo que reconhece, respeita e responde às dimensões humanas nesta forma mais extrema de pobreza e marginalização social (Pleace et al., 2018; Pleace et al., 2021; Rondino e Rodilla, 2022; Schneider, 2022).

1.5. Projetos: *Housing First* e Apartamentos Partilhados em Portugal

A implementação do programa *Housing First* em Portugal surgiu no ano de 2009, em Lisboa pela cooperação entre a AEIPS (Associação para o Estudo e Integração Psicossocial) e o ISPA- Instituto Universitário. Esta parceria nasce para estabelecer uma assistência técnica, treino, avaliação e pesquisa para implementar esta abordagem HF. A AEIPS é uma organização não-governamental sem fins lucrativos que promove a recuperação e integração de pessoas que sofrem de doença mental (Costa et al, 2018; Ornelas et al, 2014; Duarte e Almas, 2020; Wahn, 2016).

A abordagem HF tem como designação Projeto Casas Primeiro e foi criado no âmbito da primeira Estratégia Nacional para os Sem-Abrigo em Portugal (2009-2015), implementado como projeto-piloto durante 2 anos (2009-2011). Financiada pelo Instituto de Segurança Social, a ENIPSA, foi destinada a desenvolver soluções inovadoras para combate da situação de sem-abrigo. Nessa altura, as respostas a esta população eram essencialmente, alojamentos e abrigos de emergência.

O projeto demonstrou eficácia, eficiência e viabilidade para adoção em contexto nacional. Devido a alterações na gera política, a ENIPSA ficou suspensa depois de uma avaliação por parte do governo onde foi decidido que os seus objetivos não se compreendiam com

medidas políticas de ação precisas. Apesar das limitações, a AEIPS conseguiu continuar a desenvolver o projeto Casas Primeiro, através de financiamento da Câmara Municipal de Lisboa, fundos públicos, doações e empresas privadas. Em 2016, a CML integra o projeto no Programa Municipal de Sem-Abrigo, como uma medida indispensável para combater a situação de sem-abrigo (Duarte e Almas, 2020). O programa conta com habitação alugada ao setor imobiliário privado, dispersos pela cidade, com boas acessibilidades a transportes públicos, comércio e serviços públicos (Ornelas et al, 2014; Duarte e Almas, 2020).

Atualmente, o Programa Casas Primeiro inclui uma equipa multidisciplinar, asseguram um suporte individualizado, de acordo com as necessidades de cada pessoa, suporte de pares e reuniões semanais de grupo de ajuda mútua. Todos estes serviços são prestados dentro de casa do beneficiário, através de uma visita semanal e também em ambientes comunitários para ajudar os participantes a ter acesso aos serviços públicos de bem-estar, recursos e atividades comunitárias (Costa et al, 2018; Ornelas et al, 2014).

Os riscos sociais decorrem dos percursos individuais e das políticas sociais iniciantes ao nível da educação, emprego e habitação. O trabalho entre as instituições e organizações perdem muitas vezes o foco daquele que é o objetivo de erradicar e prevenir a situação de sem-abrigo (Branco, 2019).

É necessária uma maior atenção para desenvolver intervenções de reabilitação em programas de habitação para melhorar a integração social das pessoas em situação de sem-abrigo (Tsai et. al, 2012; Brown, 2016; Guerrero et. al, 2014; Oliveira, 2019; Branco, 2019; Pina et. al, 2021).

Costa et al. (2018) demonstra que os elementos facilitadores da implementação do programa com um alto nível de fidelidade são:

“as relações e a colaboração entre o programa e outros serviços e organizações comunitárias foram descritas como um importante ativo organizacional que facilita o acesso dos participantes não apenas aos serviços de saúde ou serviços sociais, mas a uma ampla gama de recursos comunitários, aumentando o envolvimento na vida comunitária e nas relações sociais” (Idem, p.)

É necessário manter esta questão na agenda política, demonstrando soluções eficazes para combater o problema social e despertar o interesse político na busca de soluções que se destinem à reintegração das pessoas em situação de sem-abrigo, tais como, o *Housing First* (Woodhall-Melnik e Dunn, 2014) e os Apartamentos Partilhados (ENIPSSA, 2021).

De acordo com Duarte e Almas (2020), o principal fator para adesão ao programa foi o acesso direto à habitação, onde conseguem ter a sua privacidade, acesso à saúde e segurança. Os beneficiários relatam a melhoria na sua saúde física e mental. A estabilidade habitacional gera oportunidades de emprego, acesso ao ensino ou projetos em que se consigam integrar.

Devido à divulgação do PCP, por parte da AEIPS, a nível nacional, o programa ficou na mira de vários municípios, organizações, etc. Depois do projeto-piloto na CML, em 2012, o município de Cascais também adere ao programa. A Associação Crescer em Lisboa e a Cruz Vermelha em Braga também abraçam a iniciativa (Duarte e Almas, 2020). Na cidade de Coimbra, Vila Nova de Gaia, Aveiro, Leiria e Barcelos, também se abre concurso para financiamento pela Inovação Social para replicas do programa HF.

Neste modelo, cada quarto é ocupado apenas por uma pessoa e esse espaço é particular. O projeto oferece um acompanhamento individualizado e contínuo a cada pessoa através de uma equipa multidisciplinar com o objetivo de desenvolver a autonomia, responsabilização, empoderamento e inclusão social. Esta inclusão assenta no plano individual mediante motivação, aspirações e desejos pessoais, promovendo competências pessoais, sociais e de empregabilidade (ENIPSSA, 2021).

O desenvolvimento estratégico em torno dos sem-teto estava a mover-se na direção do programa HF e outras abordagens no âmbito da habitação, cuja eficácia era cada vez mais reconhecida e já estava a atrair novos interesses políticos e investimentos públicos, deve-se à meta de Portugal acabar com a falta de moradia até 2023 (Pleace et al., 2021).

Embora a falta de habitação não se resolva apenas usando o HF, a realidade de resposta pode não ser assim tão complicada (Pleace et al., 2018). O HF pode resolver a questão das pessoas em situação de sem-abrigo se tiver o papel certo e claramente definido, como parte de uma estratégia integrada para as pessoas em situação de sem-abrigo que também forneça prevenção, sistemas de realojamento rápido, habitação apoiada, incorporando bem-estar, saúde, habitação social e aumentar a oferta de moradias adequadas e

acessíveis. Num contexto onde os recursos disponíveis para prevenir e reduzir a falta de moradia são relativamente baixos, o foco da intervenção tem de estar bem definido. Se o interesse político não for combater a situação de sem-abrigo, o financiamento é insuficiente e escasso e a eficácia dos serviços será prejudicada. Esta falta de financiamento leva apenas ao combate e não à redução e prevenção da falta de moradia e à situação de sem-abrigo.

O projeto “Apartamentos Partilhados” é uma iniciativa a oferecer uma solução habitacional digna e sustentável para pessoas em situação de sem-abrigo. Este projeto surgiu em resposta à necessidade crescente de abordagens inovadoras e eficazes para enfrentar a crise habitacional em Portugal. Inspirado em outros modelos internacionais de habitação partilhada que demonstram taxas altas de sucesso, tais como o *Housing First*. Através de uma abordagem colaborativa e centrada nas necessidades dos indivíduos, o projeto não só proporciona habitação digna, mas também promove a reintegração social e económica dos utentes. A continuidade do apoio do Governo e das parcerias com entidades sociais e instituições académicas é crucial para o sucesso e expansão contínua do modelo.

Neste projeto, os utentes são integrados nos apartamentos, previamente alugados pelas instituições, mediante entrevista dos técnicos responsáveis pelo projeto. O apartamento tem, normalmente, a tipologia de T3, ou seja, 3 quartos, com capacidade máxima para 5 utentes (2 quartos duplos e 1 quarto singular). O ISS destaca 1 técnico e 1 ajudante de ação social para o desenvolvimento deste projeto. Após a entrevista, os utentes são integrados, onde assinam um contrato de prestação de serviços, onde é descrito tudo o que envolve o projeto, mas também é entregue ao utente o regulamento interno e as regras do apartamento. Ao integrar este projeto, os utentes elaboram em conjunto com o técnico, um plano individual de intervenção, onde são traçados os objetivos e as ações para suprir os problemas e necessidades. Têm ainda acompanhamento psicossocial semanais obrigatórios e visitas diárias dos técnicos. Os acompanhamentos psicossociais têm o propósito de acompanhar o utente, ou seja, se o utente necessita de algum apoio técnico, mas também serve como uma conversa privada, onde pode esclarecer os aspetos que entender. As visitas diárias têm como objetivo manter a vigilância do apartamento, ou seja, ver se as escalas de limpeza estão a ser cumpridas, se a casa e os quartos se mantêm

organizados. Este é um projeto que promove a autonomia dos utentes na procura de emprego e também no acesso aos serviços (ISS, s.d).

2. Metodologia

2.1. Objeto de Estudo

A presente investigação pretende compreender o funcionamento da resposta social “Apartamentos Partilhados”, recolhendo as perspetivas dos utentes, e ainda, com a participação fundamental daqueles que coordenam a resposta, os técnicos. A garantia da eficácia, da eficiência e da intervenção advém da rentabilização dos recursos que existem no Estado Social com suporte na aplicação de medidas e programas existentes centrados na pessoa em situação de sem-abrigo (ENIPSSA, 2021). O Eixo 2 da ENIPSSA requer o “Reforço da Intervenção” com a População em Situação de Sem-Abrigo, apoiado em 7 objetivos estratégicos. De acordo com o objetivo estratégico número 3: “garantir a qualidade das respostas e dos serviços prestados”, e tendo em conta a sua meta número 1, que realça a importância da “participação das pessoas em situação de sem-abrigo na avaliação das respostas sociais”. Por fim, são apresentados as conclusões e os aspetos a melhorar nesta medida em estudo.

De forma dar resposta aos objetivos que derivam da questão de partida: “*Qual a importância da resposta habitacional no âmbito de Apartamentos Partilhados para pessoas em situação de sem-abrigo?*”, foi utilizada a abordagem qualitativa. Segundo Chizzotti (2003, p.221), esta abordagem, parte do “pressuposto básico de que a investigação dos fenómenos humanos tem (...) características específicas: criam e atribuem significados às coisas e às pessoas nas interações sociais e estas podem ser descritas e analisadas, prescindido de quantificações estatísticas”. Esta é uma abordagem que permite produzir aproximações de um retrato mais fiel da realidade de contextos desconhecidos, complexos e dinâmicos e que aposta na valorização do sujeito e do seu papel na construção da realidade (Quivy, e Campenhoudt, 1992; Creswell, 2013). Permitiu ao investigador abordar os fenómenos sociais e gerar teorias formais que confirmem as regularidades do funcionamento dos sistemas e da ação, captando relatos, descrições, discursos e documentos que se reportam aos significados, crenças, opiniões e práticas dos atores (Silva, 2013; Martins, 2004).

Assim, o estudo tem como objetivo geral:

- Compreender a importância da resposta habitacional no âmbito de Apartamentos Partilhados para pessoas em situação de sem-abrigo, na perspetiva dos beneficiários e dos técnicos das instituições, da Área Metropolitana de Lisboa;

e como **objetivos específicos**:

- Caracterizar a população beneficiária entrevistada, da resposta “Apartamentos Partilhados”, das instituições colaborantes;
- Identificar quais os elementos que permitem avaliar a importância da resposta na reintegração social das pessoas em situação de sem-abrigo:
 - i) benefícios para a reintegração social das pessoas em situação de sem-abrigo;
 - ii) vantagens e desvantagens na perspetiva das pessoas em situação de sem-abrigo e dos técnicos;
 - iii) aspetos a melhorar na resposta.

2.2. Métodos e Técnicas de Recolha de Dados

Numa primeira abordagem definiu-se que seriam realizadas entrevistas aos beneficiários da resposta e aos técnicos, dando-se preferência a Assistentes Sociais. Sendo que, normalmente, somente há uma pessoa responsável pela resposta, apenas uma das técnicas tinha licenciatura em Serviço Social, e assim, não se conseguiu avançar pela perspetiva de um/a Assistente Social.

Esta investigação, de natureza qualitativa, recorreu às seguintes técnicas de recolha de dados: i) pesquisa bibliográfica de forma a definir aquele que é o conceito de pessoa em situação de sem-abrigo, bem como teorias, políticas sociais e alguns estudos que permitiram aprofundar a investigação; ii) pesquisa documental em legislação e regulamentos; iii) as entrevistas semiestruturadas.

Quanto à observação, esta consiste em selecionar a informação mais relevante, selecionando os indicadores mais importantes. O tipo de observação é indireta, onde o investigador “se dirige ao sujeito para obter a informação procurada. Ao responder às perguntas, o sujeito intervém na produção da informação (...)” (Quivy, e Campenhoudt,

1992, p.165). Os objetivos da observação passam pela compreensão do fenómeno; possibilitar uma compreensão mais sistematizada do contexto em análise; dar resposta aos objetivos de investigação e recolher os dados pertinentes às necessidades (Quivy, e Campenhoudt, 1992).

A entrevista é um instrumento que revela dados não observáveis e permite explorar as perspetivas dos entrevistados na primeira pessoa. Segundo Mack et. al (2005, p. 2), “as entrevistas são ideias para reunir dados sobre histórias, perspetivas e experiências pessoais dos indivíduos, especialmente quando se abordam tópicos delicados durante a pesquisa”. A entrevista aplicada foi semiestruturada, ou seja, foi previamente elaborado um guião, que funcionou como *check-list*. A flexibilidade que este tipo de entrevista tem, traduz-se em questões previamente pensadas, mas que no fluir da conversa, existe liberdade para explorar outros tópicos ou seguir linhas novas, de acordo com as respostas dos entrevistados. Apesar desta flexibilidade, as entrevistas semiestruturadas oferecem uma estrutura básica, de forma a garantir que os principais tópicos de interesse sejam abordados, o que ajuda a manter o foco da entrevista e que as informações relevantes sejam retiradas de forma consistente. O facto de os participantes terem a oportunidade de fornecer respostas mais detalhadas e contextualizadas, pode levar a uma compreensão mais completa do fenómeno em estudo. Aos entrevistadores, as entrevistas semiestruturadas também permitem adaptar as abordagens consoante o contexto e características dos participantes, sendo que podem também estabelecer uma relação de confiança entre as partes (Mack et. al, 2005; Quivy e Campenhoudt, 1992). Esta permite um tratamento de dados mais organizado, seleção de aprofundamento de temática e o surgimento de novas questões durante a interação com o entrevistado (Quivy, e Campenhoudt, 1992; Mack et. al, 2005). A variedade de material que pode ser recolhido através do método qualitativo exige que o investigador tenha capacidade integrativa e analítica para agrupar as informações recolhidas (Martins, 2004).

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas a 10 beneficiários da resposta habitacional no âmbito dos apartamentos partilhados e a 4 técnicos de 3 instituições participantes. O total do número de beneficiários e técnicos entrevistados deve-se à saturação dos dados que decorre durante as entrevistas, onde se verifica que já não oferecem *insights* que adicionem novas informações substanciais ao estudo “ (...) Será, portanto, o ponto em que não surgem novas informações, categorias ou temas, podendo

terminar-se o ciclo de recolha e análise de dados. (...) corresponde à suspensão da inclusão de participantes quando dos dados passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, certa redundância ou repetição” (Ribeiro et. al, 2018), mas também da indisponibilidade de instituições/entidades que detêm a resposta.

Os guiões das entrevistas (anexo 1) foram elaborados para os beneficiários e para os técnicos (anexo 2) da medida, que se dividem em dimensões, de forma a agrupar a informação. Os temas centrais que orientaram o guião da entrevista dos beneficiários incidiram sobre: 1) Caracterização do utente (tendo em conta os indicadores utilizados na caracterização pessoas em situação de sem-abrigo pela ENIPSSA: género, idade, estado civil, nacionalidade, naturalidade, fonte de rendimento, escolaridade, tempo em situação de sem-abrigo e o motivo que levou à situação de sem-abrigo); 2) Integração na medida “Apartamentos Partilhados”; 3) Vantagens e Desvantagens; 4) Aspectos a melhorar.

Relativamente aos temas centrais no guião da entrevista aos técnicos: 1) Formação e experiência profissional; 2) Caracterização da medida; 3) Apresentação da medida; 4) Benefícios para a reintegração social; 5) Vantagens e Desvantagens da medida; 6) Aspectos a melhorar.

As entrevistas foram conduzidas em locais conveniente para os participantes, garantindo assim, um ambiente seguro e confortável. A recolha de dados foi sempre, que possível, realizada nos apartamentos. Apenas 1 utente não se sentiu à vontade em fazer a entrevista no apartamento, e assim, alteramos o local para um sítio escolhido pelo próprio. Uma vez que estava acompanhado pela técnica, a entrevista da mesma, foi também concretizada no mesmo local. Não havendo possibilidade de ir a um dos apartamentos, a entrevista de uma das técnicas foi realizada *online*, via zoom. Quanto à localização dos apartamentos, 3 deles estão localizados no concelho de Lisboa e 1 no concelho da Amadora. Na tabela 1, indica a sombreado azul as entrevistas das técnicas, sendo as restantes referentes aos utentes. Todas as entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto e outubro de 2023, sendo todas gravadas com o consentimento dos participantes, e posteriormente transcritas para análise.

Foi feita uma breve apresentação daquilo que se pretende com o estudo, explicando os objetivos, presentes no consentimento informado, conforme disponibilizado no anexo 3.

Todos os participantes no estudo aceitaram participar, assinando o consentimento informado, e só depois se deu início às entrevistas. De ressaltar que as instituições que participam nesta investigação estiveram sempre disponíveis para colaborar durante toda a duração do estudo.

No que diz respeito à recolha de dados executada junto das instituições, todas foram contactadas por e-mail, a fim de participarem na investigação, sempre sendo esclarecidos os objetivos do estudo, solicitando a sua colaboração voluntária. Depois desta aprovação por parte da coordenação das instituições, deu-se início às entrevistas.

A amostra constituída no estudo desenvolveu-se por bola de neve. A amostragem por bola de neve é um “processo de permanente coleta de informações, que procura tirar proveito das redes sociais dos entrevistados identificados para fornecer ao pesquisador com um conjunto cada vez maior de contatos potenciais, sendo que o processo pode ser finalizado a partir do critério de ponto de saturação” (Vinuto, 2014, p.204). Para este estudo, o primeiro contacto foi com a instituição Z, no encontro com a instituição, foi passada a informação à investigadora de que a instituição X também tinha a resposta e que poderiam facilitar esse contacto. Também durante as entrevistas, com o estender das conversas, foi possível entender que a instituição Y e mais uma instituição tinham apartamento partilhado para pessoas em situação de sem-abrigo, na área metropolitana de Lisboa, por experiência e conhecimento dos utentes. Segundo Bernard (2005) in Vinuto (2014, p.204) “esta técnica é um método de amostragem de rede útil para se estudar populações difíceis de serem estudadas (...)”.

Devido ao tamanho limitado da amostra e à natureza qualitativa do estudo, os resultados não podem ser generalizados para todas os utentes do projeto. No entanto, fornecem *insights* valiosos sobre as experiências de cada participante.

2.3. Ética na Investigação

A Universidade de York em 2010, formulou políticas destinadas à condução de pesquisa que envolvam pessoas em situação de sem-abrigo, pois reconhecem que existe a necessidade de interpretar e refinar as políticas consoante a população em estudo e assim, alterar os métodos da pesquisa. Estas diretrizes foram desenvolvidas para proteger os

participantes conduzindo a investigação com respeito à condição em que se encontram. O investigador deve “ser guiado pelos princípios básicos que enfatizam a importância de encontros respeitosos com uma população vulnerável; os direitos dos participantes; e as obrigações do investigador que fornecem uma estrutura para a realização de pesquisa” (Universidade de York, 2010, p.2)

É importante que o investigador não inclua nos seus projetos de pesquisa, suposições e estereótipos que a sociedade dominante internalizou sobre a população em situação de sem-abrigo. Estudos com esta população-alvo exigem definição de questões éticas de consentimento informado, confidencialidade, anonimato e privacidade pois recolhe-se informação sobre indivíduos, instituições e organizações. Ter conhecimento acerca do contexto é tão importante quanto o método de pesquisa, para conseguir garantir abordagens éticas (Runnels et al. 2009).

De acordo com Castañeda e Smith (2022), as questões éticas na pesquisa com populações ocultas e vulneráveis, tal como são as pessoas em situação de sem-abrigo, são consideráveis, mas superáveis, especialmente, tendo em conta as potenciais contribuições significativas para uma boa pesquisa.

A investigação qualitativa exige também “uma atitude ética a fim de salvaguardar a intervenção do investigador e a eficácia dos processos metodológicos bem como a participação voluntária dos sujeitos” (Mack, 2013, p.18). No que concerne aos princípios éticos intrínsecos à investigação, o vai ser utilizado o consentimento informado (participação voluntária) para informar os participantes do estudo (pessoas em situação de sem-abrigo e técnicos), acerca dos objetivos do estudo e o propósito da entrevista. O consentimento informado é considerado a base para a pesquisa ética (Runnels et al. 2009), onde se garante o sigilo profissional de forma a proteger a privacidade dos participantes, explicando com clareza todas as etapas da entrevista e assegura ao entrevistado que a experiência e os aspetos revelados durante a entrevista são apenas para acesso do investigador. Este pode ser consentido na gravação áudio ou em papel, devidamente assinado pelo participante (Mack et. al, 2005).

De forma a cumprir o Regulamento Geral de Proteção de Dados, para a recolha de dados foi elaborada uma declaração de consentimento informado que foi assinada por todos os 14 entrevistados conforme já referido, (anexo 3). Os dados das entrevistas foram ser

recolhidos por gravação áudio, consoante o consentimento informado, que mais tarde serão redigidos integralmente, em formato digital (Mack et. al, 2005).

Quanto à análise desses mesmos dados, vai ser pela análise de conteúdo categorial (Bardin, 2016). No decorrer do capítulo de Análise e Discussão dos Dados, de forma a garantir o anonimato dos entrevistados, os mesmos serão designados pela inicial “U” e “T”, sendo as iniciais de utentes e técnicos, respetivamente. De acordo com Berelson (1952, 1968 in Carmo, 2008, p.269), “uma técnica de investigação que permite fazer uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tendo por objetivo a sua interpretação”. As etapas, segundo Carmo (2008) são: a definição dos objetivos, que consiste na referência aos objetivos estabelecidos anteriormente; a constituição de um *corpus* consta na escolha (consoante os critérios da exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência) dos dados que vão ser analisados ou os documentos escolhidos para desenvolver o estudo; a definição de unidades de análise (neste estudo, será a unidade de contexto) e interpretação dos resultados obtidos que asseguram a validade e a fidelidade do estudo.

3. Análise e Discussão de Dados

3.1. Caracterização dos Entrevistados (Utentes)

3.1.1. Caracterização Sociodemográfica

A caracterização sociodemográfica é um elemento fundamental na investigação para que se consiga entender melhor a composição e as características da população alvo, bem como identificar padrões e desigualdades sociais. A análise sociodemográfica ajuda à orientação da intervenção que se dirigem às necessidades específicas de cada grupo. De forma a caracterizar os utentes inseridos no projeto “Apartamentos Partilhados”, optou-se pela utilização dos indicadores utilizados pela ENIPSSA, para caracterizar a população em situação de sem-abrigo a nível nacional: Género, Idade, Estado Civil, Nacionalidade, Naturalidade, Rendimento, Escolaridade, Duração da Situação de Sem-Abrigo, Causa da Situação de Sem-Abrigo. Assim sendo, o Guião de Entrevista aos beneficiários (anexo 1), mostra todas as questões dirigidas aos utentes.

Tabela 1- Caracterização Sociodemográfica dos Utentes Entrevistados

Entrevistado	Instituição	Local	Duração	Género	Idade	Estado Civil	Nacionalidade	Naturalidade	Rendimento	Escolaridade	Duração da Situação de Sem-Abrigo;	Causa da Situação
U1	Z	Lisboa1	26 min	F	54	Divorciada	Portuguesa	Lisboa	RSI	9º ano	7 anos	Ausência de suporte familiar; Desemprego e Precariedade de Trabalho
U2	Z	Lisboa1	31 min	M	64	Divorciado	Portuguesa	Lisboa	Pensão de Invalidez	12ºano	5 anos	Despejo
U3	Z	Lisboa2	23 min	M	44	Solteiro	Portuguesa	Guiné-Bissau	Trabalho por conta de outrem	12º ano	1 ano	Despejo
U4	Z	Lisboa2	22 min	M	49	Solteiro	Portuguesa	Lisboa	Trabalho por conta de outrem	Licenciatura	6 meses	Insuficiência financeira, Divórcio
U5	Z	Lisboa2	26min	M	51	Solteiro	Guiniense	Lisboa	Trabalho por conta de outrem	9º ano	8 anos	Insuficiência financeira e divórcio
U6	Z	Lisboa1	25 min	M	55	Viúvo	Portuguesa	Lisboa	Trabalho por conta de outrem	12º ano	6 anos	Perda familiar
U8	X	Lisboa1	27min	F	69	Divorciada	Portuguesa	Lisboa	RSI	7ºano	4 anos	Despejo (COVID-19)
U9	X	Lisboa3	22min	F	31	Solteiro	Francesa	França	Nenhuma	12º ano	6 anos	Perda familiar
U10	X	Lisboa3	10min	F	21	Solteira	Portuguesa	Santarém	Nenhuma	9º ano	5 anos	Saída da casa dos pais
U13	Y	Amadora	40 min	M	62	Divorciado	Portuguesa	Lisboa	Nenhuma	6º ano	4 anos	Desemprego e Precariedade de trabalho

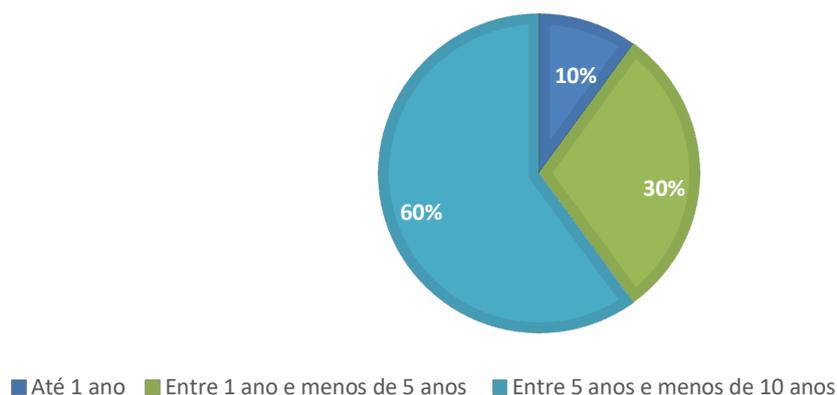
A Tabela 1, mostra os resultados obtidos pelas questões realizadas aos 10 utentes entrevistados. É possível verificar que estes 10 utentes estão inseridos em 4 apartamentos (Lisboa 1, Lisboa 2, Lisboa 3 e Amadora) de 3 instituições (Z, X, Y). Relativamente ao

género, há uma maioria de elementos do sexo masculino. Já as idades dos utentes situam-se entre os 21 anos e os 69 anos, o que faz uma média de 50 anos. Quanto ao estado mostra que a maior parte dos utentes encontra-se solteiro (5), divorciados com apenas 1 pessoa a menos (4) e por fim, somente existe 1 pessoa viúva nesta amostra. A nacionalidade dos utentes é na sua grande maioria portuguesa, tendo apenas 2 utentes nacionalidade estrangeira: guineense e francesa. No que diz respeito à naturalidade, Lisboa é a cidade predominante com 7 utentes, 1 utente natural da cidade de Santarém e 2 utentes são de cidades estrangeiras. Quanto aos rendimentos, 4 utentes estão a trabalhar por conta de outrem (com contrato de trabalho); 3 utentes não têm qualquer tipo de rendimento; apenas 2 recebem Rendimento Social de Inserção e 1 utente recebe Pensão de Invalidez. No que diz respeito à escolaridade dos utentes, 5 dos utentes concluíram o ensino básico (2º ou 3º ciclo); com o 12º ano (ensino secundário) concluído, 4 utentes e apenas 1 tem grau de licenciatura.

3.1.2. Duração e Causas da Situação de Sem-Abrigo

No decorrer das entrevistas, é importante conseguir conhecer as trajetórias de vida de cada utente pois enriquece a análise e interpretações dos dados, mas também pode fortalecer o relacionamento entre o entrevistador e o participante. Com o testemunho dos entrevistados, permite-nos identificar padrões e temas recorrentes que podem ser relevantes para o estudo. Essas informações podem revelar como as suas experiências influenciam comportamentos, atitudes, decisões e compreender o porquê de chegarem até à sua situação atual.

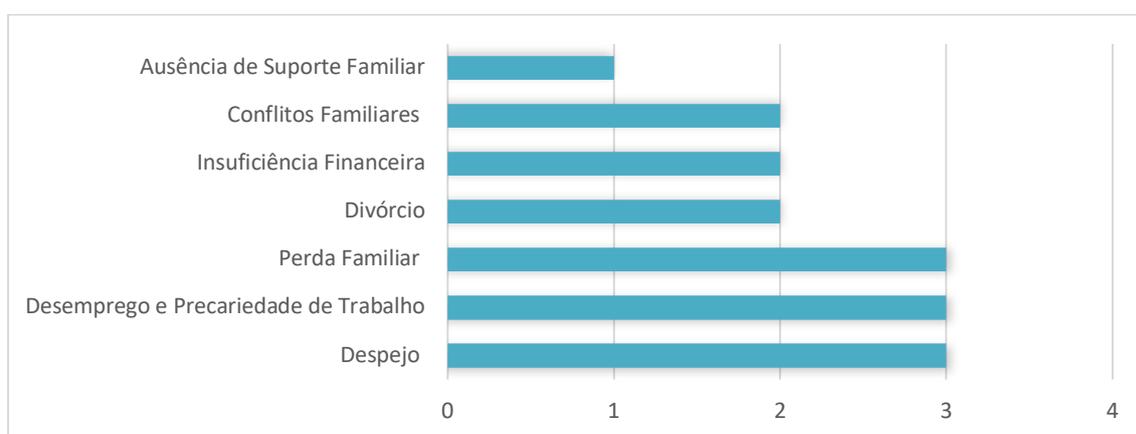
Gráfico 1- Duração da Situação de Sem-Abrigo



Quanto à duração da situação de sem abrigo, o Gráfico 1, mostra-nos o período em que os utentes estão nesta situação. A maioria está entre os 5 anos e menos de 10 anos (6 utentes), seguido de 3 utentes nesta situação entre 1 ano e menos de 5 anos, e apenas 1 utentes há menos 1 ano.

A última pergunta da dimensão da caracterização dos utentes, questiona qual foi o motivo que os levou à situação de sem abrigo: apenas 4 apontaram apenas uma causa e os restantes entrevistados, apresentaram 2 ou mais motivos (Gráfico 2).

Gráfico 2- Causas da Situação de Sem-Abrigo



O Gráfico 2 analisa quais as principais causas para os utentes terem ficado em situação de sem-abrigo, sendo o despejo, o desemprego e precariedade de trabalho e a perda familiar as causas com a percentagem maior. Todos estes fatores têm um impacto emocional e social.

O despejo significa a perda de moradia, que resulta numa instabilidade habitacional, na necessidade de encontrar um novo lugar para morar e, aquilo que é a dificuldade de pagar as despesas de habitação. Em todo o território nacional regista-se uma escassez de habitação, o que faz escalar os preços. O forte investimento estrangeiro em imóveis nos grandes centros urbanos, o Alojamento Local e o Turismo e a Pandemia de COVID-19, são alguns dos indicadores que levam ao aumento dos preços dos imóveis.

U5: “(...)E aos preços que se praticam, uma pessoa paga o aluguer, mas depois não come, não vive (...)”

U8: “Foi a pandemia. Fui despejada depois de perder o trabalho. (...) onde eu estava, não podia pagar... comecei a receber o RSI, porque ainda não tinha idade

para pedir a reforma. (...) A renda era 200€, e eu não conseguia pagar... a renda e... não conseguia. Até que um dia cheguei lá e tinha a fechadura mudada, ficaram-me com tudo. (...).”

No caso do utente U2, depois de ter tomado a decisão de abandonar o seu trabalho (fora de Portugal), para vir cuidar do pai, o seu irmão expulsa-o de casa, depois do falecimento do mesmo.

U2: *“(...) como tinha uma posição estável, onde eu trabalhei (...) pensei: vou parar agora e vou tomar conta do meu pai. Foi isso que eu fiz. (...) quando o meu pai faleceu, para surpresa de todos, o meu irmão pôs-me na rua. (...).”*

Já o entrevistado U3, foi despejado devido à falta de pagamento dos indivíduos que lá estavam alojados, enquanto este trabalhava fora, durante algum tempo.

U3: *“eu tinha uma casa que eu tinha alugado (...) e como eu trabalho sempre fora, deixei pessoas que eu tinha lá em casa, a arrendar a casa com eles (...), mas quer dizer, chegou uma altura em que eles recebiam o dinheiro e não pagaram. Pronto, então eu perdi a casa com aquela situação (...).”*

O desemprego e a precariedade no trabalho, é uma das causas apontadas pelos utentes. Estes, têm sido preocupações significativas em Portugal (Marques, 2020; Ferrão et al., 2023). Ainda que a taxa de desemprego tenha vindo a diminuir, este continua a ser um desafio, especialmente aos jovens e a trabalhadores de baixas qualificações. Também o efeito da Pandemia por COVID-19, teve um impacto significativo no mercado de trabalho, afetando toda a economia do país.

U13: *“Não arranjava trabalho, porque tenho 60 anos... arranjei um trabalho de transporte de crianças que eu adoro, mas tive um pequeno acidente em que a culpa não foi minha, mas já não me quiseram lá mais. Também trabalhei a recibos-verdes... isto para dizer que para arranjar trabalho, está muito complicado. (...).”*

A precariedade laboral prende-se pelo grande número de trabalhadores em contratos temporários, a tempo parcial ou com baixa segurança no emprego, o que pode levar a instabilidade financeira, falta de benefícios sociais e dificuldades para delinear o futuro (Sá, 2010; Campos, 2020). De modo a mitigar estes problemas, o Estado desenvolve

programas de formação profissional, incentivos ao empreendedorismo, políticas de apoio ao emprego jovem e medidas para promover a contratação estável e a proteção social dos trabalhadores.

U1: “(...) *ah... Trabalho, muito pouco... (...) há muito tempo que não trabalho. Eu tive 11 anos, que foi o meu último trabalho, 11 anos nas limpezas. Eu já não conseguia... eu nessa altura já não conseguia arranjar... um contrato de trabalho que me dê garantias... (...)*”

Tanto causa de divórcio, perda familiar, ausência de suporte familiar e conflito familiar estão relacionadas com uma rutura dos laços familiares vividos pelos entrevistados. Muitas das vezes, existem mudanças drásticas na vida em que pessoas não conseguem aguentar essa mudança, acabando por esgotar todas as alternativas à situação de sem-abrigo. Realça-se que a causa “Insuficiência Financeira”, está diretamente relacionada e assim, acaba por ser consequência das outras causas.

U1: “*Hm... Ah... Falta de ajuda. Falta de ajuda, 2 filhos... (...) têm diferença de 1 ano, veja só... era como se fossem gémeos... era o dobro (...) tudo em dobro. Sozinha...*”

U4: “*(...) penhoraram-me parte do ordenado. A coisa levou algum tempo e, entretanto, vivi com uma pessoa, depois separei-me e tive de sair. (...)*”

U5: “*(...) Uma relação malsucedida.... Basicamente, acabou o dinheiro, acabou o amor. Foi assim.... foi uma relação que eu tinha e que depois na altura, acabei por ficar desempregado, foi acabando o dinheiro e fiquei muito desamparado. (...)*”

U6: “*Foi, foi perda familiar. Foi meu filho e a minha esposa, depois perdi o meu pai, a minha mãe e o meu irmão.*”

U9: “*Perdi o pai dos meus filhos, tiram-me os meus filhos, fiquei sem nada.*”

U10: “*Foi quando saí de casa, por conflitos familiares.*”

Conhecer a duração e os fatores que os levaram a essa condição é fundamental no desenvolvimento de políticas e na eficácia da intervenção. A adaptação de estratégias às necessidades dos indivíduos, considerando fatores pessoais e contextos socioeconómicos,

pode reduzir significativamente a duração e a incidência da situação de sem-abrigo, investindo em programas e projetos que respondem a essas mesmas necessidades.

3.2. Formação e Experiência Profissional das Técnicas

A formação e a experiência profissional são fundamentais para o sucesso de projeto que visam promover o bem-estar social, fortalecer comunidade e enfrentar desafios sociais. As técnicas desempenham um papel crucial na conceção, implementação e avaliação de iniciativas que procuram fazer diferença positiva na vida das pessoas e na sociedade como um todo. É essencial conseguir ter o testemunho de técnicas com formação e experiências profissionais diferentes, que permite uma ampla gama de perspetivas e abordagens.

As técnicas entrevistadas para a investigação, tem na sua maioria, formação em Psicologia (T7, T11, T14). Apenas a técnica T12 tem formação em Serviço Social. Quanto à sua experiência a trabalhar com pessoas em situação de sem-abrigo, a entrevistada T12, trabalha há cerca de 15 anos com esta população, sendo assim, a técnica que intervém há mais tempo nesta área. Segue-se a técnica T11, que permanece a intervir com há 4 anos. As restantes entrevistadas, T7 e T14, trabalham com as pessoas em situação de sem-abrigo, há 1 ano e 4 meses, e há 1 ano e 2 meses, respetivamente. Com esta questão, foi possível conhecer a diversa experiência profissional com esta população, integrada e integrada em respostas, permitindo assim enriquecer o estudo.

À questão *“Como é trabalhar com a População em Situação de Sem-abrigo? Se tivesse um único adjetivo, qual seria para descrever o trabalho com PSSA?”*, todas as técnicas entrevistadas apontaram a mesma palavra para descrever o trabalho diário com PSSA: **desafio**. A entrevistada T7, destaca que para além de ser desafiante, é importante a reflexão sobre a situação em que se encontram os utentes.

T7: “Então tem uma série de questões que envolvem o projeto que me faz refletir. É um desafio, a cada dia.”

Já as entrevistadas T11 e T12, evidenciam a multiplicidade de problemáticas que as pessoas em situação de sem-abrigo carregam.

T11: *“Eu acho que a palavra certa é desafio. É um desafio muito grande porque dentro desta população existem várias problemáticas”*

Sendo que a técnica T12, menciona a exigência diária dos técnicos, não apenas em intervenção, mas também na necessidade de realizar formações, procura de informação quando existem questões que não vão de encontro à sua formação de base.

T12: *“É um desafio diário. Porque são pessoas que não têm apenas uma problemática. Eles trazem consigo muitos problemas associados, que vão desde saúde, saúde mental, dependências... é um trabalho (...) que exige muito de nós, mas que nos faz aprender mais porque cada utente traz-nos sempre uma coisa nova e que nós temos de ir à procura para o podermos ajudar.”*

Por fim, a entrevistada T14, destaca a flexibilidade, criatividade e agilização que se deve ter diariamente, para que desenvolva uma intervenção direcionada a cada utente.

T14: *“É desafiante. É muito desafiante. Temos de ser muito flexíveis, o que funciona para um utente, não é o que vai funcionar para o outro. Temos de ser aqui bastante criativos e tentar, lá está foi o que eu disse, ser flexível para tentar perceber quais são as necessidades deles. (...)”*

Questionadas há quanto tempo estão inseridas como técnicas na resposta “Apartamentos Partilhados”, tal como na questão do tempo de trabalho com PSSA, a técnica que está há mais tempo, 3 anos, na medida é a entrevistada T12. De seguida, com 1 ano e 4 meses e com 1 ano e 2 meses, estão as entrevistadas T7 e T14, respetivamente. Com menos tempo na medida, cerca de 5 meses, está a técnica T11.

3.3. Caracterização da Medida “Apartamentos Partilhados”

Com este grande grupo de questões às técnicas do projeto, pretendeu-se entender qual o objetivo geral da medida, quem está elegível, a duração do projeto e quantos utentes são atualmente beneficiários. Esta questões vão de acordo com a dificuldade em encontrar bibliografia sobre o projeto “Apartamentos Partilhados”. Realça-se que as técnicas entrevistadas são de 3 instituições diferentes, sendo que a T12 e a T14, são da mesma instituição.

À primeira questão sobre o objetivo da resposta, em geral, todas as entrevistadas destacam como o grande objetivo da medida “Apartamentos Partilhados”, a autonomização dos utentes. Esta autonomização é trabalhada com cada utente, através do acompanhamento técnico na aquisição de competências de reinserção social, a nível laboral e social: procura ativa de emprego (T7, T11, T12, T14); conhecimento na gestão financeira (T7, T11); construção própria de um projeto de vida (T7), para posteriormente, atingirem a autonomia plena, fora de respostas sociais (T11, T14), conforme podemos analisar nas seguintes entrevistas:

T7: *“É autonomizá-los. É eles entrarem, receberem os devidos apoios, os nossos acompanhamentos... quem não está a trabalhar, ter uma procura ativa de emprego; fazemos a gestão financeira com eles, onde todos os meses pagam a participação, (...) Então, o objetivo é mesmo conseguir que eles se autonomizarem e construam uma vida por eles próprios.”*

T11: *“(...) é uma resposta de autonomia, para pessoas que estejam mais organizadas e mais autónomas para também se conseguirem organizar antes de chegar à autonomia plena. O objetivo é ganharem ainda mais competências a nível laboral, sociais e terem aqui um acompanhamento, (...), mas que estejam a um passo de sair para a sua autonomia plena”*

T12: *“(...) transitam para esses Apartamentos com o objetivo de trabalhar a sua reinserção, portanto, voltar ao mercado de trabalho, começar a trabalhar, muitas vezes tem de se iniciar por uma formação, porque são pessoas que já não trabalham há muitos anos, e depois prepara-se a pessoa para a sua reinserção.*

T14: *“É a reinserção social deles e a autonomia. (...) voltar a reinserir ou reencaminhá-los para uma medida que seja adequada à situação atual deles (...)”*

A integração nesta resposta assenta numa serie de critérios, consoante a instituição que a detêm. As entrevistadas T7 e T11, referem que para integrar os Apartamentos, os utentes não podem ter consumos, sendo que a T11 refere que se houver consumos estáveis, não é fator de exclusão.

T7: *“Esta é uma resposta em que eles não podem ter consumos. (...)”*

T11: *“(...)Sem consumos ou consumos estáveis, que não prejudiquem o projeto de vida da pessoa. (...)”*

Também as patologias psiquiátricas são fatores eliminatórios, uma vez que esta é uma resposta de autonomização, num curto período (T7):

“E também, um dos critérios de exclusão é a patologia psiquiátrica, transtorno mental, esquizofrenia, qualquer tipo é um critério de exclusão porque o objetivo é autonomizar e essas pessoas não vão conseguir se autonomizar no tempo em que o projeto pede.”

Ainda sobre a doença psiquiátrica, as técnicas T11 e T14, referem que se o utente estiver devidamente acompanhado e medicado, não será motivo para não seleção.

T11: *“(...) A nível da saúde mental também tem de estar estável, a ser acompanhado, a ser medicado porque é uma resposta muito autónoma. Eles passam muito tempo sozinhos. (...)”*

T14: *“Sim, desde que não tenham problemas de saúde mental muito graves, eles estão elegíveis.”*

O projeto “Apartamentos Partilhados” onde técnica T12 está alocada, apenas está disponível a utentes que saiam de Comunidade Terapêutica ou de projetos de reinserção social da instituição. A técnica T14 destaca a importância de os utentes estarem motivados para a sua reinserção.

T14: *“(...) Normalmente o que enfatizamos aqui é que eles tenham vontade de eles próprios voltarem a reinserir-se. Que estejam aqui motivados para voltar ao mundo*

do trabalho e às vezes a nível social, porque eles muitas vezes têm aqui cortes de relações familiares ou de amigos e então têm de estar aqui predispostos a tentar.”

Aquando dos contratos assinados por os utentes para integram a resposta social, esse contrato têm um período de 6 meses de permanência no apartamento. Este tempo pode ser renovado, consoante avaliação técnica de cada processo individual (T7, T11, T12 e T14). As técnicas T11 e T14, trabalham com os utentes os seus projetos para o tempo máximo de 1 ano, ainda que este possa ser renovado por mais 6 meses. De ressaltar que todas as técnicas referem não colocar, novamente, os utentes em situação de sem-teto. Existe a necessidade de “andar para trás” (outras respostas) em algumas situações, respeitando sempre o tempo do utente.

T11: *“Se durante este tempo não acontecer este alcançar de competências, vai ter de existir um passo para trás. O que não tem problema, porque nós respeitamos a pessoas e o momento em que elas estão e se realmente o Apartamento Partilhado nestes 6 meses ou durante mais tempo não foi uma mais-valia para a pessoa (...), ok, vamos regredir um bocadinho, ganhar estas competências com uma equipa 24h que naquele momento é melhor e depois quem sabe, voltar aos Apartamentos. (...)”*

A última questão deste grupo, procura saber quantos utentes usufruem do projeto. No que toca a Apartamentos, a instituição da técnica T7, tem 3 apartamentos no concelho de Lisboa, tenho todos a capacidade máxima lotada, de 5 pessoas. Tem ainda 1 apartamento no concelho de Sintra, com capacidade também para 5 pessoas, também com as vagas todas preenchidas. A técnica T11 refere que estavam 5 pessoas, no apartamento onde foram realizadas as entrevistas. Já a técnica T12, refere que o projeto “Apartamentos Partilhados de Reinserção Social”, tem 5 pessoas no apartamento no concelho de Odivelas e 2 pessoas no apartamento no concelho de Cascais. A técnica T14, refere que no projeto de Apartamentos Partilhados de 1ª Linha, estão 3 pessoas no apartamento da freguesia da Venda Nova, 2 pessoas na freguesia da Damaia e 5 pessoas no concelho de Odivelas.

3.4. Apresentação da Medida “Apartamentos Partilhados”

Neste subtópico do Guião de Entrevistas das Técnicas, pretende-se compreender de que forma é apresentado o projeto aos utentes, como é feita a proposta para integrar a medida e qual é a reação das PSSA a essa mesma integração, de modo a perceber todo o processo. Era intenção realizar todas as questões individualmente, porém, as técnicas ao serem questionadas com a primeira pergunta “De que forma é apresentada a medida aos PSSA?”, acabava por responder à questão seguinte. Assim, de forma a agregar os dados, também na análise vão ser respondidas em conjunto.

A apresentação (breve) da medida é, normalmente, feita pelos técnicos que sinalizam os utentes às instituições. Estas sinalizações são realizadas por outras instituições (utentes que estão noutras respostas), pelas Equipas Técnicas de Rua, pela Segurança Social ou pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (T7 e T11). Aquando das sinalizações, as técnicas responsáveis pelo projeto marcam uma entrevista com o utente sinalizado, a fim de saber quais as suas motivações, se existem critérios e saber qual é o seu projeto de vida (T7, T11).

T7: “Normalmente, quando eles chegam à nossa entrevista, já sabem um pouco do projeto. Ou porque estão na residência ou porque vêm encaminhados por outras instituições. (...)”

T11: “Nós recebemos encaminhamentos pelas entidades, SS, SCML, ou poderá ser um encaminhamento feito do CAE que poderá transitar para a resposta, caso haja essa possibilidade. Depois chega-nos também muita gente pelas Equipas de Rua. (...). Os encaminhamentos chegam-nos, nós fazemos uma entrevista, para saber as motivações e saber se existem critérios”

Nas entrevistas, as técnicas reforçam que é uma resposta de carácter temporário, onde existem uma série de regras, que devem ser seguidas afim do bom funcionamento e relação entre todos os utentes, tais como: não existir consumos dentro do apartamento; visitas regulares das técnicas ao apartamento; atendimentos psicossociais são obrigatórios; o utente tem de pagar uma participação de 20%, no caso da T7 e, 30% no caso da T11.

Estas percentagens mensais de comparticipação são incentivos à gestão financeira dos seus rendimentos. Em comparação com os preços atuais dos quartos e casa, na Área Metropolitana de Lisboa, este é um valor simbólico, para que se ganhe competências e responsabilidade.

T11: *“Eles depois acabam por perceber que é: se neste momento tu tens um rendimento em que terás de pagar só 30%, imagina quando tiveres um quarto terás de pagar muito mais, ou seja, é uma maneira de eles ganharem competências. Se eles realmente, não tiverem dispostos a pagar estes 30%... não podem ser admitidos. (...)”*

A técnica T12 refere que a apresentação da medida é feita pela Gestora de Caso (GC) na Comunidade Terapêutica. A GC é quem faz a candidatura e avalia se o utente tem condições para integrar. Neste caso, não existem uma comparticipação, uma renda, mas sim uma contribuição para as despesas, apenas para os utentes que beneficiam de alguma prestação social ou de um ordenado, no valor máximo de 100€.

T12: *“Evidentemente que temos um problema, temos mais candidatos do que AP. Porque, ainda hoje falava com as minhas colegas, e isto é mais do que falado na tv, a questão da habitação está muito complicada para a reinserção dos utentes”*

A técnica T14, dos AP de 1ª linha, menciona que todos os parceiros do concelho podem sinalizar, sendo que é uma resposta que visa responder ao território onde se localiza. Apresentam o espaço como um lugar seguro, onde podem ter uma cama, sempre com o sentido de reestruturar a sua vida.

T14: *Os apartamentos da Amadora são para as pessoas que pernoitam aqui neste espaço. Se a medida está aqui nesta localização, é para servir esta população. Não recebemos, normalmente, pessoas de outros locais. (...) sempre aqui com o objetivo de reestruturar a vida deles. (...) Tentar sempre perceber se eles estão com motivação, se eles realmente estão com o foco certo, tentar ajudá-los.”*

É também mencionado que, tudo aquilo que é necessário para morar numa casa é responsabilidade do utente (comida, detergentes, sacos do lixo, shampoo, gel de banho, etc). No caso da T7, a instituição consegue dividir com os apartamentos alguns bens, quando existem doações.

T7: *“Quando nós recebemos donativos, eles vão para a nossa sede, quando mandam quantias que dá para dividir, aí nós levamos algumas coisas para os AP (...)”*

Foi também importante perceber qual a reação dos utentes à proposta de integração na resposta. Na experiência das técnicas, a reação é positiva.

T7: *“Eles ficam motivados para ir (...)”*

T12: *“É assim, para eles ou era isso, ou era irem para a rua ou para um centro de alojamento e ficam muito gratos de terem a oportunidade de usufruir desta resposta. Nunca recebi nenhum utente contrariado em vir para cá, até pelo contrário. (...)”*

T14: *“Ah, é positiva. Nós estamos a dar-lhes aqui um espaço (...) ou seja, se estão desempregados, não têm que financiar. (...)”*

Apenas a técnica T7 e da T11, refere o que quebra o entusiasmo dos potenciais beneficiários são as participações mensais.

T7: *“(...) eles pagam o valor mensal de 20%, quando eu chego nesta parte do valor, muitos não querem. Alguns dizem que vão esperar ou que é longe, mas a maior parte aceita a proposta e entram, e as coisas depois vão fluindo (...)”*

T11: *“Pelo feedback que eu tenho, o que pode quebrar a entrada é mesmo os 30% (...)”*

Assim, de modo geral, o facto de estarem em situação de sem-abrigo e muito não usufruírem de qualquer rendimento durante muitos anos, faz com que percam as competências de gestão financeira e todo o acompanhamento técnico é fundamental para que possam gerir os rendimentos de forma a conseguirem poupar algum dinheiro, para quando saírem da resposta, conseguirem pagar um quarto ou uma casa.

3.5. Integração dos Utentes na Medida “Apartamentos Partilhados”

Este foi o grupo de questões que se seguiram à Caracterização, presentes no Guião de Entrevista realizado aos Utentes. Com estas questões, pretendeu-se conhecer o percurso de cada utente de modo a chegar mais perto dos entrevistados, uma vez que este foi o primeiro contacto entre os utentes e a entrevistadora. Ao conseguirem contar um pouco daquilo que foi a sua trajetória, acabam por se tranquilizar e conseguir fluir a entrevista.

A primeira questão colocada procura saber como o utente conheceu a Instituição que gere o projeto. Os entrevistados U1, U3, U4, U5, U6, U8, U9 e U13: conheceram a instituição onde estão integrados na resposta de Apartamentos Partilhados através de outras instituições sociais (encaminhamentos para outras respostas; U5, U9 referem sinalização por equipa técnica de rua), sendo que o U13 foi através da igreja.

U1: *“Através de uma instituição (...) estava em Alojamento de Emergência, como reinserção social. (...)”*

U3: *“Conheci através de uma outra associação (...) eles davam comida... eu estava ali no Marquês de pombal (...) Eu dormia lá ao lado, mas havia uma instituição que andava lá à noite, a dar comida, lençóis... foi através deles (...)”*

U4: *“Foi através de um senhor que trabalha num apoio, enquanto estava na rua (...) Ele é que me encontrou (...)”.*

U5: *“Foi por contacto, por terem passado por ali onde eu estava e terem me visto ali. Só que era um sítio tão escondido que quase ninguém passa. (...) eu estou ali no canto e ninguém me vê.”*

U6: *“Então, estava na (instituição N) e tentei-me suicidar. (...) entrei no Hospital Júlio de Matos e falaram com uma Assistente Social, e ela arranjou-me vaga para o (instituição N). Foi então que depois, estava lá um monitor (...), e ele conhecia a alguém da instituição e disse-me “olha, é um quarto para ti em residência...” (...).*

U8: *“Na (...), tive lá quase 2 anos as pessoas que lá estavam prometeram-me um sítio como este, mas nunca se concretizou, foram sempre adiando, adiando... até que aquilo fechou. Teve de fechar (...), então levei assim um pontapé do rabo, de um dia para o outro, para o CAE (...) mandaram-me para lá. O meu gestor de caso é que me mandou para lá, da SS da Amadora.”*

U9: *“Eu já conhecia (...), na rua, as equipas passavam muitas vezes por mim. (...) Então conhecemos o (...) da instituição, e o processo começou assim, estivemos à espera, à espera, à espera e conseguiram encontrar este quarto.”*

U13: *“Fui à igreja da Damaia com a perspetiva de pelo menos conseguir comer algo, porque assim... não há alimentos, não há nada. Então foi com a senhora da secretaria que conheci a instituição. A partir daí, entrei em contacto com eles e o processo começou por aí.”*

O utente U2, tal como o U10, conhecerem a instituição onde estão integrados através de amigos/conhecidos.

U2: *“(...) lá fui eu para a (instituição N) . Tive lá 1 ano e meio. Ano e meio e a minha Assistente Social, nessa altura, aqui de Lisboa, (...) aguentou-me todo o tempo lá, até que chegou uma altura em que a supervisora, caiu-lhe em cima. Eu nessa altura, já conhecia o “J” (...) já cá estava, e ele diz-me assim “Ah, mas há aqui um lugar na instituição, já disse às Assistentes todas que havia um moço para vir...”, o meu chefe de lá deu-me um papel de inscrição para esta instituição, e então essa mesma “M” fez um pedido para ir para a instituição e eu fui. (...)”*

U10: *“Foi por um amigo. Já na rua.”*

Questionados sobre: “Como lhe foi apresentada a medida Apartamentos Partilhados?” em todos os entrevistados é verificado que não alongam a suas explicações, mas que ao longo da entrevista é possível entender como foi todo este processo de integrar a medida. Todos os entrevistados referem ter sido informados de quais os critérios e tudo o que implica integrar a resposta “Apartamentos Partilhados”. Apenas os entrevistados U4, U5, U9 e U13 referem ter tido uma entrevista com a técnica para integrar a resposta.

U4: *“(...) foi a mão do (...) que me ajudou (...) e expliquei-lhe a situação toda e apresentou-me a medida. Foi ele que me encontrou e que me apresentou*

inicialmente, expliquei a situação e foi uma oportunidade de conseguir recuperar. (...) Falei na altura com a Dra, expliquei a situação e pronto, e concordei. Passados uns dias vim e, gostei bastante da ideia e estou cá.”

U5: *“Foi um senhor que me sinalizou (...), deu-me um cartão e disse-me que ia ver o que conseguia(...). Depois ele perguntou-me se eu podia ir a uma entrevista lá sede da instituição, falar com Dra. e, foi assim... fui lá.”*

U9: *“(...) o meu companheiro, conhece uma pessoa (...), que conhecia os da instituição, que são os (...) e falaram, falaram, para verem o processo e verem o que podiam fazer. Até que me ligaram e disseram que era para falar com a Dra. e assim foi.”*

U13: *“(...) Quando a secretaria da igreja me deu o folheto da instituição, aconselharam-me a contactá-los e nessa altura, fui atendido pelo Dr., e só lá ia por questões de alimento. (...) Entretanto eu, encontrei em contacto com um amigo meu que vivia sozinho, e ele deu-me apoio e fui lá para casa dele, pouco tempo, porque esse meu amigo começou a ter problemas de saúde e comecei a cuidar dele. (...) até que ele faleceu. (...) E então, o Dr., contacta-me a informar que a partir de tal data eu iria partilhar um apartamento (...). Até que, depois foi-me dado a conhecer o apartamento e eu, acabei por ceder, por ficar no apartamento.*

Já o entrevistado U1, o U2, e o U6, mencionaram a parte com que contribuem para o apartamento.

U1: *“(...) sempre me disseram “se não tiveres trabalho, ou se tiveres a fazer um curso, dás os 20% da ajuda, caso não tenhas é os 20% daquilo que depois terás, que é o rendimento mínimo. Por exemplo, eu tive e a fazer um curso na (instituição P), durante 6 meses no contrato de trabalho onde não foi teóricas, foi só práticas e pronto, aí eu já ajudava de maneira diferente. Agora, como acabou, estou à espera de outro para o 12º ano. Só pago aquilo que posso... que é os 20% daquilo que eu ganho.”*

U2: *“Você já viu o que é viver de 160€ por mês? Eu não posso comer pão branco... Tenho de fazer legumes, grão, feijão, misturo tudo... é o que eu como ao pequeno-almoço. Eu também gosto de uma torradinha, mas não bling bling, então*

não dá. (...) A CML dá financiamento e o resto é os 20% de cada utente que reverte para a casa. Para alguém que não consiga pagar alguma coisa, medicamentos... aqui não, dá cá o €... não sabemos mais nada (...)”

U6: *“(...) disseram “(...) tu lá só dás 20% do teu rendimento (...) épa claro que tive muito tempo sem pagar os 20% e dava o que podia. (...)”*

Quando questionados acerca da reação à proposta de integrar a medida, todos os beneficiários entrevistados referem tido uma reação boa, por ser uma mudança que ia alterar aquilo que era a rotina.

U1: *“Gostei. É diferente. Aqui podemos fazer comida, aqui temos menos pessoas... ah, são pessoas com outras condições (...) É outra privacidade”*

U3: *“Olha, eu disse ainda bem. Eu queria é mesmo uma casa, ter o meu espacinho (...) Eu gostei. Foi bom. Encontrei aqui uma família que estava aqui, mas bom, ultrapassamos aquela situação. (...) tudo tranquilo aqui”*

U8: *“Reagi bem. Deixei logo de tomar os comprimidos.”*

Ainda que o U2 e o U6, tenham referido que tenha corrido tudo bem ao início, mas que tem vindo a piorar muito a situação.

U2: *“Foi, como se costuma dizer, uma transição muito rápida, de um lado para o outro, etc etc. (...) Eles têm acordos, pelo menos comigo, com direito à alimentação. Eu sou diabético, sou uma pessoa que não pode comer tudo. Eu tenho 170€, na altura eram 156€, e eu tinha de comprar comida, porque não posso comer tudo.... Então esta foi a solução. Eu vim para aqui.”*

U6: *“Reagi bem com as condições que me apresentaram primeiro. Depois claro que não... As minhas despesas aumentaram muito. Se conseguem viver com 100... com o que me sobra do ordenado que são 100 ou 120€... (...) E estou aqui, a virar a minha vida.”*

O entrevistado U9, ainda que tenha tido uma boa reação, ficou apreensivo pelos companheiros de casa que poderia vir a ter.

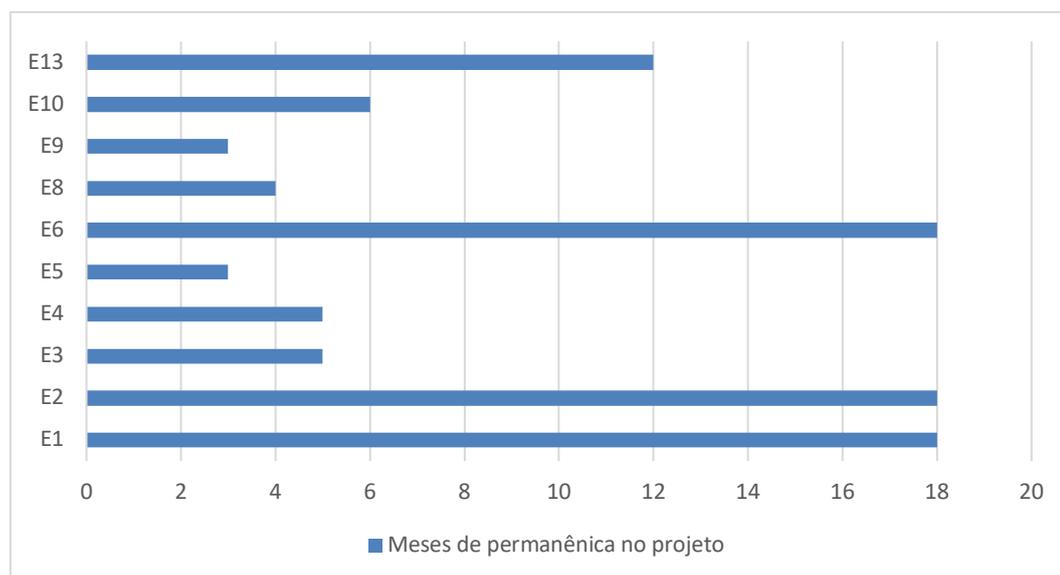
U9: “(...) Mas estava um bocadinho com receio, porque muitas pessoas... tem de haver regras, eu sou uma pessoa que gosta das coisas limpas, então se as coisas não estavam bem...”

Por fim, o entrevistado U13, refere que “foi muito bom” estar no apartamento, mas que por não conseguir estabelecer relação com pessoas desconhecidas, passou por uma fase depressiva, sendo que veio tudo melhorando ao longo dos meses.

U13: “Ao início custou-me um bocado. Porque é também o você relacionar-se com pessoas que não conhece, embora eu seja uma pessoa muito sociável, gosto de comunicar, gosto de falar, (...), mas pronto, são sempre pessoas que são desconhecidas e acaba por haver um bloqueio. Embora eu, tentasse.”

Quanto à permanência dos entrevistados na resposta, abaixo o Gráfico 3, mostra em meses, há quanto tempo está cada utente no projeto.

Gráfico 3- Permanência do Utentes no Projeto



Os utentes U1, U2, U6 estão no projeto há cerca de 1 ano e meio; o U3 e o U4, há 5 meses; U5: 3 meses; U8: 4 meses; U9: 3 semanas; U10: 6 meses; U13: 1 ano. À data das entrevistas, a média de tempo em que os entrevistados estavam integrados na resposta era de 9 meses.

3.6. Benefícios para a Reintegração Social

De acordo com o objetivo geral do estudo “Compreender qual a importância da resposta habitacional no âmbito de “Apartamentos Partilhados” para pessoas em situação de sem-abrigo, na perspetiva dos beneficiários e dos técnicos das instituições, da Área Metropolitana de Lisboa”, pretende-se explorar quais são os benefícios que a integração no projeto, traz para os utentes, na sua própria perspetiva e também dos técnicos.

De forma geral, todos os entrevistados indicam que o grande benefício é ter uma casa/um teto.

U1: *“É melhor do que viver na rua... viver na rua é que não! (...)”*

U2: *“Ter uma casa, um teto (...)”*

U3: *“(...) Uma pessoa daquelas precisa pelo menos de um teto (...). E depois de ter um teto, eu tenho a minha vida.”*

U4: *“Sim, sim. Traz no sentido em consigo com todo este problema do ordenado (...) conseguir ter um teto.”*

U5: *“É ter um teto! Não há como... Quando eu vim para aqui eu disse “quem vier para aqui, é porque precisa de um teto”. É o básico”.*

U6: *“Eu estou completamente reintegrado na sociedade. (...) Eu já era. (...) Ajudou apenas no facto de ter um teto.”*

U8: *“Ter uma casa (...)”*

U9: *“Ter um sítio para descansar, já ter um sítio para tomar banho, para fazer a comida, dá muito mais força para ir procurar trabalho.”*

U10: *“É uma casa, consegues fazer tudo como se fosse uma vida normal. E com motivação consegues chegar lá.”*

U13: *“(...) o facto de ter uma casa, (...) o facto de estar aqui no apartamento foi-me útil. (...)Se eu não tivesse aqui, já tinha morrido”*

Os entrevistados U1, U2 e U5 mencionam o facto de que é “muito melhor do que estar num albergue ou em respostas com muitas pessoas”. O fator da autonomia é também referido como um fator para a reintegração social.

U8: *“Aqui uma pessoa é mais autónoma. Não tem de se levantar às 7h da manhã (...). Mas é mais calmo, sai às horas que quer e bem lhe apetece, não precisa de estar a pedir. Eu lá, se quisesse sair de manhã, tinha de estar a pedir à minha técnica se me dava autorização para sair. Aqui comemos aquilo que a gente quer e que lhe apetece...”*

Nas perspetivas das técnicas T7, T11 e T12 referem que a integração nos Apartamentos, apura o sentido de responsabilidade, para começarem a entender o que realmente pretendem para se motivarem a arranjar um espaço só para eles. É uma visão daquilo que vão encontrar quando saírem das respostas. Uma casa normal, onde fazem aquilo que querem, sempre cumprindo as regras (T7 e T11).

T7: *“O projeto é uma visão daquilo que vão encontrar quando saírem das respostas, porque é um apartamento comum, onde eu entrego as chaves, entram à hora que querem, saem à hora que querem. (...) que cozinham a própria comida, dormem até às 11h da manhã, se quiserem... e aí, eu noto que é o mais parecido a uma vida comum, a uma vida de reinserção. E para eles começarem a testar se é realmente aquilo que querem, vão se motivar para depois arranjarem um espaço só para eles.”*

T11: *“Através da autonomização. É o trabalhar esta competências. Ainda que não tenham um acompanhamento 24/24h. Não é um quarto sem qualquer tipo de apoio, é já um meio-meio. (...)”*

O entrevistado U4 refere como benefício *“juntar um bocado de dinheiro, já tenho trabalho e as coisas estão a correr bem também. (...) Uma pessoa precisa disto mesmo”*.

Uma das técnicas destaca o facto de perderem, muitas vezes, os laços familiares e sociais, as PSSA, necessitam deste apoio e supervisão de forma a terem suporte para a sua reinserção e necessidades: procura de casa/quarto, medicação, idas a serviços públicos, etc.

T12: *“Nós lidamos com PSSA que tiveram muito anos de rua, tiveram muitos anos sem trabalhar, afastados do mercado de trabalho, que não têm nenhum suporte familiar, não têm uma rede, não têm amigos e que os Apartamento Partilhados, permitem que comecem a treinar a sua autonomia não estando numa instituição, estão num quarto mas ainda com regras e supervisão, com acompanhamento para também terem um suporte para as necessidades que vão sentindo quando começam a trabalhar, quando começam à procura de casa, medicação, consultas médicas, idas à SS e finanças... nós damos esse apoio para que depois eles já tenham essa autonomia. Para alguns de nós são coisas muito básicas que fazem parte do nosso dia a dia, mas para os nossos utentes, não é assim tão linear.”*

A técnica T11 destaca a importância de quando a integração nesta resposta não surte ganho de competências, é necessário regredir, a fim de apoiar o utente consoante a sua atual situação.

T11: *“O objetivo é que ainda haja um apoio, um ganho de competências sociais e pessoas para que consigam sair completamente autónomos. Lá fora têm de ser eles por eles. Eu acredito que transição não seja difícil. Porque as pessoas que já cá estão, supostamente, têm critérios e, supostamente, já têm essas competências ou durante esses 6 meses foram ganhando essas competências, ou seja, não acho que seja difícil porque a resposta realmente está muito preparada para o ganho de competências, tais como, a limpeza da casa, a organização a nível financeiro, cumprir horários se tiverem emprego... eu acho que não será difícil se as pessoas adquirem aquilo que é suposto. Se durante este tempo isso não acontecer, vai ter de existir um passo para trás. (...)”*

Por fim, a técnica T14 menciona os “bens adquiridos para nós”, como a higiene, fazer uma refeição, ter uma cama. Tudo isto essencial para assegurar um emprego ou até mesmo realizar apenas a procura.

T14: *“Eu às vezes lembro-me de coisas tão básicas, que antes de trabalhar aqui não me faria sentido. A higiene. Eles para irem trabalhar precisam fazer a higiene, precisam de ter conseguido fazer uma refeição, então só estas coisas*

simples de ter feito a higiene, ter uma cama... São bens adquiridos para nós. Só o facto de dormirem uma noite inteira, com calma, sem estarem sempre alerta com o que pode ou não acontecer. Estas são algumas das coisas mais simples, e que muitas das vezes para eles, bastam.”

O projeto “Apartamentos Partilhados” visa autonomizar as PSSA’s mas também ajudá-los a reintegrar-se na sociedade. A integração no Apartamento faz com que os utentes desenvolvam competências sociais, como a comunicação, resolução de conflitos e trabalho de equipa dentro de casa. O acesso ao mercado de trabalho é, não só uma fonte de rendimento, mas também promove a autoestima uma vez que a pessoa se volta a ser útil. A estabilidade financeira ainda que não esteja 100% estável, é o início para que possa vir a melhorar. A realidade é que a reintegração traz uma serie de benefícios para os indivíduos, mas também para a sociedade, uma vez que promove o bem-estar e a resiliência. O investimento do Estado em programas e políticas que apoiem a reintegração social é fundamental para construir uma sociedade mais inclusiva e justa.

3.7. Vantagens e Desvantagens

Questionar todos os 14 entrevistados sobre as vantagens e desvantagens é fundamental. Após escutar as perspetivas, fica-se numa melhor posição para refletir acerca dos dados da investigação. Conhecer as vantagens permite enaltecer aquilo que são as oportunidades. Já conhecer as desvantagens possibilita avaliar os riscos e assim, tomar medidas para minimizar esses riscos.

A principal vantagem indicada pelos utentes foi “ter um teto”, “ter um quarto” ou “ter uma cama”, que acabam por ser equivalentes.

U3: “Para mim, ter um teto. É muito importante. (...) Quando há alguma coisa, sempre ajudam. Eu ligo para eles e eles dizem se conseguem ajudar ou não. Se não, eles também te dizem logo (...) e, encaminham-te”

U5: “Ter um teto, ter mais conforto.... (...). É o poder lavar a roupa, mesmo que eu tenha tido sempre esse cuidado(...). É assim, não tenho razões de queixa acerca da instituição

U6: *“Ter um teto e estar ao pé de uma pessoa amiga. Só isso”*

U8: *“Ter uma casa, lavar a nossa roupa... não estar dependente de ninguém. Ter autonomia. (...) Eu tenho privacidade... Eu tenho wc no quarto.”*

U9: *“É completamente diferente, estamos numa casa, temos um quarto... temos de nos adaptar, há coisas que dão e às outras que não dão*

U10: *“ter uma casa, é a primeira... não estar na rua. Ter um sitio para comer e tomar banho, essas coisas... partilhar casa também ajuda muito.”*

U13: *“(...) Temos uma cama para dormir. Temos um chuveiro para tomar banho. Na altura que vim para cá, o facto de ter uma cama para dormir, para mim era tudo. Era o que importava, na realidade.”*

O apoio técnico é também destacado por 5 dos entrevistados (U1, U3, U4, U5 e U13), como uma das vantagens. Outros fatores como: a autonomia, a liberdade, o sentido de responsabilidade, são levantados pelo entrevistado U1. Já o U4, destaca a boa localização e acessibilidades do apartamento e ainda, a boa relação e entreajuda com os colegas de casa.

U4: *“A localização, é perto do meio de transporte, metro ou autocarro (...). (...) há mercados e equipamentos à volta o que permite fazer algum... não estar sempre em casa; segundo, as condições: o facto de ter internet, (...) A outra vantagem acaba por ser as pessoas também, nós damo-nos bem, (...) Vamos fazendo as escalas de limpeza. (...). O apoio da instituição corre bastante bem. Corre muito bem. (...) Vamos nos entreajudando, uns aos outros. (...). Fazem esse apoio, ligam regularmente para saber como estão as coisas, se está tudo bem...”*

Também o facto de conseguirem lavar a própria roupa, mesmo que devidamente ordenados por dias e horários, também é considerado vantagem (U5 e U8). Existem outras vantagens enumeradas tais como: liberdade de horários, sossego, conforto, estar perto de amigos e a partilha.

De acordo com as técnicas T7, T12 e T14, o facto de os utentes terem supervisão e apoio técnico, é uma vantagem, e também ter um abrigo que lhes proporciona segurança. A

convivência com pessoas desconhecidas que podem acrescentar sempre algo a cada um dos utentes, é considerada uma vantagem para a técnica T7.

T7: *“(...) se sentirem fortalecidos com os nossos apoios, é terem um abrigo onde realmente podem ficar, de apoio emocional, de segurança de tudo... e de uma convivência, não é? Com pessoas desconhecidas, com vivências completamente diferentes, a forma de pensar... então, eu acho que é super benéfico.”*

T12: *“A pessoa tem nesta fase da reinserção um apoio técnico para os diversos aspetos que a pessoa possa precisar na sua vida.”*

T14: *“(...) ser um espaço seguro, de terem aqui uma pessoa a quem podem contactar se precisarem de alguma coisa, o apoio técnico. (...), acabamos por ter (apoio psicossocial). (...) fazemos consoante as necessidades do utente. Eu vou regularmente aos apartamentos, falo com eles, então acabo por fazer esse atendimento”*

Tal como o utente U4, a técnica T11 destaca as condições, a localização e as acessibilidades do apartamento, como algumas das vantagens. A técnica destaca ainda, os quartos individuais ou duplos, no máximo, como vantagem. Também ter uma cozinha onde podem cozinhar a própria comida, o poder de escolha e não obrigatoriedade de horários, são enumerados como vantagens desta resposta.

A técnica T14, refere a partilha de quarto, como uma vantagem pois os utentes são “obrigados” a relacionar-se ainda que por vezes, seja difícil juntar 2 pessoas diferentes, mas também existe esse trabalho por parte do técnico (mediar e articular). Destaca ainda como vantagem o apoio na procura de quarto.

T14: *“(...) Eu vejo a partilha dos quartos como uma vantagem. (...) dá a sensação que eles têm de se relacionar, têm de se saber relacionar e o quarto partilhado dá um pouco disso. Quando eles saírem desta situação, eles vão voltar para um quarto, mas vão partilhar a casa, nós partilhamos a casa com a nossa família. (...) É difícil, não vou negar que é muito difícil, estar a juntar duas pessoas com experiências de vida completamente diferentes e juntá-las ali (...) Quando está a terminar o prazo de estarem na medida vamos ver os quartos com eles. Às vezes é mesmo preciso para os motivar. Eles estão bem aqui, têm aqui um conforto e,*

muitas vezes se não for o técnico a estimular e a espicaçar: “tem de sair... seguir a sua vida, porque tem de se autonomizar”.

No que concerne às desvantagens, 4 dos 10 utentes entrevistados, afirmam não terem nada a apontar como desvantagem.

U3: *“Para mim, desvantagens aqui não tenho. Por acaso aqui não tenho. Eu estou supertranquilo aqui”*

U4: *“(...) então, na minha experiência, considero que não haja. Está a ser uma experiência muito boa, e não tenho nada a apontar.”*

U5: *“Desvantagens? Até agora, não tenho razões de queixa. (...)”*

U13: *“Sinceramente, não vejo assim grandes desvantagens. (...)”*

Sendo que o utente U4, aponta que a partilha de quarto poderia ser uma desvantagem, ainda que a experiência dele esteja a ser positiva com o colega de quarto. Já o U1 e o U5 acabam por expor que os 6 meses de permanência, acabam por ser pouco tempo, o que também é uma desvantagem. Os entrevistados U1 e o U9, mencionam facto de a casa não ser deles, será a grande desvantagem, sendo que o U9 refere ainda que ainda não se sente “à vontade” devido à mudança de colegas que estava atualmente no apartamento.

U1: *“A grande desvantagem é não ser a nossa casa. (...) Sinto-me bem aqui, mas é pouco tempo. E a pessoa ao fim de um ano, já está a pensar para onde é que vai.”*

U9: *“Não estar sozinha... Mas é bem melhor do que estar na rua. (...) E aqui, o meu maior medo é o entra e sai. Porque eu penso “quem é que será que vão meter agora”, “qual chatice vou ter agora”. (...) Acabamos por não estar à vontade.”*

O entrevistado U2 destaca a necessidade de melhor triagem de pessoas que integram o Apartamento, evidenciando os consumos que poderão ter, que prejudicam a vivência em casa. A desvantagem também referida algumas vezes é o facto de algumas pessoas acabam por não saber viver numa casa, em comunidade, pois não respeitam os colegas de casa (U2, U6 e o U8). O U2 e o U6 apontam desorganização e falta de apoio à instituição.

U2: “(...) *E só quem está cá, quem passou por muita coisa nestes anos todos, entrou muita gente, drogados, alcoólicos... entram, saem, fazem porcarias, há pessoas que não... (...) Não respeitavam as regras...*”

U6: “*Tantas... Falta de apoio da Instituição (...) Porque eu acho que estes apartamentos, quando as pessoas vão para ali deviam ter um acompanhamento. Há pessoas que não sabem viver em comunidade. Não sabem. E depois, vão para ali e é um choque. Estão à vontade, fazem o que quiserem. Não fazem viver em sociedade. (...)*”

U8: “*As desvantagens é às vezes haver... coisas assim, como este colega. Mas prontos. É, nós estarmos a contar com as coisas e depois não haver. Desaparecem. (...) Nem toda a gente sabe viver em comunidade. Às vezes é difícil partilharmos o espaço com pessoas que são nossas desconhecidas, mas eu dou-me bem com esta moça. (...) Convivemos bem. (...)*”

As técnicas T7, T12 e T14 indicam que a principal desvantagem é o vínculo dos utentes à resposta, que muitas vezes se traduz em falta de autonomia e de motivação para alcançar. Os utentes sabem que não vão conseguir arranjar um quarto/casa a valor equivalente àquele que pagam no projeto, o que gera ansiedade e frustração (T7). A técnica T11, refere que sente dificuldades em capacitar utentes que já vêm com poucas competências, não conseguindo nos 6 meses, ganhar essas mesmas competências.

T7: “*Eu acredito que eles vinculam no apartamento, (...). Eu noto que quando vai ficando próximo da data de termino do contrato, só o facto de eles saberem que vai ter esse salto na economia deles, também gera essa ansiedade. E saber que vai sair dali e que a realidade das rendas é uma coisa totalmente diferente. (...)*”

T12: “*A desvantagem é muitas vezes a pessoa encostar-se à resposta e não tentar ter autonomia, por este valor consegue estar neste apartamento, e às vezes até se esticam um bocadinho, até ao máximo que conseguem. É a única desvantagem que eu vejo numa resposta como esta.*”

T14: “*(...) o facto de se vincularem à resposta. (...) Não vão encontrar algo que se assemelhe a este apoio que aqui têm. Nem que seja o facto de ligar ao técnico só para desabafar. (...)*”

T11: *“Quando existem estes utentes que já não vêm com grandes competências e durante estes 6 meses não conseguem ganhar nada, é muito mais difícil motivá-los. Porque como estão sozinhos, não é tão fácil motivar, ainda que faças os atendimentos, vires cá é diferente quando têm uma equipa 24h, porque têm de cumprir horários, tomar que tomar o pequeno almoço àquela hora, tem de lavar a roupa àquela hora, e isso acaba por fazer as pessoas ganharem competências. Essa é mesmo a grande desvantagem é alguém entrar sem algumas competências precisas para viver nesta resposta e também com falta de motivação para a adquirir. (...)”*

O tempo de permanência na resposta é também uma desvantagem, apontada pelas técnicas T7 e T14, como pouco tempo para reestruturar a vida. A técnica T14 menciona ainda como desvantagem, a longa lista de espera para integrar a resposta.

T7: *“Então eu acho que a desvantagem, é que podia ser um tempo maior ainda que seja de 6 meses a 2 anos, podia ser maior. No sentido em que até consoante o perfil do utente, até se tornar permanente, em vez de ser temporário. Tem utentes que a gente percebe que vai sempre, sempre precisar de um apoio, de um encorajamento... Até podem conseguir suportar, só que alguns têm muitos altos e baixos e têm pouca resistência à frustração, pensam “no próximo mês tenho de pagar tudo isto e este mês mal me consegui virar... eu já não consigo mais trabalhar” e as coisas, vão ficando assim. (...) Existem situações em que nós estamos naquele emaranhado e depois não conseguimos... além do foco ser a autonomização, era também o acompanhamento psicológico.”*

T14: *“Haver um período de tempo que eles possam estar aqui. Não é num ano que se conseguem reerguer. Muitos vêm com dividas, vem com outros problemas que às vezes pessoas que tem vidas estruturas custam a resolver, eles que estão sozinhos, ainda custam mais. A lista de espera, também. Por mais que nos cheguem sinalizações, é 1 ano que a pessoa pode estar aqui, ou seja, é 1 ano que outra pessoa pode estar à espera para entrar na resposta.”*

Foi de extrema importância analisar e compreender as vantagens e desvantagens do projeto, tendo em conta as perspetivas dos utentes que estão inseridos na medida e que vivem em cada apartamento, bem como as técnicas que os acompanham. Nos

testemunhos dos utentes e das técnicas, podemos verificar que as vantagens enaltecidas foram: ter uma casa e tudo o que uma casa “normal” tem, como uma cozinha e um wc; a autonomia, a liberdade, o sentido de responsabilidade. Duas das técnicas destacam ainda a partilha de quarto como uma vantagem. Já as desvantagens, os utentes apontam o facto de a casa não ser deles (3 utentes), o tempo de permanência (2 utentes) e a partilha de quarto (1 utente); as técnicas referem o vínculo à resposta como a grande desvantagem.

3.8. Aspetos a melhorar

Ter conhecimento dos aspetos a melhorar no projeto é fundamental para garantir a eficácia e o sucesso do mesmo. Através desta questão, tinha-se como objetivo identificar quais os aspetos que necessitam de melhoria, de forma a direcionar os recursos a resolver problemas específicos e alcançar os objetivos e assim, contribuir para o sucesso global do projeto e para a satisfação de todas as partes interessadas e envolvidas.

Os utentes U3, U8, U9, U10 mencionam não haver nenhum aspeto a melhorar na medida. Sendo que o U3, conta alguns episódios que ao início, fizeram com que reconsiderasse a sua permanência no projeto.

U3: *“Não tem... Eu para mim, acho que está tudo bem. (...) Ao início eu não gostava e até disse que preferia voltar para a rua porque não dava mesmo (...) eram pessoas violentas e é muita coisa. (...) e agora, eles que estão aqui são calminhos. Epa, são irmãos, são família. São calminhos. Super calma. Estou a gostar e vou continuar, porque são pessoas calmas (...).”*

U8: *“Nada, nada. Eu quando preciso de alguma coisa, telefono. Eles vêm cá tentar resolver aquilo que conseguem. Está tudo a correr bem. (...)”*

U9: *“Não sei... acho que está tudo bem. As técnicas são atentas... Temos um problema, elas aparecem. Podemos ligar quando quisermos. Tem corrido bem. (...) Nós não podemos depender sempre das outras pessoas, temos de nos fazer à vida. (...)”*

U10: *“Está tudo bem. O apoio da instituição está bom. A minha experiência foi positiva.”*

O tempo de permanência na medida é referido como um dos aspetos a melhorar por três dos entrevistados, o utente U1 e o U5, mas também, a técnica T7.

U1: *“Eu acho que deviam dar mais tempo às pessoas... uma pessoa vai andar sempre assim, vai andar sempre assim... sai daqui vai para ali, sai daqui, vai para ali... até vir a reforma. (...) É uma resposta muito boa, mas é pouco tempo. (..)”*

U5: *“Eu acho que eles ajudam o máximo que conseguem naquilo que se quer. (...) Agora, se for realmente só os 6 meses... deixe-me lá chegar aos 6 meses e depois logo lhe digo qualquer coisa. Isso foi logo das primeiras coisas (...). Mas pronto. Por mim, está ótimo, como estou cá há pouco tempo, não há grandes coisas a melhorar, talvez daqui a 1 mês, posso ter alguma coisa que não corra tão bem. (...)”*

T7: *“O tempo.... (...)”*

Contrariamente, a técnica T11, refere que o tempo de permanência é o ideal para o reerguer da vida para os utentes que vêm com as capacidades e competências que o projeto pede.

T11: *“Quanto ao tempo, acho que os 6 meses não acho que seja pouco. Quando vêm para o Apartamento já vêm com autonomia e com uma gestão económica muito grande, estes 6 meses é para eles juntarem algum dinheiro. Uma coisa é tu cumprires tudo nos 6 meses e precisares de mais tempo, claro que vai ser avaliado e claro que vai ser renovado o contrato, agora quando tens uma pessoa que durante o tempo não cumpre as regras, não tem motivação, não mudou o seu modo de estar e não ganhou competências, vamos ter de avaliar porque nem lhe estamos a dar uma resposta que seja boa para o utente. É um tempo bom, eu acho que sim, que deve ser avaliado e nunca vamos prejudicar alguém que esteja motivado. Agora aqueles não estão, chegam-me 6 meses para perceber. Mas é mesmo respeitar o momento da pessoa percebendo que o melhor é mesmo voltar atrás.”*

A triagem é também um dos aspetos a melhorar para os entrevistados U2 e U13. Os utentes U2 e U4 destacam ainda, a falta de apoio psicológico, que é um aspeto a melhorar. O entrevistado U6, refere que tudo precisa de melhorar.

U2: “(...) Não interessa quem entra. (...) Falta apoio psicológico, (...) nós não temos apoio psicológico nenhum (...)”

U13: “Eu acho que não tirando a responsabilidade toda em relação às pessoas que selecionam para os apartamentos, mas eu acho que teria de haver uma melhor triagem. (...)”

U4: “(...) sinto necessidade de falar com outras pessoas e então às vezes sinto... não é solidão... mas sinto que é necessário falar... é importante... há essa... mas também acho que isso é algo meu, se for alguém mais introvertido, de facto a gente não se conhece, então... todos temos experiências diferentes, situações diferentes de vida. (...)”

U6: “Tudo... Tudo! (...)”

A técnica T7, para além do tempo de permanência na resposta, menciona que um dos aspetos a melhorar é tornar os quartos apenas individuais e a necessidade de criar respostas permanentes para as pessoas que não se conseguem autonomizar sem apoio contínuo. Sugere também contenção na mudança de resposta para resposta, de modo a potenciar o trabalho que é realizado com o utente. Refere ainda, que gostaria de ter mais tempo com os utentes e que é de extrema importância implementar apoio psicológico semanal, onde fazem terapias com estratégias de intervenção, de comunicação não violenta para que percebam a importância de comunicar.

T7: “(...) Eu acho que também devia ser pelo menos um quarto individual. Porque é complicado... a convivência é uma das coisas mais desafiadoras. (...) então eu acho que o quarto individual teria ali alguma tranquilidade, em que se percebe que ali é o cantinho deles e estão mais à vontade. O que eu noto é que às vezes não me faz sentido ser temporário, (...) É essa a questão. O projeto é um bom projeto, faz todo o sentido, mas a meu ver não faz sentido para algumas pessoas ser temporário. Teria que ser permanente, com os acompanhamentos que a gente faz, pagando uma participação, mas permanente. É complicado para uma pessoa, ser jogado de um lado para o outro. Todo o trabalho que a gente faz com ele aqui, depois vai para outro lado. (...) Eu gostava de ter mais tempo com eles. (...) e que seria interessante, é ele terem acompanhamento psicológicos semanais, não só aquele psicossocial. (...) Eu noto que a maioria deles precisa... de

trabalhar essa criança ferida, desde pequeno, porque isso influencia na pessoa adulta, no sujeito que está agora a tentar-se autonomizar. (...) Terapia com estratégias de intervenção, de comunicação não violenta para que eles possam perceber a importância de comunicar com os outros. (...) comunicam-se de uma forma bruta... não têm essa sensibilidade na fala. Durante os meus atendimentos, eles também não percebem que precisam trabalhar essa comunicação... precisa de terapia. Então, nós fazemos esta preparação toda para uma população que não está tão preparada assim.... e aí, pode haver falhas e voltarem às recaídas.”

Destacando a escassez de respostas e de técnicos, a técnica T11, enaltece respostas como os “Apartamentos Partilhados”, sendo que devem ter um aspeto acolhedor. Sugere a participação de empresas públicas e privadas e também a participação da sociedade neste tipo de projetos.

T11: *“Termos mais respostas destas, eu até já disse à nossa diretora (...) essa é a principal. Melhorar as condições, ainda que este esteja muito bem, é necessário que estes apartamentos tenham um aspeto acolhedor, para que a pessoa se sinta em casa. Outro tipo de apoio por parte do Governo, para poder haver mais respostas, mais técnicos... nós neste momento temos aqui 5 pessoas, mas eu tenho mais 49 pessoas que estão (noutra resposta), é necessário mais técnicos. As empresas públicas e a própria sociedade estar mais em parceria e mais dentro destes projetos, haver mais disponibilidade para integrar estes projetos. (...)”*

O aumento de vagas na medida “Apartamento Partilhados de Reinserção Social” é o grande aspeto a melhorar, para a técnica T12. Destaca ainda a dificuldade em encontrar respostas para encaminhamento de utentes.

T12: *“(...) o que nós precisávamos, e é uma necessidade nossa, é aumentar as vagas em Apartamentos Partilhados, é uma coisa que... é uma mais-valia e existe uma necessidade grande. Temos muitos utentes nas Comunidades a fazer tratamento conosco. Nós tentamos sempre focar a nossa intervenção na pessoa, ouvir, perceber o que ela precisa, em que fase está, que necessidades é que tem... e tentamos não ter um projeto igual para todos. Tentamos ir ao encontro de cada pessoa de cada necessidade e com a pessoa, eu não imponho a ninguém o que têm de fazer. (...) É uma população muito variada. Cada vez temos mais utentes mais*

velhos (...). (...) São pessoas que estiverem muitos anos afastadas do trabalho e das metodologias que tem um trabalho. É um desafio muito grande tentar encontrar uma resposta para estas pessoas... Se calhar não é um trabalho, vamos começar por uma formação, pedir a reforma, tentar um complemento... (...)”

A técnica T14, menciona que poderia haver espaço para organizar atividades de lazer fora do apoio mais técnico. Tal como a T7, destaca a importância de implementar apoio psicológico semana/quinzenal, ainda que os utentes mostrem alguma resistência a este apoio.

T14: *“Os aspetos a melhorar, talvez poder haver atividade aqui fora deste apoio mais técnico. Eu faço muito apoio técnico, as coisas que eles precisem na prática aqui nesta parte mais social. Acabamos por esquecer da outra parte. Que podíamos fazer uma atividade com eles, mais lúdica, ao ar livre, ir a um museu. (...) Deveria haver esse apoio psicológico semanalmente, ou até quinzenal, mas eles têm muita resistência a isso. Apesar de eles perceberem que estão muito fragilizados psicologicamente, há resistência nesse apoio. (...)*”

Em concordância estão as técnicas T12 e T14, pois pões em destaque a importância de haver mais técnicos com formação nas diversas áreas (serviço social, advogados, psicólogos, etc.), destinados à sua função.

T12: *“(...) eu acho que nós tentamos melhorar no dia a dia o nosso trabalho, tirando formações, procura de informação... Eu sou GC deles, mas eu não sou AS de formação, e isto muitas vezes tem muito mais que ver com o Serviço Social e os utentes têm muitas vezes questões jurídicas para tratar... então temos sempre de ir na procura do saber para os poder ajudar da melhor forma possível. (...)*”

T14: *“E depois o que eu vejo aqui é, eu sou psicóloga, poderia prestar esse apoio, mas, no entanto, também sou gestora de caso. Ao fazê-lo, vou misturar duas áreas que não podem ser misturadas. Eu não posso estar num minuto a chamar à atenção que não fez a limpeza ou simplesmente de dizer que tem de tomar banho, porque muitas vezes eles não querem, depois não posso ser a pessoa que está aqui a fazer apoio psicológico. Isso, sim, talvez poderia ser uma coisa a melhorar. Ter técnicos diferentes, destinado a cada coisa.”*

Os aspetos a melhorar acabam por ser referidos também nas desvantagens. Todas as desvantagens podem ser aspetos a melhorar. Mencionados por utentes e por técnicas o tempo de permanência no projeto. Os utentes referem ainda a falta de apoio psicológico e de triagem. Da parte técnica é também mencionado a escassez de respostas, de técnicos, na possibilidade de existirem equipas multidisciplinares no projeto, tendo em conta as necessidades sentidas. A dificuldade de encaminhamentos de utentes e a importância de atividades de lazer, também foram mencionadas.

4. Considerações Finais

O projeto “Apartamentos Partilhados”, é uma abordagem inovadora no contexto de projetos sociais, especialmente para lidar com questões de habitação e reintegração social de pessoas em situação de sem-abrigo, proporcionando habitação estável, acompanhamento personalizado e oportunidades de autonomização.

Essencialmente, este estudo recaiu sobre este tema pela escassez de investigação, bibliografia e avaliação deste projeto social de extrema importância. Os “Apartamentos Partilhados” são uma ferramenta eficaz para promover a inclusão social e reduzir a exclusão, permitindo que indivíduos tenham acesso a um ambiente seguro e acolhedor, onde podem conseguir reconstruir a sua vida e reintegrar-se.

Ao longo das entrevistas, foi perceptível que para estes utentes, que já passaram por inúmeros episódios marcantes na sua vida, e que chegaram à máxima forma de exclusão social, que é a situação de sem-abrigo, o discurso acaba por ter o mesmo sentido, propósito e a grande vantagem deste projeto: ter uma casa, um teto. Na rua, por mais que haja apoio por parte das Equipas Técnicas de Rua e por todas as associações, organizações e os privados que prestam o apoio informal que consegue, as pessoas procuram por casa, teto e conforto. Ainda que seja uma resposta que tenha aspetos a melhorar, o facto daquelas pessoas estarem ali, para elas, já têm “o básico”, como diziam. Quem procura trabalho estando a pernoitar na rua, acaba por ter uma tarefa redobrada. Por um lado, tenta subsistir na rua e por outro tenta encontrar um emprego, para que tente sair das ruas. Quem está nesta situação não descansa o que é razoável, para que no outro dia possa continuar a procurar trabalho ou efetivamente, estar empregado.

Existem entrevistados que estão integrados na resposta, mas que mostram não ter todos os critérios necessários para estar numa resposta de autonomização. Com a sobrelotação das respostas de alojamento em todo o concelho de Lisboa, faz com que as instituições façam permutas entre as respostas que detêm, de modo a mitigar o fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo. Estas trocas permitem algumas autonomizações para projetos com objetivo nesta autonomização, mas por outro lado, e como menciona um dos entrevistados (U1), acaba por “andar de um lado para o outro”.

Esta menção, faz-nos pensar no que descreve uma das técnicas (T7), em que assume a falta de respostas de carácter permanente, destinada a pessoas que não se conseguem autonomizar em respostas como os “Apartamentos Partilhados”, que surgem como uma

das últimas fases de reinserção social plena (Padgett et al., 2016; Zilhão, 2013). Ainda que uma pessoa não tenha todos os elementos para estar em Apartamento, o facto de transitar para esta resposta, já estando numa outra, faz com que as instituições consigam ter vagas para inserir pessoas em condição de sem-teto, sendo este um dos grandes aspetos a melhorar. Esta inserção de utentes sem os critérios necessários a principal desvantagem e, assim, o aspeto essencial a melhorar.

Aliada à importância de projetos como os “Apartamentos Partilhados”, é a necessidade de haver, não um acompanhamento pleno, mas iniciativas *follow-up* depois dos utentes concluírem o tempo no Apartamento. O principal objetivo com esta iniciativa é avaliar os resultados e os impactos do projeto, proporcionando uma oportunidade para identificar e documentar o que se conseguiu alcançar, onde se possa implementar recomendações que visem melhorar processos, políticas ou práticas. Para além destas vantagens, os projetos *follow-up* permitem uma monitorização contínua das precursões do projeto principal, ao longo do tempo. Os utentes beneficiam de apoio técnico durante a sua integração, com a implementação desta iniciativa, permite aos utentes não perderem esse apoio, naquela que vai ser uma fase de mudança na sua vida (Padgett et al., 2016; Rosenheck, 2000)

Todos os projetos habitacionais para pessoas em situação de sem-abrigo desempenham um papel crucial na abordagem do fenómeno e na promoção da inclusão social e bem-estar, fornecendo uma solução prática e humanitária. Para o desenvolvimento de mais projetos, é necessário a contratação de técnicos sociais, equipas multidisciplinares, mas tal como mencionam as técnicas entrevistadas, existe uma escassez de técnicos sociais e financiamento inadequado de projetos. Esta escassez pode impactar a capacidade de implementar programas eficazes (Padgett et al., 2007; Branco, 2019) Para enfrentar esses desafios, são necessárias abordagens abrangentes que envolvam o Governo, organizações da sociedade civil, setor privado e outras partes interessadas. Aqui, pode-se incluir o aumento do investimento em programas de formação e desenvolvimento profissional para técnicos sociais, a implementação de políticas que promovam condições de trabalho adequadas e o desenvolvimento de estratégias de financiamento diversificadas e sustentáveis para projetos sociais. Para além disso, é importante promover a conscientização sobre a importância do trabalho social e defender políticas que priorizem o bem-estar e a inclusão social em todas as esferas da sociedade.

Reforça-se ainda a importância das estruturas que detêm respostas sociais, à participação em pesquisas académicas, que ajudam a defender políticas que auxiliam a vida real dessas populações e não os obstáculos presumidos que se podem enfrentar (Castañeda e Smith, 2022). O facto de haver estudos e testemunho de utentes e técnicos inseridos nestes projetos é uma mais-valia para o combate ao estigma e preconceito com as populações mais vulneráveis, neste caso, a população em situação de sem-abrigo. Combatê-lo exige esforços contínuos de sensibilização e educação pública.

Bibliografia

Accornero, G., Carvalho, T. (2023). Marginal gentrifiers, networks of mobilization and new contentious collective identities. The struggle for housing in post-austerity Lisbon. *Housing Studies*, 1–24. <https://doi.org/10.1080/02673037.2023.2266409>

Antunes, G., Seixas, J. (2022). Impactos da pandemia na evolução do acesso à habitação na Área Metropolitana de Lisboa. *Revista Cidades* [Online], 45 | 2022 <http://journals.openedition.org/cidades/6529>

Anucha, U. (2010). Housed but Homeless? Negotiating Everyday Life in a Shared Housing Program [Article]. *Families in Society-the Journal of Contemporary Social Services*, 91(1), 67-75. <https://doi.org/10.1606/1044-3894.3953>

Aubry, T., Bernad, R., and Greenwood, R. (2018). “A Mukti-Country Study of the Fidelity of *Housing First* Programmes”: Introduction in *European Journal of Homelessness*, Volume 12, Issue 3 – 2018 https://www.feantsaresearch.org/download/12-3_ejh_2018_introduction2589921445805571542.pdf

Baptista, I. (2018). The New Portuguese Homelessness Strategy: Recent Developments. *European Journal of Homelessness*, Volume 12 (1), pp. 95-109.

Bernardo, C. (2019). *A questão sem-abrigo: Uma abordagem holística: Análise crítica dos (dis)curso e das práticas*. [Doctoral Dissertation, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/19395>

Branco, A. (2019). *Planeamento e intervenção com as pessoas em situação de Sem-Abrigo na Cidade de Lisboa: implicações para a Política Social*. [Master’s thesis, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas]. Repositório da Universidade de Lisboa <http://hdl.handle.net/10400.5/18795>

Bretherton, J., Nicholas Pleace, N. (2012). Will Paradigm Drift Stop *Housing First* from Ending Homelessness? Categorising and Critically Assessing the Housing First Movement from a Social policy Perspective. *Social policy in a Unequal World: Joint*

annual conference of the east Asian Social Policy Research Network and the UK Social Association. University of York, United Kingdom. <https://eprints.whiterose.ac.uk/75120/>

Brown, M. (2016). Opening More Doors to End Homelessness Through a Shared Housing Approach. *Psychiatric Services, A Journal of the American Psychiatric Association*, Vol. 67, Capítulo 10, pp.1161-1161. <https://doi.org/10.1176/appi.ps.671004>

Busch-Geertsema, V. (2012). “The potential of *housing first* from a European perspective” https://www.feantsa.org/download/ejh6_2_resp_housingfirst68279119617434108798.pdf

Campos, A. (2020). Crises, Estado e Precariedade Laboral: o Trabalho Temporário em Portugal. Tese no âmbito do Doutoramento em Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/95010>

Cancela, A. M., Caetano, A. P., Teixeira, M., & Dias Almeida, C. (2023). A Intervenção Social com Pessoas em Situação de Sem-Abrigo. O papel das políticas sociais de âmbito nacional e local : https://doi.org/10.53809/TS_ISS_2023_n.4_33-49. *Revista Temas Sociais*, (4), 33-49. Obtido de <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/temassociais/article/view/8937>

Castañeda, E., Smith, C. (2022). Conducting Research with Marginalized Populations: Methodological, Ethical, and IRB Considerations. *Journal of Applied Social Science*. Volume 17, Issue 1 <https://doi.org/10.1177/19367244221141326>

Comissão Direitos Sociais, Económicos e Culturais da ONU. Disponível em http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/ficha_informativa_16_comite_dir_economicos_sociais.pdf

Comité das Regiões (1999). Os Problemas dos Sem-Abrigo e da Habitação. Publicado no Jornal Oficial nº C 293 de 13/10/1999 p.0024. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:51998IR0376:PT:HTML>

Constituição Portuguesa, Artigo 65º “Direito à Habitação”. Disponível em <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Corcetti, E. , & Loreto, M. das D. S. de . (2020). Trajetória das políticas públicas de educação e formação de adultos em portugal: avanços e descontinuidades . *Trabalho & Educação*, 29(1), 55–73. <https://doi.org/10.17648/2238-037X-trabedu-v29n1-20749>

Costa, P., Duarte, T., Ornelas, J. (2018) “Implementation of Housing First in Lisboa, Portugal: A fidelity study of the Casas Primeiro programme” in *European Journal of Homelessness*, Volume 12, Issue 3 – 2018. https://www.feantsaresearch.org/download/12-3_ejh_2018_duarte5123425204035460814.pdf

Creswell, J. W. (2013). *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Approaches*. SAGE Publications.

Decreto de Lei n.º 83/2019 “Lei de Bases da Habitação”. Publicado em Diário da República n.º 168/2019, Série I de 2019-09-03, páginas 11 – 33. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/lei/83/2019/09/03/p/dre>

Duarte, T., Almas, I. (2020). Casas Primeiro Program; Ten Years of Housing First in Portugal, in Ornelas, M. J. Vargas-Moniz, & the HOME_EU consortium study Group (Eds.). (2020). *Homelessness as unfairness* (pp. 113-119). Lisbon: ISPA - Instituto Universitário. <http://hdl.handle.net/10400.12/8188>

ENIPSSA (S.D) Conceito de Pessoa em Situação de Sem-Abrigo <http://www.enipssa.pt/conceito-de-pessoa-em-situacao-de-sem-abrigo>

ENIPSSA <http://www.enipssa.pt/enipssa>

_ENIPSSA, www.enipssa.pt

ETHOS 2005. Definition of Homeless <https://www.feantsa.org/en/toolkit/2005/04/01/ethos-typology-on-homelessness-and-housing-exclusion?bcParent=27>

Ferrão, J. (2018). A Habitação regressa à agenda política?. Blogue Shift- Grupo de Investigação Ambiente, Território e sociedade do ICS-ULisboa. Disponível em <https://ambienteterritoriosociedade-ics.org/2018/01/17/a-habitacao-regressa-a-agenda-politica/>

Ferrão, J., Pinto, H., Caldas, J. M., & Carmo, R. M. (2023). Vulnerabilidades territoriais, pandemia e emprego: Uma análise exploratória de perfis socioeconómicos municipais e

impactos da COVID-19 em Portugal. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 63, 161-182. <https://dx.doi.org/10.59072/rper.vi63.72>

Gaboardi, M., Santinello, M., Disperati, F., Lenzi, M., Vieno, A., Loubière, S., Shinn, M. (2022). Working with People Experiencing Homelessness in Europe. *Human Service Organizations: Management, Leadership & Governance*, 46(4), 324–345. <https://doi.org/10.1080/23303131.2022.2050330>

Gaboardi, M., Santinello, M., Disperati, F., Lenzi, M., Vieno, A., Loubière, S., Vargas-Moniz, M., Spinnewijn, F., Greenwood, R., Wolf, J., Bokszczanin, A., Bernad, R., Blid, M., Ornelas, J., Shinn, M. (2022). Working with People Experiencing Homelessness in Europe, *Human Service Organizations: Management, Leadership & Governance*, <https://doi.org/10.1080/23303131.2022.2050330>

Greenwood, R., Manning, R., O'Shaughnessy, B., Vargas-Moniz, M., Loubiere, S., Spinnewijn, F., Lenzi, M., Wolf, J., Bokszczanin, A., Bernad, H., Ornelas, J., and the HOME-EU Consortium Study Group (2020). “Homeless Adults’ Recovery Experiences in Housing First and Traditional Services Programs in Seven European Countries” in *American Journal of Community Psychology* 65: 353-368 <https://doi.org/10.1002/ajcp.12404>

Guerrero, E.,rick G., Benjamin Henwood, B., & Suzanne L. Wenzel, S.u zanne. L. (2014) Service Integration to Reduce Homelessness in Los Angeles County: Multiple Stakeholder Perspectives, *Human Service Organizations: Management, Leadership & Governance*, 38:1, 44-54, DOI: [10.1080/03643107.2013.853009](https://doi.org/10.1080/03643107.2013.853009)

H., Scanlon, H., K., Arrigoitia, K., M., Chatterton, M., P., Kear, P., A., O’Reilly, A., D., Sargisson D., L., Stevenson, F. , F. (2016). Cohousing: Shared Futures. University of Newcastle. <http://eprints.whiterose.ac.uk/132499/>

He, Y. H., O’Flaherty, B., & Rosenheck, R. A. (2010). Is shared housing a way to reduce homelessness? The effect of household arrangements on formerly homeless people [Article]. *Journal of Housing Economics*, 19(1),1-12 <https://doi.org/10.1016/j.jhe.2009.10.001>

Henwood, B. F., Shinn, M., Tsemberis, S., & Padgett, D. K. (2013). Examining Provider Perspectives within Housing First and Traditional Programs. *American journal of*

psychiatric rehabilitation, 16(4), 262–274.
<https://doi.org/10.1080/15487768.2013.847745>

Leite, J. João Nuno Neto Marinho (2023). “O direito à habitação na cidade de Lisboa : quais as estratégias reivindicativas mais consequentes com a alteração de política pública?”. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão <http://hdl.handle.net/10400.5/30185>

Marques, A. (2020). Na fronteira do mercado de emprego: jovens, trabalho e cidadania. Trabalho, Educação e Saúde [online]. 2020, v. 18. ISSN 1981-7746.
<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00249>

Martins, F., Seward, D. (2020). A medição da subutilização no mercado de trabalho: Uma análise empírica para Portugal. Banco de Portugal.
https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/re202006_pt.pdf

Martins, H. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. Educa Pesquisa. Vol.30, No 02, pp.289-300. ISSN 1517-9702. <http://educa.fcc.org.br/pdf/ep/v30n02/v30n02a07.pdf>

Matos, F., Marques, T., Maia, A., Ribeiro, D.. (2020). O acesso à habitação e as políticas públicas. Artigo em Livro de Atas de Conferências Nacional. XII Congresso da Geografia de transição para a sustentabilidade. <https://hdl.handle.net/10216/127140>

Mendes, L. (2022). Mercado de arrendamento em Portugal: crónica de uma morte anunciada. Boletim Goiano De Geografia, 42(01), e70100.
<https://doi.org/10.5216/bgg.v42.70100>

Ornelas, J., Martins, P., Zilhão, M., Duarte, T. (2014). Housing First: An Ecological Approach to Promoting Community Integration. European Journal of Homelessness. Volume 8, N°1, pp. 29-56. https://www.feantsaresearch.org/download/article-02_8-17202003192087929062.pdf

Padgett, D. K., Henwood, B. F., & Tsemberis, S. (2007). There's no place like (a) home: Ontological security in the third decade of the ‘homelessness crisis’ in the United States. *Social Science & Medicine*, 64(9), 1925–1936. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2007.02.011>

Padgett, D. K., Henwood, B. F., & Tsemberis, S. (2016). *Housing First: Ending homelessness, transforming systems, and changing lives*. Oxford University Press.

[https://books.google.pt/books?hl=en&lr=&id=k4x2CgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=Padgett,+D.+K.,+Henwood,+B.+F.,+%26+Tsemberis,+S.+\(2016\).+Housing+First:+Ending+homelessness,+transforming+systems,+and+changing+lives.+Oxford+University+Press.&ots=TUEvAMccwR&sig=DvIGK7eY6YE4HTNeK1YNbrCwaWU&redir_esc=y#v=onepage&q=Padgett%2C%20D.%20K.%2C%20Henwood%2C%20B.%20F.%2C%20%26%20Tsemberis%2C%20S.%20\(2016\).%20Housing%20First%3A%20Ending%20homelessness%2C%20transforming%20systems%2C%20and%20changing%20lives.%20Oxford%20University%20Press.&f=false](https://books.google.pt/books?hl=en&lr=&id=k4x2CgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=Padgett,+D.+K.,+Henwood,+B.+F.,+%26+Tsemberis,+S.+(2016).+Housing+First:+Ending+homelessness,+transforming+systems,+and+changing+lives.+Oxford+University+Press.&ots=TUEvAMccwR&sig=DvIGK7eY6YE4HTNeK1YNbrCwaWU&redir_esc=y#v=onepage&q=Padgett%2C%20D.%20K.%2C%20Henwood%2C%20B.%20F.%2C%20%26%20Tsemberis%2C%20S.%20(2016).%20Housing%20First%3A%20Ending%20homelessness%2C%20transforming%20systems%2C%20and%20changing%20lives.%20Oxford%20University%20Press.&f=false)

Pereirinha, J. (2008). *Política Social: Fundamentos da actuação das políticas públicas*. Universidade Aberta.

Pina, A., Fernandes, B., Lourenço, B., & Santos, E. (2021). (Sobre)viver em situação de sem-abrigo em portugal: a emergência de respostas inovadoras. *POLÊMICA*, 20(3), 001-025: <https://doi.org/10.12957/polemica.2020.63483>

Pinto, T. C. (2023). Habitação: Um país com dois mundos. In R. P. Mamede (Eds.). *O Estado da nação e as políticas públicas 2023: Reformas estruturais* (pp. 28-35). IPPS-ISCTE. <http://hdl.handle.net/10071/31422>

Pleace, N. (2011) “The Ambiguities, Limits Taylor, O; Loubiere, S; Auquier, P (2020) “Homelessness, *Housing First*, and the Right to Housing—Confronting Right and Reality” in *Human Rights Review* (2020) 21:373–389 <https://doi.org/10.1007/s12142-020-00598-7>

Pleace, N., Culhane, D., Granfelt, R., Knutgård, M. (2015). *The Finnish Homelessness Strategy: An International Review*. Research Report. Ministry of the Environment, Finald, Helsinki. <https://eprints.whiterose.ac.uk/213242/>

Quilgars, D., Pleace, N. (2016). , *Housing First* and Social Integration: A Realistic Aim?. *Social Inclusion* (ISSN: 2183-2803), 2016, Volume 4, Issue 4, Pages 5-15. <https://www.cogitatiopress.com/socialinclusion/article/view/672/672>

Rego, R., Braga Lopes, J., Sadock., M. e Estevens, A. (2023). Espaços alternativos em Lisboa e a resistência à gentrificação. *Revista Etnográfica* [Online], 27(1) | 2023. <http://journals.openedition.org/etnografica/13219>; DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.13219>

Resolução do Conselho de Ministros 107/2017. Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento, 2017-2023. Publicado em Diário da República n.º 142/2017, Série I de 2017-07-25, páginas 3923 – 3931. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/107/2017/07/25/p/dre/pt/html>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018 “Nova Geração de Políticas de Habitação”. Publicado em Diário da República n.º 84/2018, 1º Suplemento, Série I de 2018-05-02, páginas 2 – 18. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/50-a/2018/05/02/p/dre/pt/html>

Ribeiro, J., Souza, F. N. de, & Lobão, C. (2018). Editorial: Saturação da Análise na Investigação Qualitativa: Quando Parar de Recolher Dados?. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 6(10), iii-vii. Recuperado de <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/213>

Rondino, N., & Rodilla, J. M. (2022). Longitudinal Study of the Homeless Population in Valencia. *European Journal of Homelessness* _ Volume, 16(1_). https://www.feantsaresearch.org/public/user/EJH_16-1_RN8_v03.pdf

Rosenheck R. (2000). Cost-effectiveness of services for mentally ill homeless people: the application of research to policy and practice. *The American journal of psychiatry*, 157(10), 1563–1570. <https://doi.org/10.1176/appi.ajp.157.10.1563>

Pleace, N., Baptista, I., Benjaminsen, L., Busch-Geertsema, V., O'Sullivan, E., & Teller, N. (2021). European Homelessness and COVID 19. [https://www.feantsaresearch.org/public/user/Observatory/2021/European_Homlessness_and_COVID-19Web_\(1\).pdf](https://www.feantsaresearch.org/public/user/Observatory/2021/European_Homlessness_and_COVID-19Web_(1).pdf)

Pleace, N., Baptista, I., Benjaminsen, L., & Busch-Geertsema, V. (2018). Homelessness services in Europe: EOH comparative studies on homelessness. https://www.feantsaresearch.org/public/user/Observatory/Feantsa-Studies_08_v02%5B1%5D.pdf

Runnels, V., Sevigny, E., Hay, E., O' Hara, P. (2009.) The Ethics of Conducting Community-Engaged Homelessness Research. *Journal of Academic Ethics*. Volume 7. Issue 1-2. pp 57-68.

Sá, Teresa. (2010). “Precariedade” e “trabalho precário”: consequências sociais da precarização laboral», *Configurações* [Online], 7 | 2010, posto online no dia 18 fevereiro 2012, consultado o 14 abril 2024. URL:

<http://journals.openedition.org/configuracoes/203>; DOI:

<https://doi.org/10.4000/configuracoes.203>

Schneider, L. T. (2022). 'My home is my people' homemaking among rough sleepers in Leipzig, Germany. *Housing Studies*, Volume 37, N.º2, 232-249. <https://doi.org/10.1080/02673037.2020.1844157>

Schneider, L. T. (2022). 'My home is my people' homemaking among rough sleepers in Leipzig, Germany. *Housing Studies*, 37(2), 232-249. <https://doi.org/10.1080/02673037.2020.1844157>

Sullivan, A. A. (2023). What Does it Mean to be Homeless? How Definitions Affect Homelessness Policy. *Urban Affairs Review*, 59(3), 728–758. <https://doi.org/10.1177/10780874221095185>

Tsai, Jack., Manes, Alvin S., Rosenheck, Robert A. (2012). Does Housing Chronically Homeless Adults Leads to Social Integration?. *Psychiatric Services, A Journal of the American Psychiatric Association*, Vol. 63, Capítulo 5, pp. 427-434. <https://doi.org/10.1176/appi.ps.201100047>

Wahn, M. (2016). Social impact bond feasibility study AEIPS intervention: *housing first*. [Master's Thesis, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova <http://hdl.handle.net/10362/17503>

Williams, J. (2005). *Designing Neighbourhoods for Social Interaction: The Case of Cohousing*. *Journal of Urban Design*, 10(2), 195-227. <https://doi.org/10.1080/13574800500086998>

Woodhall-Melnik, J., Dunn, J. (2014). A systematic review of outcomes associated with participation in *Housing First* programs. *Housing Studies*, Volume 31, pp.287-304. <https://doi.org/10.1080/02673037.2015.1080816>

Zilhão, M. (2013). Uma perspetiva qualitativa de transição de pessoas em situação de sem-abrigo para uma habitação independente e permanente. [Master Thesis, ISPA]. Repositório do ISPA. <http://hdl.handle.net/10400.12/2805>

ANEXOS

Índice de Anexos

Anexo 1- Guião de Entrevista aos Beneficiários do Projeto “Apartamentos Partilhados”.....	91
Anexo 2- Guião de Entrevista aos Técnicos do Projeto “Apartamentos Partilhados”.....	93
Anexo 3- Consentimento Informado aos Participantes.....	95
Anexo 4- Transcrição das Entrevistas.....	96

Anexo 1- Guião de Entrevista aos Beneficiários do Projeto “Apartamentos Partilhados”

Guião de Entrevista- aos beneficiários da medida

População em Situação de Sem-Abrigo

Objetivo: Compreender a importância da resposta habitacional no âmbito de Apartamentos Partilhados das pessoas em situação de sem-abrigo, na perspetiva dos beneficiários e dos técnicos das instituições, no concelho de Lisboa.

Esta entrevista será aplicada no âmbito de um estudo em curso sobre: *a importância da resposta habitacional no âmbito de Apartamentos Partilhados das pessoas em situação de sem-abrigo, na perspetiva dos beneficiários e dos técnicos das instituições, na Área Metropolitana de Lisboa*, que está a ser desenvolvido no âmbito da Dissertação para obtenção de Mestre em Política Social, no Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Agradeço a disponibilidade para colaborar na investigação. Os dados recolhidos serão apenas utilizados no âmbito do estudo em curso, sendo destruídos após a conclusão deste. Garante-se total anonimato e confidencialidade.

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

1. Qual a sua idade?
2. Qual o seu estado civil?
3. Qual a sua nacionalidade?
4. Qual a sua naturalidade?
5. Qual a sua fonte de rendimento?
6. Qual a sua escolaridade?
7. Há quanto tempo se encontra em situação de sem-abrigo?
8. Qual foi o motivo que o levou à situação de sem-abrigo?

INTERGRAÇÃO NA MEDIDA “APARTAMENTOS PARTILHADOS”

1. Como conheceu a Instituição (nome da instituição)?
2. Como lhe foi apresentada a medida “Apartamentos Partilhados”?
3. Como reagiu à proposta de integrar a medida?
4. Há quanto tempo está no Apartamento?
5. Ser usuário da medida traz benefícios para a sua reintegração da sociedade? De que forma?

VANTAGENS E DESVANTAGENS

1. Quais são as principais vantagens da medida?
2. Quais são as principais desvantagens da medida?

ASPETOS A MELHORAR

1. Na sua opinião, quais os aspetos a melhorar na medida “Apartamentos Partilhados”?

Anexo 2- Guião de Entrevista aos Técnicos do Projeto “Apartamentos Partilhados”

Guião de Entrevista- aos técnicos

Técnicos (responsável e outros técnicos)

Objetivo: Compreender a importância da resposta habitacional no âmbito de Apartamentos Partilhados das pessoas em situação de sem-abrigo, na perspetiva dos beneficiários e dos técnicos das instituições, no concelho de Lisboa.

Esta entrevista será aplicada no âmbito de um estudo em curso sobre: *a importância da resposta habitacional no âmbito de Apartamentos Partilhados das pessoas em situação de sem-abrigo, na perspetiva dos beneficiários e dos técnicos das instituições, na Área Metropolitana de Lisboa*, que está a ser desenvolvido no âmbito da Dissertação para obtenção de Mestre em Política Social, no Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Agradeço a disponibilidade para colaborar na investigação. Os dados recolhidos serão apenas utilizados no âmbito do estudo em curso, sendo destruídos após a conclusão deste. Garante-se total anonimato e confidencialidade.

FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1. Qual a sua formação? (Licenciatura, Mestrado, Doutoramento)
2. Há quanto tempo trabalha com a População em Situação de Sem-Abrigo?
3. Como é trabalhar com a População em Situação de Sem-abrigo? Se tivesse um único adjetivo, qual seria para descrever o trabalho com PSSA?
4. Há quanto tempo trabalha na medida “Apartamentos Partilhados”?

CARACTERIZAÇÃO DA MEDIDA

1. Qual é o objetivo da medida?
2. A medida está elegível a qualquer PSSA?
3. Por quanto tempo está disponível a medida ao utente?
4. Quantos utentes usufruem, atualmente, da medida?

APRESENTAÇÃO DA MEDIDA

1. De que forma é apresentada a medida aos PSSA?
2. De que forma é feita a proposta para integrar a medida?
3. Geralmente, qual é a reação das PSSA à proposta de integração da medida?

BENEFÍCIOS PARA A REINTEGRAÇÃO SOCIAL

1. De que forma a integração das PSSA numa medida como os Apartamentos Partilhados, traz benefícios à reintegração na sociedade?

VANTAGENS E DESVANTAGENS

3. Quais são as principais vantagens da medida?
4. Quais são as principais desvantagens da medida?

ASPETOS A MELHORAR

5. Na sua opinião, quais os aspetos a melhorar na medida “Apartamentos Partilhados”?

Anexo 3- Consentimento Informado aos Participantes

CONSENTIMENTO INFORMADO

Título do Estudo: *Apartamentos Partilhados: a perspetiva das pessoas em Situação de Sem-Abrigo e dos Técnicos*

Caro participante,

Esta investigação decorre no âmbito da Dissertação para obtenção de Mestre em Política Social, no Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, com orientação da Professora Doutora Romana Xerez.

O estudo tem como objetivo: *Compreender a importância da resposta habitacional no âmbito de Apartamentos Partilhados das pessoas em situação de sem-abrigo, na perspetiva dos beneficiários e dos técnicos das instituições, no concelho de Lisboa.* De forma a atingir o objetivo do estudo, é necessário que através de uma entrevista semiestruturada com recurso a gravação de áudio, responda a umas breves questões.

A sua participação é muito importante, no entanto, é totalmente voluntária. Todos os dados recolhidos serão apenas utilizados no âmbito do estudo em curso, sendo destruídos após a conclusão do mesmo. Garante-se confidencialidade e anonimato em todos os resultados.

Atenciosamente, a responsável pela recolha e tratamento dos dados, Marta Alexandra Picoto Maximino, aluna do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Disponível para qualquer esclarecimento através do email:

| _____, e telemóvel: _____

|

Assinatura:

Autorização

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela investigadora. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de inferências.

Aceito participar Não aceito participar

Data: ___/___/____ Assinatura:

Anexo 4- Transcrição das Entrevistas

Transcrição Entrevista nº1 (U1)

Género: Feminino

Idade: 54 anos

Data de realização: 10/08/2023

Entrevistada: Então vamos lá começar! “A”, shut up!.... (risos)

Entrevistadora: Então fale-me um bocadinho sobre si... pode seguir o que está no guião. A sua idade...

Entrevistada: A minha idade... são... vou fazer 54, tenho 53... não! Vou fazer 55, tenho 54.

Entrevistadora: O seu estado civil...

Entrevistada: Sou divorciada

Entrevistadora: A sua nacionalidade...

Entrevistada: Sou portuguesa.

Entrevistadora: Naturalidade...

Entrevistada: Lisboa, São Pedro da Pedreira

Entrevistadora: Qual é a sua fonte de rendimento?

Entrevistada: Rendimento Mínimo

Entrevistadora: É o RSI... A sua escolaridade?

Entrevistada: 9º ano, feitos no IEFP. Não sei se interessa...

Entrevistadora: Há quanto tempo se encontrava em situação de sem-abrigo?

Entrevistada: Quando? Desde hoje? 8 anos? 9 anos? 9 anos...

Entrevistadora: Até integrar aqui o Apartamento...

Entrevistada: Não... 8 anos... 6 anos, quase 7...

Entrevistadora: Qual foi o motivo que a levou a ficar nessa situação?

Entrevistada: Hm... Ah... Falta de ajuda. Falta de ajuda, 2 filhos... ah... Trabalho, muito pouco...

Entrevistadora: Não se conseguia sustentar, não é?

Entrevistada: E não só, e eles depois começaram a crescer. Eles têm diferença de 1 ano, veja só... era como se fossem gémeos... era o dobro

Entrevistadora: Era tudo em dobro...

Entrevistada: Sim, tudo em dobro. Sozinha...

Entrevistadora: Pois... Como é que conheceu aqui a instituição?

Entrevistada: Conheci através de uma instituição (...)

Entrevistadora: Em contexto de rua?

Entrevistada: Não, não... eu estava lá já há 6 anos..

Entrevistadora: Ah.. Já estava na (instituição K)?

Entrevistada: Sim, tive na (instituição K) 6 anos.

Entrevistadora: Em Apartamento?

Entrevistada: Não, não... abrigo...

Entrevistadora: Em CAT...

Entrevistada: Exatamente... Alojamento temporário... de Emergência...estava como reinserção social.

Entrevistadora: Pelo que percebi, terá vindo da (instituição K) logo para o Apartamento?

Entrevistada: Não, não. Ainda estive lá em baixo, em (...), aquilo é o quê? Tive na residência... e depois então, ao fim de 6 meses, vim para aqui, acho eu.

Entrevistadora: Como lhe foi apresentada a medida? Como é que se disseram que existia esta medida? E que podia vir para aqui...

Entrevistada: Com um contrato de trabalho... não... de alojamento.

Entrevistadora: Como foi a sua reação? Já sabia da existência desta medida?

Entrevistada: Sim... desde o início que sabia que poderia vir para aqui... para um quarto sozinha e se eu estava disposta... epá, sim, Claro. E vim.

Entrevistadora: Gostou dessa proposta, não foi?

Entrevistada: Gostei. É diferente. Aqui podemos fazer comida, aqui temos menos pessoas... ah, são pessoas com outras condições...

Entrevistadora: É outra privacidade?

Entrevistada: É!

Entrevistadora: Acha que a integração nesta medida contribui para a sua reintegração na sociedade?

Entrevistada: Claro que sim! Claro que sim... Apesar de saber que um dia mais tarde, tenho de sair desta casa... é sempre bom, do que estar num acolhimento com 200 e tal pessoas lá dentro. Pancadaria, roubos... whatever...

Entrevistadora: Foi uma experiência má, essa...?

Entrevistada: Não... ao princípio sim, mas para o fim já...

Entrevistadora: Era o que havia, não era?

Entrevistada: Sim, era o que havia... melhor do que viver na rua... viver na rua é que não! E depois não é isso, é que eu sou uma mulher, não sou um homem... Um homem ainda viver na rua, agora uma mulher... complicado... muito complicado.

Entrevistadora: Para vir para aqui tinha de ter um trabalho?

Entrevistada: Não... quer dizer, elas sempre me disseram “se não tiveres trabalho, ou se tiveres a fazer um curso, dás os 20% da ajuda, caso não tenhas é os 20% daquilo que depois terás, que é o rendimento mínimo. Por exemplo, eu tive e a fazer um curso na (instituição P), durante 6 meses no contrato de trabalho onde não foi teóricas, foi só práticas e pronto, aí eu já ajudava de maneira diferente. Agora, como acabou, estou à espera de outro para o 12º ano. Só pago aquilo que posso... que é os 20% daquilo que eu ganho.

Entrevistadora: Quer dizer que agora está sem contrato de trabalho? Está sem trabalho?

Entrevistada: Sim, agora estou à espera... quer dizer, de trabalho... há muito tempo que não trabalho. Eu tive 11 anos, que foi o meu último trabalho, 11 anos nas limpezas. Eu já não conseguia... eu nessa altura já não conseguia arranjar... um contrato de trabalho que me dê garantias...

Entrevistadora: São contratos precários... Para si, quais são as vantagens aqui desta medida que são os Apartamentos Partilhados?

Entrevistada: Então, as vantagens é que temos mais liberdade, temos mais autonomia, temos mais responsabilidade e isso é bom para nós. Nós pensamos um bocado nisso...

Entrevistadora: E o apoio das técnicas?

Entrevistada: É igual... É apoio.

Entrevistadora: É bom?

Entrevistada: É bom. De vez em quando, vem cá fazer-nos uma visita, não é?

Entrevistadora: Tem de ser... E desvantagens?

Entrevistada: Desvantagens? Ah, isso há sempre... desvantagens. A grande desvantagem é não ser a nossa casa, não é?

Entrevistadora: É a principal, não é?...

Entrevistada: Muito caras... Eu já com os meus filhos, era uma cave sem janelas, já pagava 480€.. isto foi há 6 anos, 7, 8...

Entrevistadora: É muito complicado...

Entrevistada: Complicado...

Entrevistadora: Na sua opinião, quais são os aspetos a melhorar?

Entrevistada: Dar mais tempo às pessoas. Porque não é em 12 meses que uma pessoa dá a volta à vida. Não é... Eu sou... pronto, é assim... Se eu arranjasse emprego, se eu tivesse um emprego e soubesse que conseguiria, mas estou farta de mandar currículos e ir a entrevistas, com a minha idade, esquece. Ah... não sei, eu acho que deviam dar mais tempo às pessoas... uma pessoa vai andar sempre assim, vai andar sempre assim... sai daqui vai par ali, sai daqui, vai para ali... até vir a reforma. E mesmo assim, quando vir a reforma, não é com a reforma que vou pagar um quarto.

Entrevistadora: Muito menos uma casa, não é?

Entrevistada: Um quarto já me chegava. Para aquilo que eu estou habituada... Um quarto já me orientava bem.

Entrevistadora: Pronto..

Entrevistada: É tudo?

Entrevistadora: Sim, isto serve para eu perceber como se sentem as pessoas que habitam nestes Apartamentos. Qual é a importância para quem aqui vive?

Entrevistada: Sinto-me bem aqui, mas é pouco tempo. E a pessoa ao fim de um ano, já está a pensar para onde é que vai. E pensa “o que vai ser da minha vida?”, “para onde e que me vão mandar?” e...

Entrevistadora: Quando é que entrou aqui no Apartamento?

Entrevistada: Já não me lembro... Eu acho que o Estado podia ajudar muito mais em casas e... não sei. Por uns pagam os outros. Há uns que fazem porcaria, e depois pagam os outros. Mas devia haver uma maneira de ajudar diferente, para aquelas pessoas que querem. Que estão com vontade de querer alguma coisa... já estão com uma certa idade, que não arranjam emprego... está a perceber? Eu ainda tenho 10 anos para a reforma.

Entrevistadora: Falta uma resposta permanente

Entrevistada: Principalmente, para pessoas com uma certa idade que já não conseguem arranjar emprego, e que estão naquela fase, que há muitas, e que eu estou a fazer a minha parte... sempre fiz a minha parte, sempre fiz cursos e formações, já fiz o 9º ano que foram 18 meses, passei, já fiz mais 1 ou 2 e agora inscrevi-me no 12º ano e depois? Acaba-se o 12º e eu vou fazer o quê? O 12º ano são 18 meses e depois não há mais nada. Quer dizer posso me candidatar à licenciatura, que agora já dão no IEFP.

Entrevistadora: Ai é?

Entrevistada: Já há licenciatura no IEFP.... É muito duro, minha filha. Faz-te à vida. Com garra, é o que digo aos meus filhos.

Entrevistadora: Os seus filhos estão bem?

Entrevistada: Estão! Graças a Deus estão. A M fez o 12º e o M também fez, acabou agora o 1º ano de...

Entrevistadora: Universidade?

Entrevistada: Não... Não foram. Não... houve confusão porque eles também estão em Centro de Acolhimento e sabes como é que é, mete SS e depois... a pagarem aquilo... mas depois ela esta a fazer um curso pela SS, de Personal Trainer (...) e ele tirou Recursos humanos mas depois fez entretenimento onde estagiou num lar. (...)

Entrevistadora: Ok... esta é uma medida muito boa...

Entrevistadora: É muito boa, mas é pouco tempo. Acho que devia haver um prazo, por exemplo, um toxicodependente está a ser ajudado há 5 anos, mas continua a consumir, falha o projeto e o projeto dele. Não vai às consultas, não quer... mas continua a ser ajudado... porquê? Para não estar na rua... que é para quando os turistas vierem cá, não verem tanta miséria na rua. Então e aqueles que fizeram e que estão nisto? Eu conheço outras pessoas que recaíram, recaíram por causa das condições que lhe davam... quando uma pessoa estava a fazer tudo por tudo para deixar a porcaria da droga... é aí que eu acho que, eles tiram da rua por causa do aspeto e depois esquecem-se

daqueles que podem ter uma recaída e estão a ser mal aconselhados e mal ajudados, mal orientados. Eu tive que sair de um curso, eu tive que ir pedir uma baixa à médica porque fui maltratada no IIEFP, por uma coordenadora

Entrevistadora: Por causa da sua condição?

Entrevistada: Não. Não sei porquê... eu já conhecia a mediadora, e já tinha sido minha formadora e ela realmente sempre foi um bocado estranha. Mas pronto, é a maneira de ser dela. E eu, realmente fiz um erro, uma coisa que não devia ter feito, mas foi 1 erro, por amor de deus, não era preciso fazer aquela palhaçada naquela sala à frente de toda a gente, em que as lágrimas que corriam pelos olhos que a minha vontade era dizer, “mas você pensa que está a falar com quem? Eu tenho idade para ser sua mãe pa”, eu estava mesmo a pensar em agarrar-me ao curso, mas depois acabei por desistir, pois, porque eram umas atrás das outras (...) ainda por cima, cabeleireiro, que eram só mulheres. Não... agora estou à espera de outro. Apoio e intervenção ao domiciliário.

Entrevistadora: Vai correr bem, vai ver! Agora, ainda faço mais uma questão, nestes 8 anos esteve sempre na rua?

Entrevistada: Não, estive na (instituição K) 6 anos.

Entrevistadora: Quanto tempo esteve mesmo na rua?

Entrevistada: Olha, eu conheci um rapaz assim que entrei na (instituição K), consumia muito e eu tive uma recaída com ele

Entrevistadora: Então também teve dependência também?

Entrevistada: Sim, sim. E, depois tive 2 anos com ele na rua. A viver numa barraca, num barracão pronto. Pusemos lá tudo o que conseguimos, depois cansei-me das loucuras dele e voltei para a (instituição K) e depois uma altura em que ele andou atrás de mim e depois fui outra vez para ao pé dele, depois fui embora outra vez e dessa vez foi de vez. E então tive esses dois anos e depois tive 2 dias, ali no Martim Moniz. À noite, sozinha. Eu não dormia, estava sempre acordada. Na segunda noite já sabia para onde ir. Isso eles são muito rápidos, arranjam logo...

Entrevistadora: Mas há tanta gente na rua na mesma...

Entrevistada: Porque querem... Porque não querem ter regras, é diferente. Na (instituição K), se você for para lá com cheiro a álcool, você não entra. Já, assim, sem álcool é a confusão que é... 200 e tal pessoas... aquilo é enorme. Aquilo era uma fábrica, ali no beato.

Entrevistadora: Obrigada!

Entrevistada: Força nisso.

Transcrição Entrevista nº2 (U2)

Género: Masculino

Idade: 64 anos

Data de realização: 10/08/2023

Entrevistadora: Vamos começar...! Fale-me um bocadinho sobre si... a sua idade.

Entrevistado: 64

Entrevistadora: Estado Civil...

Entrevistado: Divorciado recentemente de uma brasileira. Eu digo logo tudo...

Entrevistadora: Nacionalidade...

Entrevistado: Portuguesa

Entrevistadora: Naturalidade? É daqui de Lisboa?

Entrevistado: Não! Eu sou de Moçambique. Sou africano, mas tenho passaporte português.

Entrevistadora: Qual é a sua fonte de rendimento?

Entrevistado: Pensão de Invalidez, que não é quase nada. É uma miséria... cento e oitenta euro, para aí. E eu tenho 75% de invalidez... Tenho, o que se chama, um aneurisma. Que é daquelas coisas que... se der para o torto, também não dura muito tempo. 1 minuto e acabou.

Entrevistadora: A sua escolaridade?

Entrevistado: Eu tenho o 12º ano, tive 2 anos de universidade, mas não acabei nada, portanto tenho o 12º.

Entrevistadora: Começou a tirar a licenciatura em quê?

Entrevistado: Em Economia

Entrevistadora: Não terminou por que razão?

Entrevistado: Tive que fugir por razões políticas, em 74/75 teve a revolução e lá entrou o partido comunista, as garrilhas etc, e eu e o meu pai fugimos... e então, ficou tudo pendurado. Depois, conheci os retornados, começaram-me a chamar de retornado e eu fui-me embora. Fui para a Holanda. Casei lá, fiz 3 filhos, e hoje estou de volta.

Entrevistadora: Regressou a Portugal há quanto tempo?

Entrevistado: 11 anos, 12... Vim tomar conta do meu paizinho, que já faleceu... fez agora 5 anos.

Entrevistadora: Quanto tempo esteve em situação de sem-abrigo?

Entrevistado: 1, 2, 3, 4, 5 anos (contou as pulseiras que tinha no pulso direito). Só para explicar, eu vim para casa do meu irmão, a casa era do meu irmão. O meu pai tinha uma casa própria, eu quis que ele fosse para lá, mas, entretanto, o meu pai começou a piorar e já não conseguia sozinho fazer as coisas normais da vida, e eu como tinha uma posição estável, onde eu trabalhei 28 anos na Holanda, trabalhei na IKEA, portanto eu pensei: vou parar agora e vou tomar conta do meu pai. Foi isso que eu fiz. Parei agora, vim tomar conta do meu pai, e quando o meu pai faleceu, para surpresa de todos, o meu irmão pôs-me na rua. Quer dizer, ele trabalhou sempre, fez as escalas todas que tinha a fazer, quando queria ir ver o futebol ao Benfica, trocava e eu estava sempre pronto, porque era o meu pai, 14-16h horas com ele. Às vezes, noites. Mas tudo bem, fiz com todo o prazer. Mas, quando ele se livrou daquele peso, pôs-me no olho da rua, e eu fui. De bom agrado, “pessoas assim como tu, não quero...”

Entrevistadora: Foi para a rua?

Entrevistado: Sim, fui para a rua. Tive uma semana na rua, a dormir... isto em Paço de Arcos que era onde morávamos. Como eu sou uma pessoa muito social, conheço quase toda a gente, as pessoas começaram a estranhar porque viam-me de saco às costas e a beber um café de vez em quando, até que a informação começou a rodar, que eu já não tinha casa. E, houve uma amiga minha, ela e o marido, chegaram lá um dia, viram-me no meio da rua, para aí às 5 da manhã, numa estação do autocarro, e pararam e só me disseram “tu vais para este carro já” e eu “epa, não é preciso, está tudo bem” e eles “não, vais já!”. No outro dia, estavam comigo na segurança social de Paço de Arcos e, deram-me entrada, explicaram a minha situação toda.... A Dra. “M” que felizmente, gostou muito de mim, disse “nós vamos ajudá-lo”, mandou-me para uma pensão no Estoril, estive lá 1 mês e meio. Uma pensão que eu abria a porta e tinha a praia do Estoril à minha frente. Um luxo. Aquilo era demais... Não tinha nada para fazer, ia para a praia, entendia o meu... estava ali a apanhar banhos de sol, à hora do almoço ia almoçar a Paço de Arcos, até que cheguei ao fim do mês e meio e ela disse-me “epa, já não consigo aguentar-te mais tempo aí. Então há aí uma organização que é (instituição N) ...” e eu “ui, (instituição N) não...”, pensei tropa e mais não sei o quê. Mas não, foi a maior surpresa da minha vida. Eu disse “olha que remédio, é melhor que estar na rua” e lá foi eu para (instituição N) . Tive lá 1 ano e meio. Ano e meio e a minha Assistente Social, nessa altura, aqui de Lisboa, essa tal de “M” aguentou-me todo o tempo lá, até que chegou uma altura em que a supervisora, caiu-lhe em cima. Eu nessa altura, já conhecia o Jorge que é um moço forte que vem aí daqui a bocado... o “J” já cá estava, e ele diz-me assim “Ah, mas há aqui um lugar na instituição, já disse às Assistentes todas que havia um moço para vir...”, o meu chefe de lá deu-me um papel de inscrição para esta instituição, e então essa mesma “M” fez um pedido para ir para a instituição e eu fui. Tive lá mês, mês e meio. Até que me disseram: “você vai para um apartamento”, estou há quase 2 anos. Foi, como se costuma dizer, uma transição muito rápida, de um lado para o outro, etc etc. Com bons momentos, nomeadamente instalações, mas com muitas desilusões também, sou sincero. Isto aqui não é o que parece. E só quem está cá, quem passou por muita coisa nestes anos todos, entrou muita gente, drogados, alcoólicos... entram, saem, fazem porcaria, há pessoas que não... a técnica que estive antes desta moça, teve muitos problemas com pessoas... aqui é proibido fumar, e eles estavam ali à janela a fumar... coisas do género.

Entrevistadora: Não respeitavam...

Entrevistado: Não respeitavam as regras.... Houve muita coisa. Na alimentação, a instituição falhou muito aqui. Digo, descaradamente. Digo, já lhes disse. Já escrevi nos relatórios. Falharam.

Eles têm acordos, pelo menos comigo, com direito à alimentação. Eu sou diabético, sou uma pessoa que não pode comer tudo. Eu tenho 170€, na altura eram 156, e eu tinha de comprar comida, porque não posso comer tudo.... Então esta foi a solução. Eu vim para aqui.

Entrevistadora: Com o seu colega daqui?

Entrevistado: Sim. Já houve muitos problemas aqui. Muitas situações... houve muitas...

Entrevistadora: Estar aqui no Apartamento, trouxe benefícios para si?

Entrevistado: Ah, sim claro! É melhor do que estar lá na (...). Aquilo era... 4 ou 5 pessoas... Claro que não pode ser perfeito. É diferente. Quando se vive lá, como eu vivi na instituição, era mais... roubaram-me tanta coisa lá. As instalações são do pior que há. Eu vivi... prometeram-me um quarto só para mim. Vamos ver, eu vim como monitor. Eu cresci dentro (instituição N), e cheguei a monitor e então, eu tinha a minha função lá. Então eu recebia, tirei uma formação, fiz um curso de cozinheiro e como eu tenho esta deficiência, ele deu-me um emprego na copa. Ganhava o meu ordenadinho, mais o RSI, chegava a 500 euros. Nada mau... Só que entretanto, eu vim para a (...), continuei a trabalhar e apareceu o COVID. Apanhei COVID e tive 10 dias no hospital e sai de lá completamente... eu ainda hoje sinto. Eu disse ao Dr. “aquilo que eu fazia, hoje não aguento fazer, porque isto apanhou-me mesmo a sério”

Entrevistadora: Ficou com sequelas...

Entrevistado: Muitas... Eu tinha aqueles puffs de asma, tinha 3 ou 4, cada um da sua cor, tinha de andar a fazer 1 e depois outro, mas consegui eliminar... Mas nessa altura, eu disse... eu no (instituição N), aprendi como é importante trabalhar numa boa organização. Você pode ser a melhor AS, mas se for para o meio de gatos pingados que não percebem nada daquilo. Ali as coisas trabalhavam, havia leis, havia um regulamento que ocupava uma parede inteira. E nós tínhamos que o ler. Estava muito bem definido. Depois disso, apanhei o COVID, fui para a (...) e aí, eu conheci o outro lado. Desorganização total, pessoas que não percebem nada daquilo. E eu não preciso ter tirado um curso para perceber que falta a algumas pessoas, aquela coisa para tratar dos assuntos com as pessoas. É tudo à bruta. Vai lá falar à bruta com um gajo que se droga, já sabe o que está à espera, não é? Tem retorno, na mesma moeda. Eu não gostei... eu não gostei. E, hoje em dia se me perguntarem, isto aqui tem ótimas instalações, a renda está paga pela CML. Outra coisa, nós sabemos disso tudo. Elas têm as condições ideais para fazer daqui uma coisa como deve ser.

Entrevistadora: Os aspetos a melhorar?

Entrevistado: Aqui?

Entrevistadora: Sim

Entrevistado: Apoio Psicológico.

Entrevistadora: É pouco?

Entrevistado: Muito pouco. A técnica que está agora, é novinha, eu não sei qual é o projeto dela, mas nós não temos apoio psicológico nenhum. Vamos lá ver, nós tínhamos ca um moço que era africano, era e é, de angola, tinha de fazer transfusões de sangue. Esse homem teve apoio.

Dedicaram-se a ele, porque ele precisava. Mas se for outra pessoa, com problemas alcoólicos, o único apoio que há é pô-lo na rua. A técnica vai à procura de um sítio para ele.

Entrevistadora: Para centros de desintoxicação...

Entrevistado: Sim, por exemplo. Mas muitas das vezes, já são lá conhecidos.... e não o querem. Nós sabemos de moço que agora está na rua, tinha esses problemas e veio de lá também. E agora ele, apanhou-se aqui, agora a liberdade é total. Bebidas alcoólicas não podem entrar, mas lá fora enchem-se. Chegam aqui, completamente embriagados. E depois...

Entrevistadora: É mau para a convivência em casa?

Entrevistado: Exatamente. Começam a reagir mal. E a seguir? O apoio a essa gente? Não há. Há um apoio, telefona-se à (instituição K), está aqui um alcoólico, chegam aqui no mesmo dia, pega na mala e baza. Não é assim...

Entrevistadora: Acha que falta apoio?

Entrevistado: A todos os níveis... Por exemplo, eu precisei pedir um apoio, porque realmente a minha pensão era muito baixinha, tive que ir à SS, e como eu tenho muitos problemas de orientação, carregar num botão, por um código eu não consigo. É um problema. A única coisa que tenho, é que realmente, sou um tagarela. Nessa altura a Dra, foi ter comigo lá. E ela foi comigo à entrada, foi comigo no elevador, falou com a técnica... Mas como é que nós vamos resolver este problema de uma pessoa embriagado? Falar com ele? Não dá. Ele aqui tem a liberdade toda para fazer o que quiser.

Entrevistadora: Tem a sua rotina...

Entrevistado: Bebe onde quer, lá fora. Eu posso dizer que havia um moço que aqui estava, deixava as garrafas da cerveja ali fora, 7 ou 6. Só que quando cá entrava, era logo para a cama. Outra coisa que eu não acho bem é estar cá uma pessoa que é do sexo feminino. E não, não concordo. Há homens que andam aí nus. Nós vivemos cá com uma senhora, temos de... Eu acho que nem é permitido. Eu acho que ela devia ter um wc só para ela. Mas, portanto, esse é um dos aspetos daquilo que conta. Eu sei que já houve reunião que perguntaram à instituição se era uma instituição com fins lucrativos ou de acompanhamento a pessoas com dificuldades e eles ficaram engasgados. Porque, recebem pelo quarto, trabalha? Tem um quarto. Não interessa quem entra.

Entrevistadora: Não há triagem?

Entrevistado: Não... (...) Há muita coisa aqui que não... Mas é assim pa, digamos que, em termos gerais se alguém me perguntar: você entre duas opções, entregaria isto a uma instituição privada ou entregaria isto a funcionário da CML, já qualificados... funcionário da segurança social, que tomassem conta disto. Eu diria que sim, órgãos públicos funcionariam melhor, porque da forma privada como está a ser aqui... Você já viu o que é viver de 160€ por mês? Eu não posso comer pão branco... Tenho de fazer legumes, grão,

feijão, misturo tudo... é o que eu como ao pequeno-almoço. Eu também gosto de uma torradinha, mas não bling bling, então não dá. Mas está no contrato que eles são obrigados a dar-me alimentação, nestes casos. Está no caderno de encargos deles. (...) Para alguém que não consiga pagar alguma coisa, medicamentos... aqui não, dá cá o €... não sabemos mais nada. (...) Nós não temos há muito tempo... nem pó para a máquina de lavar roupa, detergentes para lavar loiça. De vez quem quando há uma doação, de uma fábrica, e lá vem uns detergentes. A gente tem de comprar tudo. Comida, detergentes, sacos para o lixo... Não cumprem o caderno de encargos.

Transcrição Entrevista nº3 (U3)

Género: Masculino

Idade: 44 anos

Entrevistadora: Então, vamos começar! Fale-se um pouco sobre si... a sua idade...

Entrevistado: Então eu tenho 44, sou de 79.

Entrevistadora: O seu estado civil...

Entrevistado: Sou solteiro, sou solteiro...

Entrevistadora: Nacionalidade

Entrevistado: Guineense

Entrevistadora: Naturalidade

Entrevistado: Guiné também, Guiné-Bissau

Entrevistadora: A sua fonte de rendimento...

Entrevistado: Tenho um trabalho. É o ordenado.

Entrevistadora: Qual é a sua profissão?

Entrevistado: Eu trabalho na área de construção e restauro

Entrevistadora: A sua escolaridade? Estudou até que ano?

Entrevistado: 9º ano

Entrevistadora: Há quanto tempo se encontrava em situação de sem-abrigo?

Entrevistado: Há 1 ano.

Entrevistadora: Qual foi o motivo que o levou a ficar nessa situação?

Entrevistado: O motivo foi o seguinte, eu tinha uma casa que eu tinha alugado aqui em Martim Moniz, ali na Graça. Pronto, então como eu trabalho sempre fora, deixei alguns... pronto, pessoas que eu tinha lá em casa, a arrendar a casa com eles, para eles continuarem a pagar a casa, mas quer dizer, chegou uma altura em que eles recebiam o dinheiro e não pagaram. Pronto, então eu perdi a casa com aquela situação. Houve um dia que recebi um e-mail do senhor, a dizer “olha senhor “T”, a partir de hoje não o posso deixar mais continuar a viver naquela casa. Já lá vão uns três meses que eu não estou a receber a renda”. E eu fiquei naquela situação... vim de lá, para tentar resolver a situação, o problema, mas o senhor... bom, já tinha tomado a decisão. A casa é familiar, não sei se a casa é dos pais ou dos irmãos, mas dizem que já não vale a pena ter pessoas lá a arrendar. E pronto, eu fui expulso daquela forma e fiquei a procurar até encontrei esta Associação,

pronto... que me deram a mão. Eu tinha o meu trabalho, eu trabalhava, mas o problema é mesmo arrendar uma casa.

Entrevistadora: O problema era pagara uma casa?

Entrevistado: E encontrar! Para encontrar era um problema. E então, naquela situação, olha me deram esta...

Entrevistadora: Como conheceu a instituição?

Entrevistado: Conheci a (...) através de uma outra associação que se chama... eles davam comida... eu estava ali no Marquês de pombal... ali na rotunda, ao lado da o banco... como se diz?... Montepio, eu acho. Eu dormia lá ao lado, mas havia uma instituição que andava lá à noite, a dar comida, lençóis... foi através deles. Eu tenho aqui um cartão deles... Agora não sei o nome

Entrevistadora: Foi através de outra instituição...

Entrevistado: Sim foi através de outra que me encontraram lá à noite e que me deram... porque estava frio do... estava um frio.... e então eu encontrei a (...) através dessa instituição. Mas, me enviaram para um pavilhão para sem-abrigos, para evitar o frio. Então, dali, uma senhora viu a minha situação, e olha, me diz assim “Sr. T, vai ter que aguardar que eu vou telefonar para essa instituição que é a (...)” e apareceram lá duas senhoras que me levaram até à (...) que é em (...) e olha, fiquei lá 1 mês. Depois do mês, me disseram “nós temos uma casa. É uma casa, mas vais partilhar com os outros” e eu disse “olha, ainda bem. Eu quero é mesmo uma casa, ter o meu spacinho”.

Entrevistadora: Como reagiu a essa proposta de integrar a medida?

Entrevistado: Eu gostei. Foi bom. Encontrei aqui uma família que estava aqui, mas bom, ultrapassamos aquela situação. Foi muita confusão, mas depois eles resolveram. Pá, de lá para cá está tudo, tudo tranquilo aqui.

Entrevistadora: Há quanto tempo é que está aqui?

Entrevistado: Estou a fazer 5 meses. Para mim foi uma coisa boa, porque uma pessoa que estava na rua, numa situação daquelas... Pá, uma pessoa daquelas precisa pelo menos de um teto.

Entrevistadora: Acha que vir para aqui para o apartamento, contribuiu para voltar a ser reintegrado na sociedade?

Entrevistado: Bom, não sei. Aqui na instituição, deram-me a mão para poder ter um teto. E depois de ter um teto, eu tenho a minha vida. Uma coisa que eles me disseram “olha “T”, nós vamos te dar um contrato de 6 meses, para tu estares aqui. Vais juntando

dinheiro, e assim que juntares um dinheirinho, antes da data, podes conseguir juntar a tua vida.” É uma coisa que está no contrato. É nesse sentido que eu estou aqui. A levar a vida, a juntar um bocado de dinheiro, já tenho trabalho e as coisas estão a correr bem também...

Entrevistadora: Para si, quais são as principais vantagens de estar aqui?

Entrevistado: Para mim, ter um teto. É muito importante...

Entrevistadora: E, o que corre menos bem? As desvantagens...

Entrevistado: Para mim, desvantagens aqui não tenho. Por acaso aqui não tenho. Eu estou supertranquilo aqui.

Entrevistadora: E acha que há alguns aspetos a melhorar?

Entrevistado: Aqui em casa, não é?

Entrevistadora: Sim, sim...

Entrevistado: Não... Eu para mim, acho que está tudo bem. Não sei dos outros... Mas, eu para mim, está tudo bem... é só a noite que eu faço aqui. De dia estou no meu serviço.

Entrevistadora: Os aspetos a melhorar pode ser: o que corre aqui menos bem no apartamento; o apoio da (...)....

Entrevistado: Ah, sim, elas ajudam. Quando há alguma coisa, sempre ajudam. Eu ligo para eles e eles dizem se conseguem ajudar ou não. Se não, eles também te dizem logo e...

Entrevistadora: Encaminham...

Entrevistado: Encaminham, sim.

Entrevistadora: Acha que esta medida é uma mais-valia?

Entrevistado: Sim, completamente. Evidente. Uma pessoa precisa disso mesmo. Ter pessoas que são conhecedores, para em qualquer dificuldade eles são capazes de se orientar para a direção. Para a pessoa conseguir sair da situação que estamos a viver hoje.

Entrevistadora: Vai correr bem!

Entrevistado: Sim, eu acredito que vai correr bem. Acredito. Porque tenho trabalho, sou um técnico da minha área. Sou um profissional. Trabalho na minha área. Tenho esperança que isso um dia vai mudar. Porque eu tinha a minha casa. Eu tinha lá pessoas que viajavam na Guiné e chegavam ali e começavam ali do 0. Na minha casa. Mas lá está, hoje, partilhar uma casa com pessoas... deixei lá uma pessoa de confiança e, foi essa pessoa que me deixou nessa situação. E eu, todos os meses telefonava para ela. Eu trabalhava fora, trabalhava em Braga, então telefonava para ela “tá tudo bem “T”, tá tudo bem”. Mas por trás, o homem, o dono da casa, mandava mensagens a dizer que o € não tava na conta há

3 meses. Pedi à empresa para vir a Lisboa... tinha lá as minhas coisas e tinha de as tirar e dar a conhecidos. Foi mesmo duro, foi mesmo duro. Mas ouve, graças a deus, temos de ter fé, e lutar pela vida. E hoje em dia, já estou a caminhar. Está tudo a caminhar.

Entrevistadora: para si, o facto de partilhar casa com pessoas desconhecidas não é um problema?

Entrevistado: Por acaso, eu partilhei com alguns aqui, e aquilo era uma confusão. A (...) até conhece. Ao início eu não gostava e até disse que preferia voltar para a rua porque não dava mesmo. São pessoas violentas e é muita coisa. Entrava muita gente aqui. Mas depois a Associação meteu ordem e agora, eles que estão aqui são calminhos. Epa, são irmãos, são família. São calminhos. Super calma. Estou a gostar e vou continuar, porque são pessoas calmas. Quem sabe no futuro... mas são família.

Entrevistadora: Obrigada!

Entrevistado: Obrigada eu.

Transcrição Entrevista nº4 (U4)

Género: Masculino

Idade: 49 anos

Entrevistadora: Então, fale-me um pouco sobre si... a sua idade...

Entrevistado: 49

Entrevistadora: Estado Civil...

Entrevistado: Solteiro

Entrevistadora: Nacionalidade...

Entrevistado: Portuguesa

Entrevistadora: Naturalidade?

Entrevistado: Lisboa.

Entrevistadora: Qual é a sua fonte de rendimento?

Entrevistado: Trabalho por conta de outrem

Entrevistadora: a sua escolaridade?

Entrevistado: Licenciatura

Entrevistadora: Há quanto tempo se encontra em situação de sem-abrigo?

Entrevistado: Há cerca de 6 meses.

Entrevistadora: Qual foi o motivo que o levou a essa situação?

Entrevistado: Foram vários... Eu ao longo dos anos fui fiador de um crédito de habitação que entrou em incumprimento e depois, enquanto fiador tive de pagar. E então, penhoraram-me parte do ordenado. A coisa levou algum tempo e entretanto, vivi com uma pessoa, depois separei-me e tive de sair. Depois foi difícil com parte do ordenado penhorado, conseguir. Consegui aguentar-me algum tempo, pedi um empréstimo à empresa e a empresa facilitou, mas tenho de estar a pagar 200€ mais a penhora, fico com 400 líquidos, até novembro. Depois recupero esses 200 e já consigo melhorar um bocadinho... E, não tive mesmo hipótese e acabei por ir para a rua. Sempre trabalhei, sai da empresa por razões de reestruturação, mas acabei por voltar a integrar e agora estou efetivo. Mas pronto, conseguia fazer a higiene e isso tudo, mas não tinha um sítio para viver.

Entrevistadora: Como conheceu a instituição?

Entrevistado: Foi através de um senhor que trabalha num apoio em Campolide. O... esqueci-me do nome... (...). Ele é que me encontrou. Eu agora... Peço desculpa... Tanto que ele me ajudou e agora não me lembrava do nome. Foi ele que me encontrou e que me apresentou inicialmente, expliquei a situação e foi uma oportunidade de conseguir recuperar.

Entrevistadora: Foi assim que conheceu esta medida dos Apartamentos...

Entrevistado: Sim, sim...

Entrevistadora: Como reagiu à proposta de vir para os Apartamentos?

Entrevistado: Reagi bastante bem. Falei na altura com a Dra. (...), expliquei a situação e pronto, e concordei. Passados uns dias vim e, gostei bastante da ideia e estou cá.

Entrevistadora: Desde quando é que está aqui?

Entrevistado: Desde 11 de abril.

Entrevistadora: Ser usuário da medida traz benefícios para a reintegração na sociedade?

Entrevistado: Sim, sim. Traz no sentido em consigo com todo este problema do ordenado ainda não estar resolvido devido às greves judiciais, conseguir ter um teto. Com este problema não consegui, efetivamente, encontrar nada e realmente fiquei assim... Durante 1 semana consegui ficar em hostel ou pensões, com valores mais baratos, só que entre pagar contas, alimentação, não conseguia... então tinha de fazer contas. Então tinha de fazer contas. Fiquei 2/3 semanas na rua, ficava perto do trabalho e foi a mão do (...) que me ajudou. Nós já tínhamos falado antes, por alturas de novembro, mas eu nessa altura consegui durante um tempo, cerca de 3 meses, com um colega partilhar uma casa. Mas realmente, a partir de uma certa altura, não consegui mais. Ele voltou-me a encontrar no mesmo sítio, e expliquei-lhe a situação toda e apresentou-me...

Entrevistadora: Esta medida?

Entrevistado: Sim, sim... E foi uma bênção, para mim! Sinto-me muito feliz. E nós só percebemos quando estamos em situação de dificuldade, o quanto são importantes este tipo de associações e de apoio, simpatia, integração de respostas que eu desconhecia completamente.

Entrevistadora: Consegue dizer-me quais as vantagens aqui do Apartamentos?

Entrevistado: As vantagens são: primeiro, a localização, é perto do meio de transporte, metro ou autocarro. Eu trabalho em Sete Rios, em breve vamos passar para a zona do Marquês, mas tendo aqui o metro é sempre um transporte para qualquer lado. Depois, estamos perto... fazem aqui uma feira ao domingo, há mercados e equipamentos à volta

o que permite fazer algum... não estar sempre em casa; segundo, as condições: o facto de ter internet, a empresa emprestou-me um portátil e assim consigo desempenhar funções em teletrabalho, permite fazer uma poupança em alimentação e em transportes. Por exemplo, eu este mês não comprei o pass, são 40€... vou poucas vezes à empresa. Pedi autorização à Ana e também às outras pessoas para ficar em casa, estou no meu quarto e o objetivo é não incomodar. Sei que há um colega que trabalha de noite, evito vir para a sala, também já lhe disse a ele que se me ouvir falar alto no quarto, para bater à porta. Tenho por hábito falar um bocado alto às vezes. Até agora ainda não houve nada, também se houvesse alguma coisa, não o faria. A outra vantagem acaba por ser as pessoas também, nós damo-nos bem, vamos partilhando as despesas, um traz uma coisa, o outro traz outra. Vamos fazendo as escalas de limpeza.

Entrevistadora: E o apoio da instituição, corre bem?

Entrevistado: Sim, sim. Corre bem, bastante. Corre muito bem. Sempre que é necessária alguma coisa, nós contactamos, falamos, apoiamos, trocamos mensagens... vamos nos entreajudando, uns aos outros. Normalmente, quase todas as semanas trazem que às vezes se estraga... Já disse que não é preciso tanta coisa. Porque às vezes é muito. Nós aqui também temos e vamos conseguindo adquirir e pode haver outras pessoas que não conseguem, e às vezes acaba por se estragar a comida. Fazem esse apoio, ligam regularmente para saber como estão as coisas, se está tudo bem...

Entrevistadora: E as desvantagens?

Entrevistado: É assim, as desvantagens, temos de ser sinceros, isto é um bocadinho diferente do hábito. Por exemplo, temos de nos habituar a conviver com outras pessoas, partilhar um quarto, neste caso. Eu quando vim para cá, o primeiro mês estive sozinho, mas sabia que havia a probabilidade de vir alguém. Portanto, depois entrou este colega que é o Mussa, damo-nos bem, falamos... Ele é uma pessoa mais reservada... ainda ontem estivemos aqui a ver a bola, o Benfica, um bocadinho e portanto, falamos um bocadinho. Mas eu procuro o máximo de privacidade das pessoas, nós cada um tem as suas coisas, mas privacidade a cima de tudo. Também gosto de estar muitas vezes, e lá está, o objetivo é poupar um bocadinho para ao fim-de-semana sair um bocadinho...

Entrevistadora: Então acha que uma das desvantagens é o facto de não ter tanta privacidade?

Entrevistado: Hm... Não, não é isso... eu não posso dizer que seja algo de mau, porque não é mau no sentido de quando um colega está aqui, eu vou para ali, ou... não é isso...

não é isso que está... eu não tenho neste momento... eu não posso dizer que há uma... que há algo de negativo, ok? Obviamente as pessoas... Isto corre bem, nós falamos... não há nada. Mesmo aqui, o colega que partilha o quarto, que é o S, está a correr bem. Temos o nosso espaço, há respeito entre toda a gente, ninguém interfere na vida de ninguém e portanto, eu procuro respeitar ao máximo. Quando estou aqui, pergunto sempre se há problema, posso fazer barulho e então... então, na minha experiência, considero que não haja. Está a ser uma experiência muito boa, e não tenho nada a apontar.

Entrevistadora: E aspetos a melhorar aqui no apartamento?

Entrevistado: Aspetos a melhorar... a nível de acompanhamento não há nada a apontar. Sempre que é necessário, temos apoio... eu secalhar também não tenho essa necessidade, porque o tipo de trabalho é um bocadinho diferente. Tenho um trabalho de escritório, que muitas vezes é em teletrabalho e facilita... sempre tendo em conta aqui os colegas, para não perturbar.

Entrevistadora: Acha que o respeito é o elemento fundamental para que tudo corra bem aqui no Apartamentos?

Entrevistado: Sim, sim, claro! É algo muito importante. Tem sido essa a principal questão, não tem havido outro tipo de questões. Ainda que nós estejamos cá há pouco tempo. O facto de estar aqui há 15 dias a trabalhar, sinto necessidade de falar com outras pessoas e então às vezes sinto... não é solidão... mas sinto que é necessário falar... é importante... há essa... mas também acho que isso é algo meu, se for alguém mais introvertido, de facto a gente não se conhece, então... todos temos experiências diferentes, situações diferentes de vida. Há um colega que não fala português, fala um pouco de francês, eu também falo mas...

Entrevistadora: Há essa barreira linguística...

Entrevistado: Sim, isso mesmo. Mas ainda no outro dia ele fez um cuscus para todos, foi muito giro. Foi algo que nos permitiu conviver um bocadinho e falar um bocadinho também. Estava muito bom. Como são muçulmanos, há uma carrada de preceitos e isso tudo, e tivemos aqui todos muito bem. Tentamos nos integrar ao máximo... entre todos aqui, através do convívio. Qualquer coisa que seja necessária, procuramos nos entender.

Entrevistadora: Obrigada!

Entrevistado: Obrigado eu.

Transcrição Entrevista nº5 (U5)

Género: Masculino

Idade: 51 anos

Data de realização: 10/08/2023

Entrevistadora: Vamos lá... Fale-me um pouco sobre si... A sua idade...

Entrevistado: 51

Entrevistadora: Estado Civil...

Entrevistado: Solteiro

Entrevistadora: Nacionalidade...

Entrevistado: Portuguesa

Entrevistadora: Naturalidade?

Entrevistado: Lisboa.

Entrevistadora: Qual é a sua fonte de rendimento?

Entrevistado: Estou a trabalhar, no Centro Comercial (...)

Entrevistadora: A sua escolaridade?

Entrevistado: Ah... escolaridade... eu fiz o curso de artes gráficas. Portanto, sou oficial de artes gráficas. Há uns que dizem que é o 9º, há uns que é 12º...

Entrevistadora: Foi um curso profissional?

Entrevistado: Isto é assim, a “C.P” tem vários colégios e cada colégio tem coisas comuns como mecânica, carpintaria, todos eles têm. Depois tem cursos específicos, por exemplo, em (...) tem relojoaria, é o único em Portugal a ter, são 4 anos, o melhor aluno vai para a Suíça com lugar garantido, se quiser ir. Outra tem Artes Gráficas e Calceteiro, também não existe mais ninguém a aprender calceteiro sem ser aquela escolas. Pronto, eu fui... eu estudava em (...) e tive de ir para Maria Pia, que é ali no Poço do Bispo, fazer porque era o curso que eu queria. Tinha aulas de manhã e oficina à tarde. Eramos os únicos que tínhamos autorização para sair.

Entrevistadora: Há quanto tempo se encontra em situação de sem-abrigo?

Entrevistado: Não me faça essa pergunta porque eu não faço a menor ideia, mas... eu perdi muita noção do tempo... no mínimo uns 8 anos.

Entrevistadora: Qual foi o motivo que o levou a essa situação?

Entrevistado: Uma relação malsucedida.... Basicamente, acabou o dinheiro, acabou o amor. Foi assim.... foi uma relação que eu tinha e que depois na altura, acabei por ficar desempregado, foi acabando o dinheiro e fiquei muito desamparado. Pronto, nunca me tinha acontecido tal situação, depois foi muito complicado sair... isto é assim, as pessoas com quem eu lido, nem nunca imaginaram que alguma vez eu estivesse a morar na rua. Nunca foi pessoa de... eu tenho aquela coisa de... não vale a pena estar a... epa, às vezes vale, mas... na minha ideia, acho que não vale a pena estar a contar a minha história ou a dizer que a situação em que estou se eu sei que essa pessoa não me vai ajudar. Vai ficar a saber, se calhar no dia a seguir já sabe outra pessoa e... é por essa cadeia de coisas. Eu não vou estar a pedir... por exemplo, eu tenho uma pessoa, que atualmente é a pessoa com quem eu mais lido, com quem eu estou mais coiso que é a minha comadre... que eu sou padrinho da filha dela... ela nunca desconfiou, nem nunca soube. Eu não sei... provavelmente ela até me abria a porta e me ajudava, mas a gente sabe que é uma coisa provisória, epa tás aqui um mês, dois meses... não vou estar ali infinitamente... ali em casa. Até que, onde eu estava, que era ali ao pé do C.C, comei a frequentar o (...) a falar com as pessoas, não sei quê não sei que mais... e pronto... já estou quase há 6 anos lá, a trabalhar. Depois veio o COVID, depois veio a crise imobiliária, tinha dinheiro... tudo bem que no início não tinha o full time como tenho agora, trabalhava só 3h e meia, ganhava 220 ou 230€, não ia fazer grande coisa com isso. No fim do mês pagava uma coisa ou pagava outra ou depois não comia... fui-me aguentando, passados uns meses, gostavam do que eu fazia, passaram-me para 5 horas já dava 400 e tal, deixa ver se eles daqui a uns meses que passam para full-time e eu consigo fazer-me à vida. Veio o COVID, foram 2 anos ali para atrás para a frente, para trás para a frente. Só depois do COVID, a partir de 2022 é que me deram full-time, mas uma pessoa não consegue arranjar nada... nem um quarto. Nada. Nada. E ao preços que se praticam, uma pessoa paga o aluguer, mas depois não come, não vive. Fui me aguentando, aguentando, fui falando com as pessoas, com a porteira do prédio, “ah a gente vai ver”, as pessoas foram... eu fui sempre muito discreto.

Entrevistadora: Como é que conheceu a instituição?

Entrevistado: Foi por contacto, por terem passado por ali onde eu estava e terem me visto ali. Só que era um sítio tão escondido que quase ninguém passa. Passam na rua milhares de pessoas na rua, que fica ao pé do Estádio da Luz e eu estou ali no canto e ninguém me vê.

Entrevistadora: Foi sinalizado por alguém...

Entrevistado: Sim, por um senhor... só vendo ali... ele chama-se... já não faço ideia. Deu-me um cartão e disse-me que ia ver o que conseguia. É claro que eu meti algumas... independentemente de estar a morar na rua, meti logo algumas coisas que eu não queria... por exemplo, albergues não pode ser, não pode ser porque eu de vez em quando trabalho até à 00h e eu não posso estar à espera... não posso dizer que não posso trabalhar porque tenho de ir para o albergue, porque até às dez da noite, tenho de lá estar. E então, eu disse logo se era para esse tipo de coisas, deixem-me estar sossegado aqui no meu cantinho, que eu mais cedo ou mais tarde hei de conseguir.

Entrevistadora: Como é que lhe foi apresentada esta medida dos Apartamentos Partilhados?

Entrevistado: Foi através desse senhor. Eu quando vim aqui o primeiro dia, ele estava aí, portanto terá que pertencer à instituição ou pertencer a alguém daqui que tenha alguma coisa com isto. Depois ele perguntou-me se eu podia ir a uma entrevista lá à sede, falar com a Dra e, foi assim.. fui lá.

Entrevistadora: Como é que reagiu à proposta de integrar aqui o Apartamento?

Entrevistado: Eu não... nem reagi... achei a proposta boa. Aquela coisa dos 6 meses é que fiquei assim... bem, seis meses... eu não consigo... isso é que me faz muita confusão. Fiquei assim: “Bom...” é que estar a ir para a frente e depois estar a ir para trás outra vez... Não me está a cheirar bem, mas enfim, vamos lá arriscar... pronto... E depois falei... Também já tinha falado que não queria ir para um sítio que tenha 800 pessoas. Tanto é que, ao ter vindo para aqui, consegui-me aperceber que o tempo que ele falou até ter a entrevista, foram uns meses largos, não foi logo de um mês para o outro. Eu cheguei a... em relação a este apartamento, eu percebi que estavam aqui pessoas que não deviam de estar... metiam aqui toda a gente. O T, acho que... já me contou que telefonava à Dra todos os dias para lhe arranjar outro sítio para se ir embora porque... eu tinha-me ido embora logo no dia a seguir... Eu não ficava aqui, de certeza absoluta... Ou me estavam a ajudar para seguir em frente, seja qual for o problema que a pessoa tiver, ou então... eu disse ao... se fosse eu, que no dia a seguir tivesse aqui a marralhada toda a dormir aqui no chão, pessoas que não tinham nada a ver com o apartamento... eu no dia a seguir tinha pegado nas minhas coisas e tinha me ido embora outra vez.

Entrevistadora: Há quanto tempo é que está no Apartamento?

Entrevistado: Desde maio, desde 22 ou 23 de maio.

Entrevistadora: Estar aqui no Apartamento, traz benefícios para a sua reintegração na sociedade? De que forma?

Entrevistado: É ter um teto! Não há como... Quando eu vim para aqui, a (técnica) também me deu um inquérito para a SS, que foi basicamente o que eu disse “quem vier para aqui, é porque precisa de um teto”. É o básico.

Entrevistadora: As principais vantagens aqui da medida?

Entrevistado: Ter um teto, ter mais conforto.... Acabei por ter sorte por ter um quarto individual... ou não... se fosse compartilhado, lá teria que ser... não era por aí que o gato vais às filhoses. De resto, é o conforto. É o poder lavar a roupa, mesmo que eu tenha tido sempre esse cuidado, porque ali em Benfica havia várias lavandarias e acabava sempre por... toda a gente me dizia que por mais que estivesse ali a dormir, eu só dormia, não fazia ali mais nada. Só dormia, não sujava... É assim, não tenho razões de queixa acerca da instituição. Quer dizer, a Dra. vem esporadicamente... de vez em quando aparece e tal... A parte que eu não gosto é quando ela vem para pedir dinheiro, mas pronto... princípio do mês vem, faz parte.

Entrevistadora: E as desvantagens?

Entrevistado: Desvantagens? Até agora, não tenho razões de queixa. Nem das pessoas, nem... tirando serem do Benfica... bem isso é outra conversa...

Entrevistadora: O que acha que pode melhorar aqui no Apartamento?

Entrevistado: Eu acho que eles ajudam o máximo que conseguem naquilo que se quer. Não estão... não vamos estar à espera que uma instituição mova mundos e fundos... que a gente queira uma vida de rico ou de luxo, mas dentro... ainda há dias meterem aqui um coiso novo... um extintor. Vieram ver... tentar ver o que falta. Assim quando se aproxima o fim do mês trazem comida e sopa... Por acaso nisso... tá tudo. Agora, se for realmente só os 6 meses... deixe-me lá chegar aos 6 meses e depois logo lhe digo qualquer coisa. Isso foi logo das primeiras coisas...

Entrevistadora: Acha que esse é um dos principais aspetos a melhorar?

Entrevistado: Hmm... pelos zums zums que já ouvi... a responsável acima da Dra está de bebé, e agora veio outra. Pela reunião que tivemos aqui na segunda, acho que não é só 6 meses... pelo aspeto da conversa, porque eles estão muito satisfeitos connosco. Somos pessoas que não damos problemas nenhuns, pagamos a tempo e horas, sem qualquer tipo de stress. Se elas não quiserem cá vir, podem não vir, não há nada destruído. A única reclamação que fizemos, não foi reclamação, é a tv que não há... aquela não funciona.

Mas pronto. Por mim, está ótimo, como estou cá há pouco tempo, não há grandes coisas a melhorar, talvez daqui a 1 mês, posso ter alguma coisa que não corra tão bem. Também foi o que eu disse logo, eu não preciso de ir para um sítio sem pagar, eu trabalho... Não preciso de borla. Se me arranjam um quarto ou uma casa, eu vou. Eu pago a renda, pago a água, pago o gás. Eu tenho possibilidade, com o trabalho de fazer horas etc. O que não falta é trabalho no Colombo, ainda por cima na limpeza.

Entrevistadora: Obrigada, penso que já tenha tudo.

Entrevistado: Já está? Boa. Obrigado.

Transcrição Entrevista nº6 (U6)

Género: Masculino

Idade: 55 anos

Data de realização: 01/09/2023

Entrevistadora: Então, vamos começar aqui por falar um bocadinho sobre si... a sua idade...

Entrevistado: 55

Entrevistadora: Estado Civil

Entrevistado: Divorciado... Não, estou a brincar. Solteiro... solteiro, viúvo. Eu não era casado, mas a minha esposa faleceu.

Entrevistadora: Nacionalidade?

Entrevistado: Portuguesa

Entrevistadora: É natural de onde?

Entrevistado: Lisboa

Entrevistadora: Qual a sua fonte de rendimento?

Entrevistado: Trabalho na (...).

Entrevistadora: Escolaridade?

Entrevistado: 12º ano

Entrevistadora: Há tempo é que se encontrava em situação de sem-abrigo?

Entrevistado: Ah... 6 anos. Foi quando o meu irmão faleceu.

Entrevistadora: Foi esse o motivo que o levou a essa situação?

Entrevistado: Sim, foi um deles... foram vários. Infelizmente.

Entrevistadora: O que o mais prevaleceu foi a perda familiar?

Entrevistado: Foi, foi perda familiar. Foi meu filho e a minha esposa, depois perdi o meu pai, a minha mãe e o meu irmão. Em 6 anos, perdi toda a gente...

Entrevistadora: Então e conte-me lá, como é que conheceu aqui a instituição?

Entrevistado: Então, estava (instituição N) e tentei-me suicidar. Tentei-me suicidar, entrei no Hospital Júlio de Matos e falaram com uma Assistente Social, e ela arranjou-me vaga para (instituição N) . Foi então que depois, estava lá um monitor que era o Dr. André que está neste momento na SCML, nos miúdos, e ele conhecia a (...) e disse-me “olha, é um quarto para ti...” epa, é um sítio alto, mas com a minha dificuldade, prefiro estar ali e

vim-me embora. Foi quando vim para a instituição, tive lá uns tempos, entretanto o António foi para lá também...

Entrevistadora: Para a sede?

Entrevistado: Sim, foi ele, foi o “J”... várias pessoas. Nuns tempos que eu até os ajudava. Quando não tinham monitores, era eu quem fazia de monitor.... Estava já na (...) a trabalhar, entretanto recuperei o meu trabalho, porque eu na altura tinha um processo disciplinar, como faltei ao trabalho aqueles anos todos. Epa, a cabeça... esvaziou né? Mas como era um excelente funcionário, recuperei o meu trabalho. Não fui para o mesmo lado, mas fui para a (...). E, entretanto, elas disseram-me “Olha, J, nós vamos abrir os apartamentos...” e eu disse “epa, vocês tenham em atenção que o meu modo de locomoção é táxi. Uma coisa é de (...) para a Praça de Espanha outra coisa é dos (...) para a Praça de Espanha...” Eu não consigo andar... demoro mesmo muito tempo a deslocar-me. E elas disseram “Ah, não tenhas problemas... tu lá só dás 20% do teu rendimento, o resto nós damos... é a comida, é detergentes...” e eu, pronto, “é 20%... faço um sacrifíciozinho..”, o problema foi depois. Passado um curto espaço de tempo, deixou de haver comida, deixou de haver papel higiénico, detergentes... tudo o que era, deixou. Então tivemos de começar a comprar. O “A” é uma das pessoas que me ajuda, pronto, ajudamo-nos um ao outro, mas ele ajuda-me mais do que eu propriamente. É que eu, só de táxi tenho uma despesa de 400€ por mês. E elas queriam... “ah tás aqui há muito tempo, tens de ir para um... arranjar um quarto” e eu disse “eu não tenho dinheiro para pagar uma entrada.. uma caução... não tenho... porque o dinheiro que eu recebo é para as despesas que tenho... para os meus medicamentos” e além disso, tenho uma doença de apeneia grave, tenho de dormir todos os dias com o aparelho. Mesmo assim, com o aparelho, tenho surtos muito graves.

Entrevistadora: Há quanto tempo é que está no Apartamento?

Entrevistado: Há 1 ano e meio...

Entrevistadora: Como é que reagiu à proposta de integrar a medida?

Entrevistado: Reagi bem com as condições que eles me apresentaram primeiro. Depois claro que não... As minhas despesas aumentaram muito. Se elas conseguem viver com 100... com o que me sobra do ordenado que são 100 ou 120€... épa claro que tive muito tempo sem pagar os 20% e dava o que podia. E continuo a dar o que posso, eu digo-lhes, sinceramente... então depois a pressão é enorme para sair. Porque apesar de a Camara e a SS pagarem tudo, elas... eu sei como é que se processa... eu tenho tudo, tenho tudo. E a

conversa que têm de que não têm donativos, então não pode haver comida, minha querida, eu sei... eu tenho tudo preparadinho... Eu falei com os meus chefes, elas estão a pressionar para eu ir para a rua... elas também foram falar com os meu chefes... e eu disse o que se estava a passar e que era para ir para a rua, e eles disseram “ah, mas não é para a rua, é para uma Associação” e eu disse “não, eu não vou para (...), nem nada dessas coisas... eu trabalho, sou uma pessoa séria e não me vou meter ao pé de bêbados, porque foi um bêbedo que matou o meu filho e a minha esposa... não posso estar ao pé de bêbados, não posso estar. Eu disse “não vou, não vou para (...), não vou para lado nenhum. No máximo vou para o (instituição N) mas mesmo assim, elas disseram que eles não me aceitavam. Por portas e travessas eu sei que é mentira, nem contactaram o (instituição N). Eu disse “chefe, olhe, visto que tenho de me ir embora, vou deixar de trabalhar. Ao ir para a rua, não tenho condições para vir trabalhar, nem morais nem psicológicas, não tenho” e ele disse “Deixa estar que a gente internamente, vai tratar da situação”. Foi quando eles começaram a tratar da casa para mim e para o (...). Já assinei os papéis. Entretanto, andam a dizer que eu não tenho nada tratado com o “A”, e... não vale a pena, porque com pessoas que... Para elas é mentira. Porque é assim, eu a nível de finanças, não me posso meter em nada porque tenho muitas dívidas, por causa de uma relação que eu tive e ela apanhou-me a declaração, e então está tudo em tribunal. Paguei agora uma multa de 3 mil euros, agora caiu uma de 6 mil e já tenho outra de 32 mil, por ter sido fiador da casa dela. E ela apanhou-me naquela fase que eu perdi toda a gente, e apaixonei-me... ela tinha uma menina, adoro a filha dela. E, vim para a rua, foi quando tentei voltar a matar-me. Tentei matar-me 3 vezes. E estou aqui, a virar a minha vida. E as pessoas em vez de serem mais carinhosas, de serem... é a pressão para eu sair, para entrar outro.

Entrevistadora: Acha que ao estar no Apartamento, traz benefícios para a reintegração na sociedade?

Entrevistado: Eu estou completamente reintegrado na sociedade.

Entrevistadora: E acha que o facto de ter ido para lá, ajudou?

Entrevistado: Não... eu já era. Na altura estava mal da cabeça, mas eu sempre vivi sozinho... Eu faço tudo... Elas a mim, não me ensinam nada.

Entrevistadora: Ajudou-o no facto de ter um teto...

Entrevistado: Sim, só isso. Mais nada.

Entrevistadora: O facto de estar em situação de sem-abrigo não fez com que perdesse as relações interpessoais?

Entrevistado: Não... nunca. E tive metido no álcool e na droga. Nunca perdi. Sempre fui uma pessoa útil. Até demais, para alguns dos meus amigos. Ajudo toda a gente.

Entrevistadora: Consegue enumerar alguma vantagem da medida?

Entrevistado: Do quê? Do apartamento? Ter um teto e estar ao pé de uma pessoa amiga. Só isso.

Entrevistadora: E as desvantagens?

Entrevistado: As desvantagens é a pressão que estou a ter. Ao ponto de elas quererem que eu mostrasse o meu recibo de ordenado. Eu não tenho de mostrar nada, aquilo é meu. Só veem um lado. Nunca me perguntaram se eu precisava de ajuda para os medicamentos... só me disseram agora, depois de verem que estavam a falhar muito

Entrevistadora: Então acha que há falta de apoio?

Entrevistado: Completamente! Completamente!

Entrevistadora: Falta de apoio da Instituição...

Entrevistado: Completamente! Porque eu acho que estes Apartamentos Partilhados, quando as pessoas vão para ali deviam ter um acompanhamento. Há pessoas que não sabem viver em comunidade. Não sabem. E depois, vão para ali e é um choque. Estão à vontade, fazem o que quiserem. Não fazem viver em sociedade. É a gente estar na cozinha, vem a outra “com licença, que eu quero fazer as coisas”, lavar a roupa... não perguntam... metem a lavar e pronto. A limpeza, a limpeza deixou de funcionar lá em casa. A ideia é “se os outros não fazem, eu também não faço”. O acompanhamento tem de começar de cima.

Entrevistadora: Então e diga-me, para si, quais são os aspetos a melhorar na medida?

Entrevistado: Tudo... Tudo! Se você já falou comigo, já falou com o (...) com os outros pronto... estão acomodados à situação... rendimentos mínimos e cursos, e depois, pressionam-me a mim.

Entrevistadora: O que é que está a falhar?

Entrevistado: Tudo. Estão a falhar em tudo. Em tudo, tudo. Ao princípio era tudo muito bonito. Agora vieram com um contrato novo, mas eu não assinei. Um contrato novo que não tem nada a ver. Onde está o recibo? Para eu por nas finanças? Tenho direito... Mas pronto, eu já não vou por aí... agora a assistência delas... não é chegar um dia por semana ali, “então conta lá, o que é que se passa, como é que estás...” isso não é... há pessoas que têm vergonha de dizer. E quando vêm, vêm com uma pressão que a gente sente logo... não me sinto bem. Não me sinto bem. Se viessem dizer “hoje vamos fazer isto” ... Há

peessoas que vão para um AP e não sabem fazer comida. Olhe, eu tive na (instituição N) e nós lá tínhamos formações, tal como, saber como procurar no supermercado, onde é mais barato... Alguma vez aqui fizeram isso? Nunca. Bom, é tudo bom é ao princípio. Depois acabou. Isto é como lhe digo, isto quando deixa de ser humanitário para ser um negócio, acabou. Infelizmente, é assim. Eles sabem que as Instituições não têm pessoas. Eu disse à sra da (...), “vocês ganhavam mais se formassem pessoas aqui e as colocassem à frente dos projetos”. Há regras... cadernos de encargos que eles têm de cumprir. Você acha que eu, a trabalhar como trabalho, tendo necessidade de estar ali? Não tem condições nenhuma, na verdade. Olhe, eu só gostava que alguém de cima chega-se, para-se, “vamos sentar, vamos mudar isto” e eu, não estou a pensar em mim, estou a pensar nos outros, porque atrás de mim, há muita pobreza. Há pessoas que sentem vergonha de dizer que precisam. Sabe o que elas me disseram “Ah, vá à Refod” e eu vou à Refood como? De muletas? E elas estão lá a fazer o quê? Porque é que eles são à Refood para (...) e para outros lados e não vão para aqui? A casa é igual, é da mesma associação. Eu sei, elas é que pensam que não. Nós falamos uns com os outros. Olhe, sinceramente, não sei o que é que a gente possa fazer para mudar isto. Vai ser muito difícil.

Entrevistadora: Muito Obrigada pela sua disponibilidade em participar.

Entrevistado: Obrigado eu e boa sorte.

Transcrição Entrevista nº7 (U7)

Entrevistado: Técnica

Género: Feminino

Data de realização: 01/09/2023

Entrevistadora: Vamos começar por falar um pouco sobre a sua formação e experiência profissional

Entrevistada: Então eu sou formada em Psicologia, com uma especialização em Psicologia Comportamental.

Entrevistadora: Há quanto tempo é que trabalha com as PSSA?

Entrevistada: Tem 1 ano e 4 meses. Eu não era dessa área, não era da área social. É a primeira vez que eu começo a trabalhar com a população e, tem sido uma aprendizagem. Inicialmente, eu pensava, “cadê aquela disciplina de empatia? Eu faltei nessas aulas, só pode”. Fazia-me confusão como emigrante, ver as pessoas a precisarem de trabalhar, a precisarem de dinheiro e terem o seu sustento e não fazerem por isso. Ficavam à espera dos subsídios e dos rendimentos. Eu quando vim para cá, com 21 anos, se eu não trabalhasse eu não comia. Eu cheguei a dividir casa com 6 pessoas, fiz a minha faculdade pagando, trabalhando e aí, quando entrei para a área social, inicialmente eu ficava “gente, vamos lá... trabalhar. Não é só subsídios, não é só RSI” e depois eu fiquei sabendo que tem muitas coisas por detrás disso. Mas tem muitas coisas que depende muito deles também e, infelizmente, o que eles pagam de participação também faz com que eles fiquem habituados a estarem na resposta. Imagina, há ali pessoas que pagam 50€ por um quarto, não há nenhum quarto a esse valor. Então tem uma série de questões que envolvem o projeto que me faz refletir. É um desafio, a cada dia.

Entrevistadora: Se tivesse um único adjetivo, qual seria para descrever o seu trabalho com PSSA?

Entrevistada: Desafio, desafiante... é, seria desafio.

Entrevistadora: Há quanto tempo trabalha na medida “Apartamentos Partilhados”?

Entrevistada: Há 1 ano e 4 meses.

Entrevistadora: Como é que tem sido esta experiência?

Entrevistada: Eu gosto. Apesar de ser desafiante, eu gosto. Percebo que é um trabalho que não tem rotina, e cada dia é uma situação diferente, que cada utente tem um historial,

tem uma coisa para trazer, tem uma visão de... vivência, de vida, de ambiente. Gosto sim. Sinto-me muito gratificada quando eles estão conseguindo, estão conseguindo se manter no trabalho, por vezes, só por chegar no Apartamento e ver que têm o quarto arrumado e as roupas dobradas, e era uma pessoa que não fazia isso, do jeito que tirava, atirava para o chão, para mim já é muito bom e já me sinto motivada.

Entrevistadora: Agora, quero perceber qual é o objetivo da medida?

Entrevistada: É autonomizá-los. É eles entrarem, receberem os devidos apoios, os nossos acompanhamentos... quem não está a trabalhar, ter uma procura ativa de emprego; fazemos a gestão financeira com eles, onde todos os meses pagam a participação, quem envia dinheiro para a família, envia uma certa quantia, não pode enviar todo o dinheiro, e isso é para muitos, muito difícil de compreender, tem de ser uma quantia e a outra quantia é para eles se autonomizarem, para quando saírem dali, conseguirem pagar um quarto. Então, o objetivo é mesmo conseguir que eles se autonomizem e construam uma vida por eles próprios.

Entrevistadora: A medida está elegível a qualquer PSSA?

Entrevistada: Nos apartamentos, sim. Esta é uma resposta em que eles não podem ter consumos. E também, um dos critérios de exclusão é a patologia psiquiátrica, transtorno mental, esquizofrenia, qualquer tipo é um critério de exclusão porque o objetivo é autonomizar e essas pessoas não vão conseguir se autonomizar no tempo em que o projeto pede.

Entrevistadora: Por quanto tempo está disponível a medida ao utente?

Entrevistada: Por 6 meses. Poderá ser renovado consoante avaliação técnica.

Entrevistadora: Quantos utentes usufruem, atualmente, da medida?

Entrevistada: Aqui nos de Lisboa, 5 utentes em cada apartamento. A maioria em quarto partilhado, cada apartamento tem apenas 1 quarto individual.

Entrevistadora: De que forma é apresentada a medida aos PSSA?

Entrevistada: Normalmente, quando eles chegam à nossa entrevista, já sabem um pouco do projeto. Mas nós explicamos que é uma resposta de carácter temporário; que existem regras dentro do apartamento; que qualquer falta de respeito para com os colegas ou técnicos leva à expulsão; que não pode ter consumos ativos; que vamos fazer revistas aos quartos; que tem atendimentos obrigatórios psicossociais; e que eles pagam o valor mensal de 20%, quando eu chego nesta parte do valor, muitos não querem. Alguns dizem

que vão esperar ou que é longe, mas a maior parte aceita a proposta e entram, e as coisas depois vão fluindo.

Entrevistadora: Geralmente, qual é a reação das PSSA à proposta de integração da medida?

Entrevistada: Eles ficam motivados para ir. Há alguns casos que com a questão do valor, não querem, e normalmente esses que não querem, são aqueles que quando entrevistamos, nós temos um guião de entrevista, em que nós perguntamos “então quais são os seus planos de vida, como é que você se vê ao entrar no nosso AP, passados 6 meses?” e eles dizem “vejo-me na formação e entrando noutra formação, porque esta não é bem aquela que eu gosto, há outra que eu gosto, vou fazer”, e esses, quando nós começamos a falar em valores, eles desmotivam-se um pouco, mas a maioria eles já vêm com uma ideia, as técnicas falam com eles antes, explicam e aí eles querem. Eles não querem é sair depois...

Entrevistadora: De que forma a integração das PSSA numa medida como os Apartamentos Partilhados, traz benefícios à reintegração na sociedade?

Entrevistada: Eu acho que sim. O apartamento é uma visão daquilo que vão encontrar quando saírem das respostas, porque é um apartamento comum, onde eu entrego as chaves, entram à hora que querem, saem à hora que querem. É lógico que me tem de dar uma satisfação, não pode simplesmente desaparecer uma semana, não pode levar qualquer pessoa para o apartamento sem avisar; essas pequenas regras... Mas é uma casa normal, que cozinham a própria comida, dormem até às 11h da manhã, se quiserem.. e aí, eu noto que é o mais parecido a uma vida comum, a uma vida de reinserção. E para eles começarem a testar se é realmente aquilo que querem, vão se motivar para depois arranjam um espaço só para eles.

Entrevistadora: Quais são as principais vantagens da medida?

Entrevistada: A vantagem é eles se sentirem fortalecidos com os nossos apoios, é terem um abrigo onde realmente podem ficar, de apoio emocional, de segurança de tudo né... e de uma convivência, não é? Com pessoas desconhecidas, com vivências completamente diferentes, a forma de pensar... então, eu acho que é super benéfico.

Entrevistadora: Quais são as principais desvantagens da medida?

Entrevistada: Eu acredito que eles vinculam no apartamento, e que acreditam que aquilo é a casa deles e, com os valores em que as rendas estão, quem recebe o ordenado mínimo paga 150 e tal e aí, que quarto vai pagar a 150€? Eu noto que quando vai ficando próximo da data de termino do contrato, só o facto de eles saberem que vai ter esse salto na

economia deles, também gera essa ansiedade. E saber que vai sair dali e que a realidade das rendas é uma coisa totalmente diferente. Então eu acho que a desvantagem, é que podia ser um tempo maior ainda que seja de 6 meses a 2 anos, podia ser maior. No sentido em que até consoante o perfil do utente, até se tornar permanente, em vez de ser temporário. Tem utentes que a gente percebe que vai sempre, sempre precisar de um apoio, de um encorajamento...

Entrevistadora: Quando saem não são capazes de suportar os custos de um quarto ou até mesmo encontrar...

Entrevistada: Até podem conseguir suportar, só que alguns têm muitos altos e baixos e têm pouca resistência à frustração, pensam “no próximo mês tenho de pagar tudo isto e este mês mal me consegui virar... eu já não consigo mais trabalhar” e as coisas, vão ficando assim.

Entrevistadora: Na sua opinião, quais os aspetos a melhorar na medida “Apartamentos Partilhados”?

Entrevistada: O tempo é.... Eu acho que também devia ser pelo menos um quarto individual. Porque é complicado... a convivência é uma das coisas mais desafiadoras. Mesmo no apartamento que só tem homens, fica às vezes havendo atrito ou por causa da escala das limpezas, ou porque um mexeu na comida um do outro no frigorífico, ou porque um falou mal e um não gostou; há uns que têm as famílias no estrangeiro, falam com as famílias e o outro quer dormir... então eu acho que o quarto individual teria ali alguma tranquilidade, em que se percebe que ali é o cantinho deles e estão mais à vontade. O que eu noto é que às vezes não me faz sentido ser temporário, o caso da Rita não vai se autonomizar. Ela sempre vai precisar de apoio...

Entrevistadora: Esse caso, dá que pensar.. Para onde é que vai depois de acabar os 2 anos no Apartamento Partilhado?

Entrevistada: É essa a questão. O projeto é um bom projeto, faz todo o sentido, mas a meu ver não faz sentido para algumas pessoas ser temporário. Teria que ser permanente, com os acompanhamentos que a gente faz, pagando uma participação, mas permanente. É complicado para uma pessoa, ser jogado de um lado para o outro. Todo o trabalho que a gente faz com ele aqui, depois vai para outro lado.

Entrevistadora: Os alimentos é a instituição que leva ou cada um compra a sua comida?

Entrevistada: Não, cada um que compra.

Entrevistadora: Então no contrato que eles assinam, não há essa prestação de alimentação?

Entrevistada: Não... são eles que compram. A comida, o material de limpeza, tudo por conta deles. Por isso é que alguns, quando fazemos a entrevista, eles... eu explico mesmo tudo “tem noção que vai ter de comprar tudo, desde o seu papel higiênico, até ao seu bife no supermercado. Tudo é você”. É muito complicado, eu já coloquei pessoas lá que não estão a trabalhar, recebem só o RSI ou só um subsídio de formação e vai para os apartamentos e começam a pegar as coisas dos outros. Roubam champô, sabonete, e essas coisas... aí eu noto e sento para conversar: “você lembra quando eu disse...”. Quando nós recebemos donativos, eles vão para a nossa sede, quando mandam quantias que dá para dividir, aí nós levamos algumas coisas para os AP, mas é tudo eles. Os primeiros contratos (...), tinham essa informação que a AVA se comprometia em alguma ajuda para eles, mas os novos já não. A SS também já tirou.

Entrevistadora: Desde quando é que a instituição tem este projeto?

Entrevistada: Desde 2021, bem antes de eu entrar.

Entrevistadora: Não existem muitas respostas permanentes...

Entrevistada: Não... e nós temos tanta gente... Nós tivemos um caso de um utente no apartamento (...) que tivemos que o expulsar porque continuava a beber muito, mesmo depois de lhe ter dado uma 2ª oportunidade de continuar no projeto. Teve também uma situação de alegadamente ter roubado o colega de quarto, mas está ainda em investigação. Eu tive muita pena (...). Ele disse-me que ia pedir desculpas, para não o tirar que ele tinha dinheiro guardado, mas como ia alugar um quarto se não tinha emprego... Agora está na (instituição K), conseguiu um contrato e é um caso de sucesso, estou gostando de ver.

Entrevistadora: São cenários de vida muito complicados...

Entrevistada: É mesmo (...), e mesmo esses que dizem que não tem transtorno, têm qualquer parafusinho... que... uma pessoa vive na rua e são muitas, muitas coisas para gerir nesse sujeito. Eu gostava de ter mais tempo com eles. Ah, e uma coisa que eu noto, e que seria interessante, é ele terem acompanhamento psicológicos semanais, não só aquele psicossocial. Nós nesse apoio, não tratamos com eles estratégias de enfrentamento, não fazemos todo o historial de "quando vc era pequeno, eu sei que a sua mãe te abandonou, mas isso não pode afetar a sua vida agora. Vamos olhar...”, eu não consigo fazer essa abordagem, porque já entra na parte clínica da psicologia. Eu noto que a maioria

deles precisa.. de trabalhar essa criança ferida, desde pequeno, porque isso influencia na pessoa adulta, no sujeito que está agora a tentar-se autonomizar.

Entrevistadora: São episódios e traumas que acontecem no passado que continuam a ser carregados e muitas vezes a afetar tudo o percurso...

Entrevistada: Sim, até nós. Existem situações em que nós estamos naquele emaranhado e depois não conseguimos... além do foco ser a autonomização, era também o acompanhamento psicológico.

Entrevistadora: Então esse também é um aspeto a melhorar.. e também acaba por ser uma desvantagens não haver esse apoio...

Entrevistada: Exatamente, exatamente.

Entrevistadora: Vários utentes também identificaram essa lacuna...

Entrevistada: A “R” tinha que ter terapia. Às vezes, é natural não vincular com um terapeuta. Não se identifica, mas existem outros profissionais, que têm vontade em te ajudar. Eles terem a gestão financeira que nós fazemos, a procura de emprego, mas também o acompanhamento psicológico. Terapia com estratégias de intervenção, de comunicação não violenta para que eles possam perceber a importância de comunicar com os outros.

Entrevistadora: Nós sabemos como funciona a linguagem de rua...

Entrevistada: E esses que vieram dos CAT, andam aos gritos, é assim... é uma coisa assim... comunicam-se de uma forma bruta... não têm essa sensibilidade na fala. Durante os meus atendimentos, eles também não percebem que precisam trabalhar essa comunicação... precisa de terapia. Então, nós fazemos esta preparação toda para uma população que não está tão preparada assim... e aí, pode haver falhas e voltarem às recaídas.

Entrevistadora: Quase todos têm dependências...

Entrevistada: De tudo... de tudo! De afeto, financeira, de consumos... de tudo. É tudo muito complicado, mas ao mesmo tempo muito desafiante.

Entrevistadora: Obrigada pelo seu testemunho.

Entrevistada: Obrigada eu.

Transcrição Entrevista nº8 (U8)

Género: Feminino

Idade: 69 anos

Data de realização: 20/09/2023

Entrevistadora: Então, vamos começar por falar um bocadinho sobre si... pode seguir o que está no guião. A sua idade...

Entrevistada: 69

Entrevistadora: O seu estado Civil?

Entrevistada: Divorciada

Entrevistadora: Nacionalidade...

Entrevistada: Sou portuguesa

Entrevistadora: Naturalidade

Entrevistada: Santa Isabel, aqui de Lisboa

Entrevistadora: Qual é a sua fonte de rendimento?

Entrevistada: Tenho a reforma

Entrevistadora: Estudou até que ano?

Entrevistada: Até ao 7º ano antigo, agora é 12º não é...

Entrevistadora: Há quanto tempo é que se encontrava em situação de sem-abrigo?

Entrevistada: Vai para 4 anos

Entrevistadora: Qual foi o motivo que a levou a essa situação?

Entrevistada: Foi a pandemia. Fui despejada depois de perder o trabalho. Depois onde eu estava, não podia pagar... comecei a receber o RSI, porque ainda não tinha idade para pedir a reforma. Ainda tentei meter os papeis mas veio sempre indeferida. Dizia que eu não reunia as condições para a reforma, então recebia só o RSI. A renda era 200e, e eu não conseguia pagar... a renda e... não conseguia. Até que um dia cheguei lá e tinha a fechadura mudada, ficaram-me com tudo. E então, eu ainda dormi 1 semana na rua, depois fui para o (...), tive lá 40min porque disseram que não pertencia ali e mandaram-me para a (...).

Entrevistadora: Foi a pandemia e de seguida a perda da casa que a deixou nesta situação...

Entrevistada: Sim, foi. Na (...), tive lá quase 2 anos as pessoas que lá estavam prometeram-me um sitio como este, mas nunca se concretizou, foram sempre adiando, adiando... até que aquilo fechou. Teve de fechar porque ia para lá a (...), então levei assim um pontapé do rabo, de um dia para o outro, para a (...) do beato.

Entrevistadora: Foi assim que conheceu a instituição?

Entrevistada: Sim, foi. Foram eles que me mandaram para lá. O meu gestor de caso é que me mandou para lá, da Segurança Social da Amadora.

Entrevistadora: E como é que conheceu aqui a medida dos Apartamentos?

Entrevistada: Foi a Dra. que me arranjou. Porque aquilo lá no (...) era, para mim, aquilo era... aliás quando eu entrei, aquilo foi um sarilho dos diabos. Nunca me tinha visto numa situação daquelas. Eu estava onde estavam 19 mulheres. Cada uma tinha o seu quarto, inclusive até dei uma entrevista para a RTP1, naquele programa que dá às quintas-feiras... não interessa pronto. Era os impossíveis, o nome do programa. Dei também uma para a (...), tenho ali a revista. E, depois mandaram-me ali para o (...). Eu desde que sou adulta, nem em criança, nunca tinha tomado medicação para dormir. Cheguei a estar uma semana, a quase sem dormir. E depois, a melissa arranjou-me para aqui. Deixa lá ver...

Entrevistadora: E como é que reagiu à proposta de vir para aqui?

Entrevistada: Reagi bem. Deixei logo de tomar os comprimidos.

Entrevistadora: Há quanto tempo está aqui?

Entrevistada: Então, estou aqui desde o dia 16 de junho. Estou à espera agora de uma resposta de um senhor, até aos finais de outubro para ir tomar conta de uma vivenda. Vamos ver se será sim se será não. Já tive a falar com a Melissa, senão depois tenho de arranjar um quarto dentro das minhas possibilidades.

Entrevistadora: Quais são, para si, os benefícios de estar aqui no apartamento?

Entrevistada: Eu lá nunca arranjei sarilhos. Mas, aqui uma pessoa é mais autónoma. Não tem de se levantar às 7h da manhã, tínhamos de fazer as limpezas lá, aqui também não é... mas temos que limpar. Mas é mais calmo, sai às horas que quer e bem lhe apetece, não precisa de estar a pedir. Eu lá, se quisesse sair de manhã, tinha de estar a pedir à minha técnica se me dava autorização para sair. Aqui comemos aquilo que a gente quer e que lhe apetece...

Entrevistadora: Então e diga-me lá as principais vantagens de estar aqui?

Entrevistada: Ter uma casa, lavar a nossa roupa... não estar dependente de ninguém. Ter autonomia.

Entrevistadora: E as desvantagens?

Entrevistada: As desvantagens é às vezes haver... coisas assim, como este menino. Mas prontos...

Entrevistadora: São os colegas de casa? O facto de ter de partilhar?

Entrevistada: É.. é nós estarmos a contar com as coisas e depois não haver. Desaparecem...

Entrevistadora: Nem toda a gente sabe viver em....

Entrevistada: Em comunidade...

Entrevistadora: Às vezes é difícil partilharmos o espaço com pessoas que são efetivamente nossas desconhecidas...

Entrevistada: Sim... mas eu dou-me bem com esta moça. Eu faço a minha vida, ela faz a dela. Convivemos bem.

Entrevistadora: Acha que o fator privacidade é uma desvantagem?

Entrevistada: Não, não... eu tenho privacidade... Eu tenho wc no quarto. Ela é a única que tem de ir tomar banho à outra wc.

Entrevistadora: Então e diga-me lá o que é que pode melhorar aqui?

Entrevistada: Nada, nada. Eu quando preciso de alguma coisa, telefono. Eles vêm cá tentar resolver aquilo que conseguem. Está tudo a correr bem. O que pode me pode aqui prejudicar é as rotinas dos colegas, por exemplo, há pessoas que metem a roupa a lavar de noite e depois ouço aquilo toda a noite. Mas eu no beato estava a chegar ao meu limite. Acho que é só isto.

Entrevistadora: Obrigada pela sua participação.

Entrevistada: De nada.

Transcrição Entrevista n°9 (U9)

Género: Feminino

Idade: 31 anos

Data de realização: 20/09/2023

Entrevistadora: Podemos começar?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: Então vamos lá. Começamos por falar um bocadinho sobre si. Podemos começar pela sua idade.

Entrevistada: 31 anos

Entrevistadora: O seu estado Civil?

Entrevistada: Solteira.

Entrevistadora: Nacionalidade...

Entrevistada: Francesa

Entrevistadora: Naturalidade

Entrevistada: França

Entrevistadora: Qual é a sua fonte de rendimento?

Entrevistada: Nenhuma

Entrevistadora: Qual a sua escolaridade?

Entrevistada: 12º ano

Entrevistadora: Há quanto tempo se encontra em situação de sem-abrigo?

Entrevistada: Desde 2017, que eu perdi o pai dos meus filhos que faleceu.

Entrevistadora: Qual foi o motivo que a levou a essa situação?

Entrevistada: Perdi o pai dos meus filhos, tiram-me os meus filhos, fiquei sem nada.

Entrevistadora: Então e conte-me lá, como é que conheceu aqui a instituição?

Entrevistada: Eu já conhecia a instituição, na rua, as equipas passavam muitas vezes por mim. Mas como eu já tive numa instituição na minha infância, não queria nada com instituições. Nada. Por isso é que eu antes de vir para aqui, morava no carro porque conheci o Nuno. Porque para mim a instituição estava fora de questão. Depois com os

consumos... eu tenho um caracter... choco muito, por isso, instituição estava fora de questão. Então conhecemos o João, e o processo começou assim, estivemos à espera, à espera, à espera e conseguiram encontrar este quarto.

Entrevistadora: Como lhe foi apresentada a medida “Apartamentos Partilhados”?

Entrevistada: O (...) meu companheiro, conhece uma pessoa que é o Mário. O Mário conhecia os da (...) que é o “O” e o “F” e falaram, falaram, para verem o processo e verem o que podiam fazer. Até que me ligaram e disseram que era para falar com a Dra. E assim foi.

Entrevistadora: Como reagiu à proposta de integrar a medida?

Entrevistada: Ah, bem. Mas estava um bocadinho com receio, porque muitas pessoas... tem de haver regras, eu sou uma pessoa que gosta das coisas limpas, então se as coisas não estavam bem... eu dou-me muito bem com a colega, mas agora com o colega.... não.

Entrevistadora: Há quanto tempo está aqui no Apartamento?

Entrevistada: 3 semanas

Entrevistadora: Ser usuário da medida traz benefícios para a sua reintegração da sociedade? De que forma?

Entrevistada: Ter um sítio para descansar, já ter um sítio para tomar banho, para fazer a comida, dá muito mais força para ir procurar trabalho.

Entrevistadora: Quais são as principais vantagens da medida?

Entrevistada: É completamente diferente, estamos numa casa, temos um quarto... temos de nos adaptar, há coisas que dão e às outras que não dão.

Entrevistadora: A as desvantagens?

Entrevistada: Não estar sozinha... Mas é bem melhor do que estar na rua.

Entrevistadora: Na sua opinião, quais os aspetos a melhorar na medida “Apartamentos Partilhados”?

Entrevistada: Não sei... acho que está tudo bem. As técnicas são atentas... Temos um problema, elas aparecem. Podemos ligar quando quisermos. Tem corrido bem. Mas aqui é preciso saber viver numa casa, e há pessoas que não sabem. Da minha idade então, são muito poucos. E aqui, o meu maior medo é o entra e sai. Porque eu penso “quem é que será que vão meter agora”, “qual chatice vou ter agora”. Uma pessoa de idade é diferente... já viveu muito... Acabamos por não estar à vontade. Eu sei os casos que estão nos CAE. E penso com o que vou lidar. Se forem pessoas motivadas... isso é o que eu quero. Que não me chateiem, mas que cumpram as tarefas. Saber viver, saber compartilhar uma casa.

Eu tive muito tempo na rua e vi ajudarem casos graves de consumo em vez de ajudarem aqueles que podiam progredir. A minha mãe sempre me disse que a pobreza não tem nada a ver com limpeza... eu tinha sempre tudo limpo e arrumado quando vivia na rua. E não é só das coisas, é corporal também. Há muita gente que se habitua aos centros, como não pagam e têm um teto... Aqui temos de ter a motivação para sair para outro lado. Ainda que os quartos e as casa estejam com preços horríveis. Eu sei de certas coisas em que te metem dentro de uma casa e não querem saber e aqui não. Elas perguntam, explicam aquilo em que nós temos dúvidas. Nós não podemos depender sempre das outras pessoas, temos de nos fazer à vida.

Entrevistadora: Está tudo, obrigada. É importante termos o testemunho dos utentes que estão no projeto.

Entrevistada: Sim, é importante. Eu sei de vários casos em que os atiram para dentro de casas e depois não querem saber. Aqui, não! Vêm ver, acompanham. É bom saber que são nossa base aqui. Pode haver alguma ajuda com comida, quando precisamos. Mas temos de nos fazer à vida.

Entrevistadora: Vai tudo correr bem. Também foi uma grande mudança.

Entrevistada: Sim! Vai correr. Obrigada.

Transcrição Entrevista nº10 (U10)

Género: Masculino

Idade: 21 anos

Data de realização: 20/09/2023

Entrevistadora: Vamos começar por falar com bocadinho sobre si. Podemos começar pela idade...

Entrevistado: 21

Entrevistadora: Nacionalidade

Entrevistado: Portuguesa

Entrevistadora: És natural de onde? Aqui de Lisboa?

Entrevistado: Santarém

Entrevistadora: Fonte de rendimento

Entrevistado: Nenhuma

Entrevistadora: Escolaridade...

Entrevistado: 9º, mas fiz curso até ao 11º

Entrevistadora: Qual foi o motivo que te levou a ficares nesta situação?

Entrevistado: Foi quando saí de casa, por conflitos familiares.

Entrevistadora: Como é que conheceste aqui a instituição?

Entrevistado: Foi por um amigo. Já na rua

Entrevistadora: Como lhe foi apresentada a medida “Apartamentos Partilhados”?

Entrevistado: Foi quando estava no (...), estava lá eu e a (namorada). Depois apresentaram-nos isto, para vir para cá. Porque tínhamos o filho já a vir.

Entrevistadora: Como reagiu à proposta de integrar a medida?

Entrevistado: Reagimos bem até. Achamos que era bom os dois e para o bebé.

Entrevistadora: Há quanto tempo está aqui no Apartamento?

Entrevistado: 6 meses

Entrevistadora: Ser usuário da medida traz benefícios para a sua reintegração da sociedade? De que forma?

Entrevistado: É uma casa, consegues fazer tudo como se fosse uma vida normal. E com motivação consegues chegar lá.

Entrevistadora: Quias são as vantagens da medida?

Entrevistado: Ter uma casa, é a primeira... não estar na rua. Ter um sitio para comer e tomar banho, essas coisas... partilhar casa também ajuda muito.

Entrevistadora: E as desvantagens?

Entrevistado: Não ser a tua própria casa. Não poderes fazer o que tu quiseres.

Entrevistadora: Na sua opinião, quais os aspetos a melhorar na medida “Apartamentos Partilhados”?

Entrevistado: Está tudo bem. O apoio da instituição está bom. A minha experiência foi positiva. Estive na (...) também não consegui encontrar trabalho.

Entrevistadora: Obrigada pela sua participação.

Transcrição Entrevista nº11 (T11)

Entrevistado: Técnica

Género: Feminino

Data de realização: 20/09/2023

Entrevistadora: Vamos começar por falar um bocadinho da sua formação e da sua experiência profissional...

Entrevistada: Então eu tenho licenciatura em Serviço Social e Mestrado em Mediação Intercultura e Intervenção Social.

Entrevistadora: Há quanto tempo trabalha com as pessoas em situação de sem-abrigo?

Entrevistada: 3 anos e pouco, 4 anos

Entrevistadora: Como é trabalhar com esta população?

Entrevistada: Eu acho que a palavra certa é desafio. É um desafio muito grande porque dentro desta população existem várias problemáticas, ou seja, eles são “pessoas em situação de sem-abrigo”, não são “sem-abrigo” porque esperamos sempre que eles mudem essa situação ou que anterior não estejam numa situação destas mas associada ao facto de estarem sem-abrigo há sempre uma problemática, desde empregos, alojamento, toxicoddependência... ou seja, é assim uma diversidade de problemáticas com esta pop.

Entrevistadora: Há quanto tempo está na medida Apartamentos Partilhados?

Entrevistada: 5 meses, como técnica de referência

Entrevistadora: Vamos agora caracterizar a medida.... Qual é o seu objetivo?

Entrevistada: Então é uma resposta de autonomia, para pessoas que estejam mais organizadas e mais autónomas para também se conseguirem organizar antes de chegar à autonomia plena. O objetivo é ganharem ainda mais competências a nível laboral, sociais e terem aqui um acompanhamento, ainda que não seja tanto como numa resposta de emergência, é eles estarem mais autónomos, que tenham acompanhamento, mas que estejam a um passo de sair para a sua autonomia plena.

Entrevistadora: A medida está elegível a todas as pessoas em situação de sem-abrigo?

Entrevistada: Não, existem critérios. Sem consumos ou consumos estáveis, que não prejudiquem o projeto de vida da pessoa. Que consigam gerir a sua fatia económica,

porque têm de contribuir com estes 30% do rendimento, é para pessoas que tenham algum rendimento, seja prestação social ou ordenado. Como têm de pagar estes 30%, tem de ser alguém com alguma organização a nível económico. A nível da saúde mental também tem de estar estável, a ser acompanhado, a ser medicado porque é uma resposta muito autónoma. Eles passam muitas vezes sozinhos. Por isso, é que existem estes critérios, para que não se ponha em risco a própria pessoa e também quem vive no apartamento, porque o objetivo é criar competências e se temos pessoas que ainda não conseguiram ganhar competências para conseguirem estar sozinhos, não faz sentido estarem porque também não os vamos conseguir ajudar nesse sentido.

Entrevistadora: Por quanto tempo está a medida disponível ao utente?

Entrevistada: O contrato desta resposta são 6 meses. Pode ser renovável, dependente da avaliação da equipa com os elementos que sejam favoráveis ou não de renovação. É sempre avaliado o período do contrato, mas sim, são 6 meses.

Entrevistadora: De que forma é apresentada a medida aos utentes?

Entrevistada: Nós recebemos encaminhamentos pelas entidades, Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, ou poderá ser um encaminhamento feito do CAE que poderá transitar para a resposta, caso haja essa possibilidade. Depois chega-nos também muita gente pelas equipas de rua. Este casal que está neste apartamento, chegou-nos da ETR, mas que no fundo são pessoas organizadas e que estavam com dificuldades em conseguir arranjar emprego por razões habitacionais, por isso é que foi dada esta oportunidade.

Entrevistadora: De que forma é feita a proposta para integrar a medida?

Entrevistada: A maior parte das pessoas que têm integrado o AP, são pessoas que vêm de outras respostas que não da instituição. Os encaminhamentos chegam-nos, nós fazemos uma entrevista, para saber as motivações e saber se existem critérios. Depois e fazer a entrevista, caso não haja vaga, eu deixo num dossier e quando surgir vaga a pessoa se ainda estiver disponível, entra. Se não houver critérios, articulo com a pessoa que nos encaminhou, explico o porquê da pessoa não ser admitida porque neste momento não reúne os critérios para entrar no ap e neste momento não poderá entrar na resposta. Isto não quer dizer que daqui a 2 ou 3 meses, não voltem a sinalizar esta pessoa e eu, posso fazer novamente a entrevista e a pessoa pode estar noutra momento da vida e integrar. Eu faço sempre entrevistas, mesmo que não tenha vagas, faço sempre. Para poder receber feedback, e as pessoas se sentirem ouvidas. Nós quando apresentamos os apartamentos,

apresentamos o regulamento interno e as regras para ver se concordam e para ver se eles se comprometem a cumprir. Pelo feedback que eu tenho, o que pode quebrar a entrada é mesmo os 30%, mas aquilo que eu tento trabalhar com eles, até lá no (...) é a gestão económica. Eles depois acabam por perceber que é: se neste momento tu tens um rendimento em que terás de pagar só 30%, imagina quando tiveres um quarto terás de pagar muito mais, ou seja, é uma maneira de eles ganharem competências. Se eles realmente, não tiverem dispostos a pagar estes 30%... não podem ser admitidos. Mas sempre com o objetivo de trabalhar isso com a pessoa, articulando com a técnica e dizer: o utente não quis ou ficou de pé atrás de pagar estes 30%, se calhar é importante trabalhar com ele esta gestão económica para um dia mais tarde já estar preparado. Porque nós lá fora temos de fazer render o dinheiro e os quartos estão muito caros. Mas eu acho que o bloqueio maior são mesmo os 30%. Todos os que têm rendimentos, têm cumprido com o pagamento e não tenho tido nenhum problema.

Entrevistadora: De que forma a integração das PSSA numa medida como os Apartamentos Partilhados, traz benefícios à reintegração na sociedade?

Entrevistada: Através da autonomização. É o trabalhar estas competências. Ainda que não tenham um acompanhamento 24/24h. Não é um quarto sem qualquer tipo de apoio, é já um meio-meio. Tens à mesma uma equipa que te acompanha, tens mais responsabilidade e no fundo, eles aqui vão ter de ser 100% autónomos pelo seu dia a dia. O objetivo é que ainda haja um apoio, um ganho de competências sociais e pessoais para que consigam sair completamente autónomos. Lá fora têm de ser eles por eles. Eu acredito que transição não seja difícil. Porque as pessoas que já cá estão, supostamente, têm critérios e, supostamente, já têm essas competências ou durante esses 6 meses foram ganhando essas competências, ou seja, não acho que seja difícil porque a resposta realmente está muito preparada para o ganho de competências, tais como, a limpeza da casa, a organização a nível financeiro, cumprir horários se tiverem emprego... eu acho que não será difícil se as pessoas adquirem aquilo que é suposto. Se durante este tempo isso não acontecer, vai ter de existir um passo para trás. O que não tem problema, porque nós respeitamos a pessoas e o momento em que elas estão e se realmente o apartamento nestes 6 meses ou durante mais tempo não foi uma mais valia para a pessoa, se não conseguiu ganhar competências, ok, vamos regredir um bocadinho, ganhar estas competências com uma equipa 24h que naquele momento é melhor e depois quem sabe, voltar aos Apartamentos Partilhados.

Nem todas as pessoas se autonomizam a 100%, há sempre pessoas que vão ter de dar esse passo atrás, porque não estar a ir de em conta àquilo que é pretendido.

Entrevistadora: Para si, quais são as vantagens aqui da medida?

Entrevistada: As condições, eu acho que este apartamento está muito bem localizado, tem os transportes ao pé, está bastante familiar, está acolhedor, tem áreas de lazer. Eles têm se organizado no que toca a regras e às limpezas, sempre que aqui venho está tudo limpo e organizado. Outra é não estar a dividir quarto com 4 ou 5 pessoas, ter um quarto individual ou no máximo partilhar com 1 pessoa. Fazer a própria comida, o que eu sinto muitas vezes no CAE é não poderem ter esta autonomia de poder fazer a própria comida, o poder de escolha. Aqui vem novamente o ganho de competências, porque uma pessoa sabe cozinhar, mas se não cozinha já há 3, 4, 5 anos, podem voltar a fazê-lo. Não terem uma obrigação de horários. Acho que são só vantagens, na verdade.

Entrevistadora: E desvantagens, não há?

Entrevistada: Há sim. Quando existem estes utentes que já não vêm com grandes competências e durante estes 6 meses não conseguem ganhar nada, é muito mais difícil motivá-los. Porque como estão sozinhos, não é tão fácil motivar, ainda que faças os atendimentos, vires cá é diferente quando têm uma equipa 24h, porque têm de cumprir horários, tomar que tomar o pequeno almoço àquela hora, tem de lavar a roupa àquela hora, e isso acaba por fazer as pessoas ganharem competências. Essa é mesmo a grande desvantagem é alguém entrar sem algumas competências precisas para viver nesta resposta e também com falta de motivação para a adquirir. Mas isso, acontece também noutras respostas, porque cada pessoa tem o seu tempo. Para mim o facto de encaminhar uma pessoa dos apartamentos para um Centro de Alojamento ou outra resposta não é negativo. É entender que naquele momento a pessoa precisa de outra resposta. Fazemos aquilo que é melhor para o utente, respeitando sempre o tempo de cada um.

Entrevistadora: Na sua opinião, quais os aspetos a melhorar na medida “Apartamentos Partilhados”?

Entrevistada: Termos mais respostas destas, eu até já disse à nossa diretora “Compre o prédio todo que nós precisamos é de encher os apartamentos” e, pronto, é a falta destas respostas, essa é a principal. Melhorar as condições, ainda que este esteja muito bem, é necessário que estes apartamentos tenham um aspeto acolhedor, para que a pessoa se sinta em casa. Outro tipo de apoio por parte do Governo, para poder haver mais respostas, mais técnicos... nós neste momento temos aqui 5 pessoas, mas eu tenho mais 49 pessoas que

estão no (...), é necessário mais técnicos. As empresas públicas e a própria sociedade estar mais em parceria e mais dentro destes projetos, haver mais disponibilidade para integrar estes projetos. Quanto ao tempo, acho que os 6 meses não acho que seja pouco. Quando vêm para o apartamento já vêm com autonomia e com uma gestão económica muito grande, estes 6 meses é para eles juntarem algum dinheiro. Uma coisa é tu cumprires tudo nos 6 meses e precisares de mais tempo, claro que vai ser avaliado e claro que vai ser renovado o contrato, agora quando tens uma pessoa que durante o tempo não cumpre as regras, não tem motivação, não mudou o seu modo de estar e não ganhou competências, vamos ter de avaliar porque nem lhe estamos a dar uma resposta que seja boa para o utente. É um tempo bom, eu acho que sim, que deve ser avaliado e nunca vamos prejudicar alguém que esteja motivado. Agora aqueles não estão, chegam-me 6 meses para perceber. Mas é mesmo respeitar o momento da pessoa percebendo que o melhor é mesmo voltar atrás.

Entrevistadora: É você que faz o acompanhamento aqui ao apartamento?

Entrevistada: Sim, sou eu que venho aqui e que faço o acompanhamento, pelo menos 1x por semana ou quando eles precisam. Quando eu não posso, tenho a ajuda do “O” e do “F”, que são da Equipa de Rua, que também estão no projeto. Mas, sim, sou eu maioritariamente.

Entrevistadora: Obrigada pela disponibilidade!

Entrevistada: Obrigada!

Transcrição Entrevista nº12 (T12)

Entrevistado: Técnica

Género: Feminino

Data de realização: 27/09/2023

Entrevistadora: Vamos começar por falar um bocadinho acerca da sua formação e experiência profissional...

Entrevistada: Sou formada em Psicologia Clínica com Pós-Graduação em Mediação Familiar e trabalho na instituição há 15 anos, já trabalhei na área do voluntariado e no atendimento às pessoas em situação de sem-abrigo, e agora estou na reinserção social. Antes de trabalhar aqui, trabalhei como mediadora comunitária no Programa Escolhas no Bairro da Alta de Lisboa.

Entrevistadora: Há quanto tempo de trabalha com esta população?

Entrevistada: Há 15 anos, desde que estou na instituição.

Entrevistadora: Como é trabalhar com as pessoas em situação de sem-abrigo?

Entrevistada: É um desafio diário. Porque são pessoas que não têm apenas uma problemática. Eles trazem consigo muitos problemas associados, que vão desde saúde, saúde mental, dependências... é um trabalho muito, muito, muito... que exige muito de nós, mas que nos faz aprender mais porque cada utente traz-nos sempre uma coisa nova e que nós temos de ir à procura para o podermos ajudar. Aqui nós também lidamos muito com a dinâmica de Gestor de Caso (GC), cada utente tem um GC e cada GC é que vai acompanhar o processo do utente. Depois, cada técnico tenta ajudar o utente. Eu estou na reinserção social, esse utente entra e o objetivo é a procura de emprego, trabalhar as competências pessoais e sociais e depois a procura de habitação para que a pessoa tenha autonomização plena.

Entrevistadora: Há quanto tempo trabalha na medida “Apartamentos Partilhados”?

Entrevistada: Há 3 anos.

Entrevistadora: A medida tem protocolo com a Segurança Social?

Entrevistada: Temos alguns que sim, temos um (...) e um na (...) que são, mas aqueles que eu coordeno, não. Temos um em (...) que é cedência da Câmara Municipal e o da (...)

é uma cedência da Cáritas, mas não, não temos nenhum protocolo com a Segurança Social.

Entrevistadora: Agora vamos fazer uma breve caracterização. Qual é o objetivo da medida?

Entrevistada: O objetivo, na fase da reinserção é... eu recebo utentes que vieram das nossas Comunidade Terapêutica ou passaram pela nossa Reinserção, não vêm diretamente da rua, já fizeram algum programa connosco. Normalmente, são pessoas que não têm suporte familiar, quando acabam o tratamento não têm para onde ir, e transitar para esses Apartamentos Partilhados com o objetivo de trabalhar a sua reinserção, portanto, voltar ao mercado de trabalho, começar a trabalhar, muitas vezes tem de se iniciar por uma formação, porque são pessoas que já não trabalham há muitos anos, e depois prepara-se a pessoa para a sua reinserção.

Entrevistadora: Está elegível a qualquer pessoa em situação de sem-abrigo?

Entrevistada: Os apartamentos de reinserção estão disponíveis apenas para os utentes que saiam das Comunidades Terapêuticas ou da reinserção da comunidade.

Entrevistadora: Durante quanto tempo está a medida disponível aos utentes?

Entrevistada: Normalmente, eles têm um contrato de 6 meses que pode ser renovado por mais 6 meses. Mas a filosofia da (...) não é por ninguém na rua ao fim desse ano, não é? Porque já se fez todo um trabalho até a pessoa chegar a esse patamar, não queremos que esse trabalho vá por água abaixo, mas também sabemos que se não pressionarmos o utente a sair, ele fica para sempre. Portanto, ao fim de um ano, faz-se uma avaliação para se entender porque é que o utente precisa de mais tempo na resposta. Mas, o que se pensa é que seja no máximo 1 ano, é o que se trabalha com os utentes é que seja 1 ano.

Entrevistadora: Quantos utentes integram os Apartamentos de Reinserção?

Entrevistada: 5 em (...) e 2 na (...).

Entrevistadora: Como é feita a apresentação da medida aos utentes?

Entrevistada: Esse trabalho é feito pelas minhas colegas que estão nos centros, não sou eu que o faço. Portanto, é a Assistente Social que faz a gestão do processo do utente, faz a candidatura e avalia as condições para que o utente possa usufruir da medida. Evidentemente que temos um problema, temos mais candidatos do que apartamentos. Porque, ainda hoje falava com as minhas colegas, e isto é mais do que falado na tv, a questão da habitação está muito complicada para a reinserção dos utentes. O que faz com que eles fiquem muito mais tempo nesta resposta.

Entrevistadora: Geralmente, qual é a reação dos utentes à proposta de integrar a medida?

Entrevistada: É assim, para eles ou era isso, ou era irem para a rua ou para um centro de alojamento e ficam muito gratos de terem a oportunidade de usufruir desta resposta. Nunca recebi nenhum utente contrariado em vir para cá, até pelo contrário. Todos os quartos são individuais, só tenho 1 quarto duplo. As pessoas durante o dia tem autonomia para fazerem a sua vida, portanto, para eles até uma resposta muito importante porque é uma forma de eles começarem a treinar a sua autonomia com a supervisão e acompanhamento de um técnico.

Entrevistadora: Há alguma participação por parte dos utentes?

Entrevistada: Se a pessoa não tiver rendimentos, não se cobra nada. Mas se a pessoa tiver a trabalhar, paga uma contribuição para as despesas, não é uma renda, é para as despesas, no valor de 100€. Mas é só quando a pessoa começa a trabalhar, ou se uma pessoa tiver uma pensão, até ao máximo de 100€.

Entrevistadora: De que forma a integração das PSSA numa medida como os Apartamentos Partilhados, traz benefícios à reintegração na sociedade?

Entrevistada: Nós lidamos com PSSA que tiveram muito anos de rua, tiveram muitos anos sem trabalhar, afastados do mercado de trabalho, que não têm nenhum suporte familiar, não têm família, não têm amigos e que os apartamentos partilhados, permitem que comecem a treinar a sua autonomia não estando numa instituição, estão num quarto mas ainda com regras e supervisão, com acompanhamento para também terem um suporte para as necessidades que vão sentindo quando começam a trabalhar, quando começam à procura de casa, medicação, consultas médicas, idas à SS e finanças... nós damos esse apoio para que depois eles já tenham essa autonomia. Para alguns de nós são coisas muito básicas que fazem parte do nosso dia a dia, mas para os nossos utentes, não é assim tão linear.

Entrevistadora: Quais são as principais vantagens e as desvantagens da medida?

Entrevistada: A pessoa tem nesta fase da reinserção um apoio técnico para os diversos aspetos que a pessoa possa precisar na sua vida. As desvantagens é muitas vezes a pessoa encostar-se à resposta e não tentar ter autonomia, por este valor consegue estar neste ap, e às vezes até se esticam um bocadinho, até ao máximo que conseguem. É a única desvantagem que eu vejo numa resposta como esta.

Entrevistadora: Na sua opinião, quais os aspetos a melhorar na medida “Apartamentos Partilhados”?

Entrevistada: São tantos. É assim, eu acho que nós tentamos melhorar no dia a dia o nosso trabalho, tirando formações, procura de informação... Eu sou GC deles, mas eu não sou Assistente Social de formação, e isto muitas vezes tem muito mais que ver com o Serviço Social e os utentes têm muitas vezes questões jurídicas para tratar... então temos sempre de ir na procura do saber para os poder ajudar da melhor forma possível. E, o que nós precisávamos, e é uma necessidade nossa, é aumentar as vagas em AP, é uma coisa que... é uma mais-valia e existe uma necessidade grande. Temos muitos utentes nas Comunidades a fazer tratamento connosco. Nós tentamos sempre focar a nossa intervenção na pessoa, ouvir, perceber o que ela precisa, em que fase está, que necessidades é que tem... e tentamos não ter um projeto igual para todos. Tentamos ir ao encontro de cada pessoa de cada necessidade e com a pessoa, eu não imponho a ninguém o que têm de fazer. Eles muitas vezes dizem: o que é que a dra acha?, eu digo-lhes: eu não vou decidir por ninguém. Portanto, nós estamos cá para apoiar, para tentar orientar, mas as escolhas são sempre do utente. O que nós fazemos de melhor é mesmo tentar adequar a intervenção às necessidades de cada um. É uma população muito variada. Cada vez temos mais utentes mais velhos... a média de idades do ap em (...) deve ser uns 55 anos, o que é uma idade muito complicada para encontrar emprego. São pessoas que estiverem muitos anos afastadas do trabalho e das metodologias que tem um trabalho. É um desafio muito grande tentar encontrar uma resposta para estas pessoas... Se calhar não é um trabalho, vamos começar por uma formação, pedir a reforma, tentar um complemento... As pessoas que têm famílias, nós tentamos sempre fazer reaproximação com a família, se estiver disposto, porque quando conseguirmos que o utente vá para casa da família é sempre a melhor forma da pessoa se reinserir, e estar mais acompanhado.

Entrevistadora: Muito obrigada pela sua participação.

Entrevistada: Obrigada eu.

Transcrição Entrevista nº13 (U13)

Género: Masculino

Idade: 62 anos

Data de realização: 16/10/2023

Entrevistadora: Então agora vamos começar aqui por uma breve caracterização sua. Podemos começar pela sua idade...

Entrevistado: 62

Entrevistadora: O seu estado civil...

Entrevistado: Sou divorciado. Há vários anos.

Entrevistadora: Nacionalidade

Entrevistado: Portuguesa

Entrevistadora: Naturalidade

Entrevistado: Lisboa

Entrevistadora: A sua fonte de rendimento...

Entrevistado: Não tenho de momento. Nada. Já pedi o RSI 3 ou 4 vezes e é sempre recusado. Porque, a desculpa é que no documento, foi averbado que eu estou numa casa no (...), tenho um bem..

Entrevistadora: Qual é a sua profissão?

Entrevistado: Fiz muitas coisas, sabe?....

Entrevistadora: A sua escolaridade? Estudou até que ano?

Entrevistado: 9º ano incompleto

Entrevistadora: Há quanto tempo se encontrava em situação de sem-abrigo?

Entrevistado: Aí há uns 4 ou 5 anos, desde a morte dos meus pais. Não me recordo muito bem, mas há uns 4 ou 5.

Entrevistadora: Qual foi o motivo que o levou a ficar nessa situação?

Entrevistado: Essa mesma situação... A perda familiar. Depois da morte deles senti-me desprotegido. A casa foi vendida e acabei por ficar na rua.

Entrevistadora: Como conheceu a instituição?

Entrevistado: Conheci... Fui criado perto da Damaia, que pertence aqui ao concelho da Amadora, aqui perto. Então já estava na rua e entretanto, fui à igreja da Damaia com a

perspetiva de pelo menos conseguir comer algo, porque assim... não há alimentos, não há nada. Então foi com a senhora da secretaria que conheci a instituição. A partir daí, entrei em contacto com eles e o processo começou por aí.

Entrevistadora: E como é que lhe foi apresentada aqui a medida dos apartamentos partilhados?

Entrevistado: Olhe, na altura não estava neste apartamento, estava noutra, que não muito longe daqui. Vivia eu num quarto, mais um fulano noutra quarto, eramos 3 e cada um tinha o seu quarto. Se me perguntar, qual era a relação que eu tinha com os outros, é assim, não vou ser muito simpático naquilo que vou dizer, com fulano, no início sim, havia ligação mas depois comecei a perceber que a pessoa em questão não fazia parte dos meus amigos e, não era pessoa... era um bocado tóxico, então isso para mim não dava. Tentei ao máximo afastar-me dessa pessoa. Com o outro rapaz, ao início tive alguma dificuldade, porque era bastante influenciado por o outro, mas depois ele reconheceu isso e até tiveram uma briga. De resto, pronto, tudo bem. Não tenho razão de queixa. Sempre tudo funcionou dentro daquilo que é as regras. Quando a secretaria da igreja me deu o folheto da instituição, aconselharam-me a contactá-los e nessa altura, fui atendido pelo Dr., e só lá ia por questões de alimento. Não havia quartos partilhados, nem tão poucos me tinham questionado para isso. Entretanto eu, encontrei em contacto com um amigo meu que vivia sozinho, e ele deu-me apoio e fui lá para casa dele, pouco tempo, porque esse meu amigo começou a ter problemas de saúde e comecei a cuidar dele. Como estava lá em casa, cuidava dele, até que ele faleceu. Num espaço muito curto de tempo. E nessa altura, eu não tenho bem a certeza se já estava no quarto da instituição, ou se ainda estava em casa dele. Foi um espaço de dentro muito curto entre uma situação e outra. E então, o Dr., contacta-me a informar que a partir de tal data eu iria partilhar um apartamento, ainda estava em casa desse meu amigo. Até que, depois foi-me dado a conhecer o apartamento e eu, acabei por ceder, por ficar no apartamento.

Entrevistadora: Como reagiu a essa proposta de integrar a medida?

Entrevistado: Foi bom, mas posso lhe confessar que não... pessoalmente, foi muito depressivo. Não com a instituição. Eu sou uma pessoa muito ativa e o facto de não ter nada, não ter dinheiro, não ter nada, pronto, não ter nada... entrei um pouco em depressão. Houve uma certa altura que não saía do quarto, não saía da cama, entrei completamente em depressão. Custou um pouco. Ao início custou-me um bocado. Porque é também o você relacionar-se com pessoas que não conhece, embora eu seja uma pessoa muito

sociável, gosto de comunicar, gosto de falar, faz parte dos meus genes, mas pronto, são sempre pessoas que são desconhecidas e acaba por haver um bloqueio. Embora eu, tentasse.

Entrevistadora: Há quanto tempo está aqui no apartamento?

Entrevistado: Não sei... já não tenho a certeza.

Entrevistadora: Acha que vir para aqui para o apartamento, contribuiu para voltar a ser reintegrado na sociedade?

Entrevistado: Se eu não tivesse aqui, já tinha morrido. Porque eu tentei. Tentei fazê-lo. Isto também porque eu tenho filhos. Tenho filhos pequeninos. Tenho um filho especial. Com trissomia 21, que é o meu menino. E a determinada altura, tudo isso me foi retirado e pensei que para mim já não dava mais. Mas consegui. Consegui superar isso, toda essa situação. Portanto, o facto de estar aqui no apartamento foi-me útil. É como lhe digo, se não fosse isso... e depois, é toda esta história de vida, em que perco os meus pais, logo de seguida, perco esse meu amigo... São coisas muito perto umas das outras e tudo isso, mexeu muito comigo, então é como lhe digo, se não estivesse no apartamento, se estivesse na rua, provavelmente já cá não estaria. Eu recordo-me de quando estava a dormir na rua, e foi agredido. Por 3 pessoas, só porque sim. Não me roubaram nada, porque eu também não tinha nada para roubar. Porque sim. Isto era para aí uma e tal da manhã, eles viram-me ali no chão e começaram-me aos pontapés. Então o facto de estar aqui, é ótimo. Hoje sinto-me outra pessoa. Sempre tive uma vida muito ativa, sempre fui uma pessoa que teve muito dinheiro, sempre ganhei muito dinheiro. Eu considero-me uma pessoa muito prestável. Vou dar-lhe um exemplo, eu sou músico, canto, faço animação de karaoke, eu tive uma banda, um grupo de baile. Trabalhei muito à noite neste ramo, ganhei muito dinheiro. Ganhei... mas também o gastei. Sempre fui muito bem aceite pelo trabalho e pela animação que eu tinha. E tudo isso, perdi. O material que tinha para trabalhar, tive que o vender para comer. Vendi tudo para me conseguir manter. Essa minha casa que eu tenho no (...), aluguei-a, na confiança... mudei para casa dos meus pais para os ajudar, porque já estavam muito debilitados. Como a casa ia estar ali fechada, aluguei. Essa pessoa, pagou-me um mês ou dois e nunca mais me pagou, ainda hoje lá estão. A situação está em tribunal. Toda esta situação, ter que vender as coisas, não receber a renda dos fulanos... tudo isso... descí ao inferno. Mas, consegui superar. Felizmente. Há coisas que me doem, não ver os meus filhos, por exemplo, porque estão muito longe e toda a situação que tive com a mãe deles. Mas também comecei a pensar um pouco em mim também...

“espera lá, estás a olhar demasiado para os outros e pouco para ti”... Não arranjava trabalho, porque tenho 60 anos... arranjei um trabalho de transporte de crianças que eu adoro, mas tive um pequeno acidente em que a culpa não foi minha, mas já não me quiseram lá mais. Também trabalhei a recibos-verdes... isto para dizer que para arranjar trabalho, está muito complicado. Como já lhe disse, já tentei pedir o subsídio, mas foi recusado. Eu acho que o facto de ter uma casa, não quer dizer que esteja bem. Não quer dizer que coma... Toda esta situação me magoa imenso. Repito que muito provável que se não estivesse aqui, já cá não estaria. E mesmo, psicologicamente, o Dr. que me acompanhava na altura, ajudou-me imenso. Agora com a Dra. , também tenho uma boa relação.

Entrevistadora: Para si, quais são as principais vantagens de estar aqui?

Entrevistado: Tenho uma televisão, tenho internet, que nós hoje em dia vivemos com o telemóvel. Traz-nos benefícios, mas não só. Temos uma cama para dormir. Temos um chuveiro para tomar banho. Na altura que vim para cá, o facto de ter uma cama para dormir, para mim era tudo. Era o que importava, na realidade. Eu aprendi que isto que me aconteceu foi muito bom. Foi muito bom porque eu aprendi a valorizar muita coisa. Se calhar, dou-lhe um exemplo estúpido, mas eu se visse 20 cêntimos no chão, antigamente não apanhava, hoje apanho. Já me faltou. Eu sempre fui muito protegido. Sempre fui muito protegido pela minha mãe, ela foi sempre a minha bengala. Então quando a perdi, tudo se desmoronou.... Continuando nas vantagens, o facto de termos uma cozinha também é bastante importante ainda que eu não seja grande cozinheiro. Ainda aqui há uns dias, não tinha nada para comer e pedi à Dra. e eles concederam.

Entrevistadora: E, o que corre menos bem? As desvantagens...

Entrevistado: Sinceramente, não vejo assim grandes desvantagens. A única coisa que eu vi, foi a falta de ajuda do banco alimentar, ou a redução de ajuda. Obviamente que a culpa não é da instituição, será mais geral.

Entrevistadora: E acha que há alguns aspetos a melhorar?

Entrevistado: Eu acho que não tirando a responsabilidade toda em relação às pessoas que selecionam para os apartamentos, mas eu acho que teria de haver uma melhor triagem. Por exemplo, aquele fulano, falava mal de todos, ele não estava de bem com a vida o que nos prejudicava em casa. Era muito manipulador. Eu com isto, não estou a dizer que sou melhor que os outros, eu também tenho as minhas coisas, mas pronto, sou muito calmo, estou numa idade que não quero problemas. Este que está aqui é tranquilo.

O único problema é que faz um pouco de barulho. Nós estamos na rua passamos por muita coisa e muitas vezes não estamos preparados para viver numa casa e com pessoas que não conhecemos. Não desejo a ninguém aquilo que passei. Sempre tive uma boa vida. Mas, quando fui confrontado com uma realidade que não sabia tão pouco o que era, fiquei a saber que as pessoas mudam os seus hábitos e as suas atitudes tendo em conta aquilo que vivem. Para mim foi uma aprendizagem. Eu sempre fui uma pessoa muito exigente. Que queria, eu ia lá até conseguir. Agora valorizo muitas coisas que antes, não valorizava.

Entrevistadora: Teve sempre na rua ou integrou algum Centro de Alojamento?

Entrevistado: Tive sempre na rua. Nunca quis ir para centros de alojamento, porque a Dra levou-me a local para ver um Centro da instituição, porque estavam a pensar eu ir para lá. No caminho de volta perguntaram-me o que é que eu tinha achado, e eu disse para ela não me levar a mal no que eu ia dizer, mas aquilo era só malucos. Eu não estava para aquilo. Eu não me enquadro ali. Nunca quis. Também pelas histórias que eu ouvia, nunca quis. Assustava-me um bocado. Também nunca houve proposta para ir para abrigo. Há muita gente que está na rua, porque não quer estar nos abrigos, preferem estar na rua. Eu costumo fazer alguns biscates para ter dinheiro. Tudo o que ganho vai para comida e tabaco que é o único vício que tenho.

Entrevistadora: Uma última pergunta, o que acha aqui do apoio técnico no apartamento?

Entrevistado: Corre muito bem. É importante referir também que para além da manutenção que possamos fazer, está sempre esta moça a ajudar nas limpezas. Não tenho nada a apontar. Tem corrido tudo muito bem com a Dra. Respostas como estas são precisas, isto está cada vez mais difícil. Aqui tem sido ótimo.

Entrevistadora: Obrigada pela sua disponibilidade em participar.

Entrevistado: De nada. Boa sorte para si.

Entrevistadora: Obrigada!

Transcrição Entrevista nº14 (U14)

Entrevistado: Técnica

Género: Feminino

Data de realização: 16/10/2023

Entrevistadora: Vamos começar por falar acerca da sua formação e experiência profissional...

Entrevistada: Então eu fiz a licenciatura e o mestrado na Universidade Autónoma de Lisboa, eles não eram integrados. Fiz os três anos na licenciatura e depois o mestrado em Psicologia Clínica e do Aconselhamento. Essa foi a minha formação durante esses 5 anos. Depois fiz um estágio profissional numa instituição que é o Companheiro que é com pessoas em reinserção social, então já tinha aqui um bocadinho este bichinho da parte social, com estas pessoas em maior fragilidade. Foi então que depois, como precisava do meu estágio para poder entrar na ordem dos psicólogos, encontrei este da (...) e fiquei com esta parte da gestão dos apartamentos partilhados, que o trabalho não se cinge à parte da psicologia pura e dura, ou seja, à psicologia clínica onde há um atendimento, onde se faz um acompanhamento psicológico, isso não há muito. Mas acaba sempre por dar um input, trabalhar a parte da motivação que às vezes, são competências que os psicólogos têm um bocado mais desenvolvidas, e daí ser importante o psicólogo nesta vertente.

Entrevistadora: Há quanto tempo de trabalha com esta população?

Entrevistada: Há 1 ano e 2 anos.

Entrevistadora: Como é trabalhar com as pessoas em situação de sem-abrigo?

Entrevistada: É desafiante. É muito desafiante. Temos de ser muitos flexíveis, o que funciona para um utente, não é o que vai funcionar para o outro. Temos de ser aqui bastante criativos e tentar, lá está foi o que eu disse, ser flexível para tentar perceber quais são as necessidades deles. Nós temos aqui certas coisas em que os podemos ajudar, mas depois temos de tentar motivá-los a ir procurar outras hipóteses e, é muito por aí. Normalmente, eles vêm com outras situações, como problemas de saúde, que nós tentamos sempre agilizar com o Hospital ou aqui a maior parte é a questão da procura do emprego, em que temos de ajudá-los a lidar com a frustração. Eles ficam frustrados por

não conseguirem emprego então nós temos de agilizar. Mas sim, eu diria desafiante. Mas não desafiante por um mau sentido.

Entrevistadora: Há quanto tempo trabalha na medida “Apartamentos Partilhados”?

Entrevistada: Desde que estou na (...), 1 ano e 2 meses.

Entrevistadora: Agora vamos fazer uma breve caracterização. Qual é o objetivo da medida?

Entrevistada: É a reinserção social deles e a autonomia. Que eles consigam... ou seja, às vezes até os podemos mandar para algum lado... para um lar ou para outro tipo de acompanhamento, mas sempre aqui numa de os voltar a reinserir ou reencaminhá-los para uma medida que seja adequada à situação atual deles.

Entrevistadora: A medida está elegível a qualquer pessoa em situação de sem-abrigo?

Entrevistada: Sim, desde que não tenham problemas de saúde mental muito graves, eles estão elegíveis. Normalmente o que enfatizamos aqui é que eles tenham vontade de eles próprios voltarem a reinserir-se. Que estejam aqui motivados para voltar ao mundo do trabalho e às vezes a nível social, porque eles muitas vezes têm aqui cortes de relações familiares ou de amigos e então têm de estar aqui predispostos a tentar.

Entrevistadora: Por quanto tempo está disponível a medida?

Entrevistada: Inicialmente está disponível de 6 meses a 1 ano, fazíamos um contrato de 6 meses que podia ser renovado por mais 6 meses, ou seja, 1 ano. No entanto no início deste ano saiu uma medida que podem estar aqui 1 ano, o que faz com que possamos alargar mais 6 meses, se eles não se conseguirem autonomizar. 1 ano pode parecer muito tempo, mas para pessoas que vêm tão destruídas da rua, não é? É que eles vêm da rua. Vêm sem nada. Muitas vezes só o facto de se irem inscrever no IEFP demora tempo; abrir uma conta demora tempo... ou seja, 1 ano é pouco tempo, ainda mais se estas partes emocionais não estão bem, demora tempo.

Entrevistadora: Este Apartamento tem protocolo com a Segurança Social?

Entrevistada: Sim, tem protocolo com a Segurança Social. Aqui nos apartamentos partilhados nós temos uma série de parceiros, temos a câmara, o hospital, a equipa de tratamento... o que facilita, por exemplo, alguém está com consumos aqui no apartamento, posso fazer o encaminhamento, existe essa facilidade. A parte da Segurança Social, falamos só da parte do financiamento. Aqui têm Gestora de Caso e auxiliar, que são exigência da Segurança Social para poder ter o apartamento aberto.

Entrevistadora: Quantos utentes usufruem atualmente da medida?

Entrevistada: 3 na (...), 2 da (...) e 5 em (...).

Entrevistadora: De que forma é que apresentam da medida aos utentes?

Entrevistada: Nós tínhamos um espaço aberto ao diálogo que funcionava aqui na amadora. Neste espaço os utentes podiam fazer lá as suas refeições, fazer a higiene, passar as manhãs ou tardes... a partir deste espaço, os utentes podiam ser encaminhados para a resposta dos apartamentos. Todos os parceiros nos podem sinalizar um caso e assim, seleccionar os utentes. Os apartamentos da (...) são para as pessoas que pernoitam aqui neste espaço. Se a medida está aqui nesta localização, é para servir esta população. Não recebemos, normalmente, pessoas de outros locais.

Entrevistadora: De que forma é feita a proposta para integrar a medida?

Entrevistada: Apresentamos como um espaço onde eles podem ter uma cama quentinha, um espaço seguro, mas sempre aqui com o objetivo de reestruturar a vida deles. Poderem ter um sentido para a vida, que na rua não conseguem ter. Tentar sempre perceber se eles estão com motivação, se eles realmente estão com o foco certo, tentar ajudá-los.

Entrevistadora: Geralmente, qual é a reação das PSSA à proposta de integração da medida?

Entrevistada: Ah, é positiva. Nós estamos a dar-lhes aqui um espaço em que eles não... ou seja, se estão desempregados, não têm que financiar...

Entrevistadora: Não há qualquer tipo de participação monetária por parte dos utentes?

Entrevistada: Temos as contribuições, a partir do momento que eles começam a trabalhar. Isto para quê? Para que ganhem responsabilidade. Quando começam a trabalhar, recebem um ordenado, e nós aqui concordamos na contribuição de 20%.

Entrevistadora: De que forma a integração das PSSA numa medida como os Apartamentos Partilhados, traz benefícios à reintegração na sociedade?

Entrevistada: Eu às vezes lembro-me de coisas tão básicas, que antes de trabalhar aqui não me faria sentido. A higiene. Eles para irem trabalhar precisam fazer a higiene, precisam de ter conseguido fazer uma refeição, então só estas coisas simples de ter feito a higiene, ter uma cama... São bens adquiridos para nós. Só o facto de dormirem uma noite inteira, com calma, sem estarem sempre alerta com o que pode ou não acontecer. Estas são algumas das coisas mais simples, e que muitas das vezes para eles, bastam.

Entrevistadora: Vamos agora enumerar as vantagens da medida...

Entrevistada: As vantagens... ser um espaço seguro, de terem aqui uma pessoa a quem podem contactar se precisarem de alguma coisa, o apoio técnico.

Entrevistadora: Têm apoio psicossocial?

Entrevistada: Sim, acabamos por ter. O gestor de caso acaba por fazê-lo. Não temos um atendimento estipulado ou marcado, fazemos consoante as necessidades do utente. Eu vou regularmente aos apartamentos, falo com eles, então acabo por fazer esse atendimento.

Entrevistadora: E as desvantagens?

Entrevistada: As desvantagens... haver um período de tempo que eles possam estar aqui. Não é num ano que se conseguem reerguer. Muitos vêm com dívidas, vem com outros problemas que às vezes pessoas que tem vidas estruturadas custam a resolver, eles que estão sozinhos, ainda custam mais. A lista de espera, também. Por mais que nos cheguem sinalizações, é 1 ano que a pessoa pode estar aqui, ou seja, é 1 ano que outra pessoa pode estar à espera para entrar na resposta.

Entrevistadora: Na sua opinião, quais os aspetos a melhorar na medida “Apartamentos Partilhados”?

Entrevistada: Os aspetos a melhorar, talvez poder haver atividade aqui fora deste apoio mais técnico. Eu faço muito apoio técnico, as coisas que eles precisem na prática aqui nesta parte mais social. Acabamos por esquecer da outra parte. Que podíamos fazer uma atividade com eles, mais lúdica, ao ar livre, ir a um museu.

Entrevistadora: Os quartos compartilhados, acha que pode ser alterado para singulares?

Entrevistada: Poderia, mas eu vejo a partilha como uma vantagem. Os quartos podiam ser individuais para que eles pudessem ter o cantinho deles, sentirem-se ainda mais seguros, mas eu acho que o quarto partilhado dá a sensação que eles têm de se relacionar, têm de se saber relacionar e o quarto partilhado dá um pouco disso. Quando eles saírem desta situação, eles vão voltar para um quarto, mas vão partilhar a casa, nós partilhamos a casa com a nossa família. Até vejo o quarto partilhado como uma vantagem. É difícil, não vou negar que é muito difícil, estar a juntar duas pessoas com experiências de vida completamente diferentes e juntá-las ali, aquilo às vezes pode... fica uma relação tensa, no entanto, também faz parte do gestor de caso ir ajudando nessa relação e de alguma forma melhorar. Eles quando forem para outra casa, também podem ter de partilhar um quarto, e têm de saber lidar com pessoas diferentes deles e com opiniões diferentes deles.

Entrevistadora: Quando está a terminar o prazo de estarem na medida, também ajudam na procura de um quarto?

Entrevistada: Sim, sim. Vamos ver os quartos com eles. Às vezes é mesmo preciso para os motivar. Eles estão bem aqui, têm aqui um conforto e, muitas vezes se não for o técnico a estimular e a espicaçar: “tem de sair... seguir a sua vida, porque tem de se autonomizar”.

Entrevistadora: Também é uma desvantagem o facto de se vincularem à resposta...

Entrevistada: Sim, sim. Isso pode ser uma desvantagem. Não vão encontrar algo que se assemelhe a este apoio que aqui têm. Nem que seja o facto de ligar ao técnico só para desabafar. Não é que quando eles saiam, tenha de existir um corte nas relações.

Entrevistadora: Acha que devia haver um apoio psicológico regular?

Entrevistada: Sim, acho. Deveria haver esse apoio psicológico semanalmente, ou até quinzenal, mas eles têm muita resistência a isso. Apesar de eles perceberem que estão muito fragilizados psicologicamente, há resistência nesse apoio. E depois o que eu vejo aqui é, eu sou psicóloga, poderia prestar esse apoio, mas, no entanto, também sou gestora de caso. Ao fazê-lo, vou misturar duas áreas que não podem ser misturadas. Eu não posso estar num minuto a chamar à atenção que não fez a limpeza ou simplesmente de dizer que tem de tomar banho, porque muitas vezes eles não querem, depois não posso ser a pessoa que está aqui a fazer apoio psicológico. Isso, sim, talvez poderia ser uma coisa a melhorar. Ter técnicos diferentes, destinado a cada coisa.

Entrevistadora: Obrigada pela disponibilidade.

Entrevistada: Obrigada eu, boa sorte.